

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS V – CAMPUS ALCIDES CARNEIRO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA**

**Análise da política externa do presidente eleito: Da Conferência da Paz à volta ao  
Brasil**

**MATHEUS DE MEDEIROS LACERDA**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**  
**CAMPUS V – CAMPUS ALCIDES CARNEIRO**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA**

**Análise da política externa do presidente eleito: Da Conferência da Paz à volta ao  
Brasil**

**MATHEUS DE MEDEIROS LACERDA**

**Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.**

**Orientador: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L131d Lacerda, Matheus de Medeiros

Diplomacia presidencial de Epitácio Pessoa [manuscrito] :  
análise da política externa do presidente eleito: da Conferência da  
Paz à volta ao Brasil / Matheus de Medeiros Lacerda. - 2012.  
166 p. : il.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e  
Sociais Aplicadas, 2012.

"Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira,  
Departamento de Relações Internacionais".

1. Brasil. 2. Conferência da Paz. 3. Diplomacia  
presidencial. 4. Epitácio Pessoa. 5. História diplomática. 6.  
Política Externa. I. Título. 21. ed. CDD 327.281

MATHEUS MEDEIROS DE LACERDA

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA

Análise da política externa do presidente eleito: Da Conferência da Paz à volta ao Brasil

Dissertação apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em: 30/03/2012

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira – MRI/UEPB

Orientador



Prof. Dr. Eiiti Sato – IREL/UnB



Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira – MRI/UEPB

**“A primeira lei da história consiste em não mentir. A segunda, em não temer falar a verdade. A terceira, que o historiador não seja suspeito de adulação nem de animosidade.” (Leão XIII)**

#### **VERSOS ÍNTIMOS**

**Vês! Ninguém assistiu ao formidável  
Enterro de tua última quimera.  
Somente a Ingratidão – esta pantera –  
Foi tua companheira inseparável!**

**Acostuma-te à lama que te espera!  
O Homem, que, nesta terra miserável,  
Mora entre feras, sente inevitável  
Necessidade de também ser fera.**

**Toma um fósforo. Acende teu cigarro!  
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,  
A mão que afaga é a mesma que  
apedreja.**

**Se a alguém causa inda pena a tua chaga,  
Apedreja essa mão vil que te afaga,  
Escarra nessa boca que te beija!**

**(Augusto dos Anjos)**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Iran e Cristina, eternamente amados e inspiração para minha caminhada, sobre quem não encontro palavras para expressar o meu amor. Agradeço-lhes todo apoio às minhas escolhas profissionais e pessoais e à formação do meu caráter.

Aos meus irmãos, Iran, Catharina e Rafael, companheiros de vida e caminhada, alegria nos momentos de dor e a força nas necessidades. Amo vocês!

Gina, Maria Gabriela e Miguel, minha esposa e filhos, sem os quais não sou nada. Obrigado por existirem e pelo amor incondicional. Minha vida ficou mais bonita com vocês. Agradeço também por todos os sorrisos e choros comigo compartilhados.

Agradeço também à minha família, aos meus avós, tios, primos, amigos e agregados, sempre presentes em todos os momentos de alegria e dificuldade. Obrigado pela descontração e diversão proporcionadas em todo esse tempo. Minha vida ficou mais bonita com vocês. Valeu pessoal!

Agradecimento especial a vovô Bartho, fonte de inspiração e a tio Zé Lacerda, que em um momento difícil de sua vida me ajudou a seguir em frente.

Agradeço ao TCE-PB, na pessoa de Nominando Diniz, por permitir que eu conciliasse o trabalho e o estudo, ao Procurador do TCE, Marcílio Franca pela orientação no assunto, a Adriana e aos que fazem a Biblioteca, aos colegas auditores e todos que fazem a Corte de Contas, em especial aos meus amigos da DILIC, que me ajudaram a terminar mais essa etapa da minha vida e com quem pude compartilhar o conhecimento acumulado.

Agradeço aos professores, em todas as fases da minha vida, pois sem vocês nada disso seria possível.

À Universidade Estadual da Paraíba, e todos os seus professores, alunos e funcionários, especialmente aos meus professores e colegas da turma pioneira do mestrado em Relações Internacionais, pela coragem de enfrentar este desafio.

Agradecimento, em especial, para o professor Dr. Henrique Altemani, sempre disposto a ajudar na orientação desta dissertação, e a quem devo este trabalho, mesmo sabendo que não estou à altura dos seus ensinamentos.

Por fim, obrigado a João Victor por ler este trabalho antes de todos e àqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram nessa caminhada.

## RESUMO

O Brasil foi o único país sul-americano a participar da Primeira Guerra Mundial. Esta participação no conflito, bem como a ajuda dos Estados Unidos, permitiu-lhe ocupar um lugar de destaque na Conferência da Paz, em Versalhes, onde teve uma participação satisfatória na resolução da questão do café brasileiro depositado na Alemanha e na questão dos navios ex-alemães retidos nos portos brasileiros. Além da questão econômica, a participação na guerra possibilitou ao Brasil atuar na solução de grandes assuntos nas comissões e na própria Conferência, colocando em prática os padrões de sua Política Externa. Todavia, o fato marcante na história diplomática brasileira no período, foi a eleição do Chefe da Delegação Brasileira na França, Epiácio Pessoa, para a Presidência do Brasil, mesmo estando fora do país. Esta situação singular é aqui analisada em uma perspectiva histórico-teórica, tendo enfoque em Epiácio Pessoa como tomador de decisão, enquanto diplomata, candidato oficial e Presidente eleito, durante sua estada na Europa até seu retorno ao Brasil, a fim de demonstrar como sua diplomacia presidencial utilizou os padrões da Política Externa brasileira da Primeira República de maneira a maximizar os ganhos relativos da nova posição do Brasil no cenário internacional, estreitando os laços comerciais com os países visitados, ressaltando as ligações históricas e apresentando o Brasil como uma terra de oportunidades em um mundo de transformações sociais. A ativa diplomacia presidencial de Epiácio Pessoa, como um Estadista afeito às questões mundiais, realista nas suas análises e consciente da posição brasileira nas relações internacionais, proporcionou ao Brasil um caráter mais universal e um ganho de prestígio que mudou a posição do país no concerto das nações.

**Palavras-chaves:** Brasil, Conferência da Paz, Diplomacia Presidencial, Epiácio Pessoa, História Diplomática, Padrões, Política Externa, Prestígio, Tomador de Decisão, Viagem Presidencial.

## ABSTRACT

Brazil was the only South American country to participate in the First World War. The participation in the conflict, as well as the help of the United States allowed him to occupy a prominent place in the Peace Conference at Versailles, where he had a satisfactory participation in resolving the issue of Brazilian coffee deposited in Germany and the issue of ex-vessel Germans held in Brazilian ports. Beyond economics, participation in the war allowed Brazil to play in resolving major issues in the committees and the Conference itself, putting into practice the standards of its foreign policy. However, the remarkable fact in the history of Brazilian diplomacy in the period was the election of the Chief of the Brazilian delegation in France, Epitácio Pessoa, as President of Brazil, even outside the country. This unique situation is examined here in a historical and theoretical perspective, with focus on Epitácio Pessoa as a decision maker, as diplomat, official candidate and president-elect during his stay in Europe until his return to Brazil, in order to demonstrate how its presidential diplomacy used the standards of the Brazilian's First Republic foreign policy in order to maximize the gains for the new position of Brazil on the international stage, strengthening trade ties with the visited countries, emphasizing the historical ties and presenting Brazil as a land of opportunities in a world of social transformations. The active presidential diplomacy of Epitácio Pessoa, as a statesman accustomed to world affairs, realistic and conscious in their analysis of Brazil's position in international relations, gave Brazil a more universal character and a gain of prestige that changed the country's position in the concert of nations.

**Keywords:** Brazil, Peace Conference, Decision Maker, Diplomatic History, Epitácio Pessoa, Standards, Foreign Policy, Prestige, Presidential Diplomacy, Presidential Travel.

## SUMÁRIO

<b>1.0 - INTRODUÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA, A TEORIA E A METODOLOGIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>1</b>
<b>2.0 - EPITÁCIO PESSOA – UMA VISÃO ARISTOCRÁTICA E TRADICIONAL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA .....</b>	<b>16</b>
2.1 - Do segundo Reinado à República.....	17
2.2 - Do continentalismo e isolacionismo político no Segundo Reinado aos padrões da Política Externa na República .....	27
<b>3.0 - CONCERTO EUROPEU E CRISE NO SISTEMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>40</b>
3.1 - A “Grande Guerra” – O fim da <i>Belle Époque</i> .....	42
3.2 - A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial.....	50
3.3 - A economia brasileira em tempos de guerra.....	54
3.4 - Convidado diferenciado em Versalhes.....	61
<b>4.0 - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA: CONFERÊNCIA DA PAZ E LIGA DAS NAÇÕES .....</b>	<b>63</b>
4.1 - A Conferência, o Diplomata e o Presidente eleito.....	67
4.2 - Epitácio Pessoa e a Liga das Nações .....	78
<b>5.0 - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA: RELAÇÕES BILATERAIS NAS VIAGENS DO PRESIDENTE ELEITO .....</b>	<b>84</b>
5.1 - As viagens do Presidente eleito na Europa.....	88
5.1.1 - Bélgica.....	89
5.1.2 - Itália e Vaticano .....	93
5.1.3 - França .....	99
5.1.4 - Inglaterra.....	104
5.1.5. Portugal.....	110
5.2 - As viagens do Presidente eleito na América .....	122
5.2.1 - Estados Unidos e Canadá.....	122
5.2.2 - Brasil.....	140
<b>6.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
<b>7.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>150</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 .....	67
Figura 2 .....	69
Figura 3.....	82
Figura 4.....	83
Figura 5.....	94
Figura 6.....	101
Figura 7.....	102
Figura 8 .....	103
Figura 9.....	105
Figura 10.....	110
Figura 11.....	111
Figura 12.....	112
Figura 13.....	113
Figura 14.....	113
Figura 15.....	113
Figura 16.....	115
Figura 17.....	118
Figura 18.....	119
Figura 19.....	119
Figura 20.....	120
Figura 21.....	120
Figura 22.....	120
Figura 23.....	121
Figura 24.....	123
Figura 25.....	124
Figura 26.....	125
Figura 27.....	126
Figura 28.....	128
Figura 29.....	133
Figura 30.....	135
Figura 31.....	138
Figura 32.....	139
Figura 33.....	140
Figura 34.....	141
Figura 35.....	142
Figura 36.....	143
Figura 37.....	144
Figura 38.....	145

**GRÁFICOS**

**Gráfico 01** ..... **56**  
**Gráfico 02** ..... **57**  
**Gráfico 03** ..... **75**

## **1.0 - INTRODUÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA, A TEORIA E A METODOLOGIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

De acordo com Amado Cervo, “desde o final da Segunda Guerra Mundial, cientistas políticos e historiadores se dedicam ao estudo das Relações Internacionais. Os dois grupos investigam o mesmo objeto com as mesmas finalidades: estabelecer a compreensão, talvez a explicação, e influir direta ou indiretamente sobre a tomada de decisões e, desta forma, sobre o curso dos acontecimentos” (Cervo, 1994, p. 9). Em que pese o fato de estudarem o mesmo objeto, a relação entre ambos seguiu caminhos diversos, seja por separação de departamentos nas universidades, seja por problemas metodológicos, conceituais ou até mesmo por ciúme. Esta separação explica o desenvolvimento de dois ramos de conhecimento sobre as relações internacionais: História das Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais.

Uma das reações a essa separação polarizada é a disposição de aproximar a metodologia de historiadores e teóricos de Relações Internacionais, que teve a finalidade de aproximar o quadro conceitual, permitindo o avanço da pesquisa teórica sem aprofundar o divórcio com as bases empíricas e a pesquisa histórica e, sem desperdiçar as luzes de novas categorias explicativas, como afirma Amado Cervo. Para este, a teoria das relações internacionais apresenta duas tendências. A primeira, de cunho positivista, atribui importância especial ao dado empírico, que é necessário para a verificação de hipóteses, de preferências quantitativas, sem o qual não se chegaria à explicação de determinado fato. A segunda, apresenta-se de forma mais clássica, já que vai à procura do sentido, e não da explicação, e tem inspiração mais filosófica do que científica. Neste caso, os dados empíricos não fornecem as explicações sobre os fenômenos. Estes devem ser observados à luz dos valores, crenças, normas ou padrões, simpatias e outros elementos subjetivos.

Com o objetivo de dar inteligibilidade e justificar sua política exterior na segunda metade do século XX, surgiram nos Estados Unidos os primeiros centros de estudos onde a história das relações internacionais esteve estreitamente ligada à evolução das teorias de relações internacionais (Cervo, 1994, p. 12).

Na Europa, desde os anos 1930, a história das relações internacionais definiu seu perfil próprio, em termos de objeto, método, volume de conhecimento e construção teórica. A história diplomática que ainda se fazia em todo o mundo tinha pretensões de ser científica, porque consistia numa derivação do positivismo e da escola metódica. Para Cervo, a história diplomática tradicional apresentava falhas elementares, já que descrevia fatos isolados, investigava poucos problemas, sobretudo, da esfera jurídico-política e carecia de explicação. A exceção era o grupo reunido por Pierre Renouvin, que criou o Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da Sorbonne, em 1935.

Amado Cervo afirma que a transição para a moderna história das relações internacionais na Europa ocorreu lentamente, mas de maneira linear e segura, pela via do acumulado científico. Os historiadores, insatisfeitos com as teorias que lhes eram apresentadas pelos cientistas, lançaram-se na construção de uma teoria das relações internacionais à base de história.

A maneira como os historiadores fazem teoria das relações internacionais difere daquela feita pelos cientistas políticos, já que o ponto de partida para ambos é distinto. Para estes, certos postulados presidem a dedução do conhecimento, enquanto para os historiadores, o conhecimento acumulado pela pesquisa de base empírica é admitida como fundamento de um processo indutivo de raciocínio. Esta teoria da história é mais aberta e flexível à contribuição de outras ciências sociais, além de não ter como norte a busca pela explicação e pelo segredo das relações internacionais. Seu objetivo final não extingue a busca por uma compreensão, mas procura se orientar de forma segura e adequada na investigação dos fenômenos internacionais. As Relações Internacionais têm componentes históricos que se localizam na antropologia e na psicologia, nas imagens, nos conceitos que se produzem acerca do estrangeiro, na forma como os agrupamentos humanos se organizam em comunidades, estados e associações supranacionais (Cervo, 1994, p.13-14).

As duas principais obras dessa abordagem histórica das Relações Internacionais foram escritas por representantes da escola francesa. Jean Baptiste Duroselle, com sua obra “Todo Império Perecerá”, e em parceria com Pierre de Renouvin, no livro “Introdução à história das relações internacionais”, representam a Escola Francesa e apresentam sua contribuição para a história das relações internacionais.

Esta contribuição gerou uma nova metodologia com diferentes categorias explicativas para o entendimento do passado das relações internacionais. A nova metodologia enfatizava “dois sistemas, que agem no ponto de partida; um sistema de causalidade, e no ponto de destino, um sistema, portanto, de finalidades. As duas categorias convergem em sua função explicativa, frequentemente, quando as necessidades, de natureza econômica sobretudo, mas em menor escala demográfica, geográficas, culturais ou psicológicas, relacionam-se diretamente aos desígnios, metas ou objetivos que o Estado estabelece externamente” (Cervo e Bueno, 1992, p. 10).

No livro “Todo Império Perecerá”, Duroselle, afirma que as relações internacionais são orientadas por dois sistemas de determinação, nos quais se localiza parte da explicação desejada: aquele que age na origem corresponde a determinadas forças históricas, que são fatores de propulsão de acontecimentos, o sistema de causalidade; aquele que age no fim corresponde aos desígnios, ambições, objetivos e metas que as sociedades, os estados e suas lideranças consignam como incumbências da política, o sistema de finalidade.

Para o autor, o movimento das relações internacionais é complexo e não tem explicação simples que caiba em uma teoria. Pode, quando muito, estabelecer regularidades, regras ou lições de bom senso. Portanto, segundo Duroselle, o ângulo da finalidade mostra que “aquele que dispõe de um poder se propõe a atingir objetivos e tenta realizá-los; por outro lado, o ângulo da causalidade revela que “as coletividades humanas de todas as dimensões exercem confusamente forças cujas resultantes modificam os acontecimentos”.

O ângulo da finalidade concentra sua atenção na vontade e nos objetivos dos governos ou homens de Estado, que são os indivíduos ou grupos reais de poder político legítimo que definem como desígnios fundamentais em sua intervenção nacional e internacional. Neste caso específico, é preciso atentar cuidadosamente para os agentes nas relações internacionais, ou seja, para as maiores autoridades, que são os agentes de decisão e os diplomatas, militares, propagandistas, empresários, dentre outros, que são os agentes executores; atentar para a quantidade e para a qualidade da informação sobre aspectos gerais ou específicos desse sistema internacional; atentar para o cálculo estratégico ou o processo de tomada de decisões, que é a articulação dos objetivos, meios e riscos que os responsáveis pela política exterior de cada Estado devem considerar para obter uma condição ou situação desejada, ou seja, a condição fim.

O ângulo da causalidade é chamado também de “forças profundas e organizadas”, e compreende um conjunto dinâmico e bem estruturado de relações econômicas, sociais, demográficas, geopolíticas, culturais e ideológicas internas que afetam – mas não determinam por si – a conduta dos homens de Estado e sua política exterior. Duroselle recomenda analisar com muito cuidado a natureza, o jogo e sua dinâmica, além da eficácia daquelas forças.

O autor procurou introduzir novas interpretações e categorias, bem como novas ferramentas de trabalho para os historiadores de relações internacionais. De maneira contundente, é apresentada uma teoria própria de relações internacionais, em que não é possível utilizar as racionalidades das ciências naturais, bem como é recomendado ao historiador que o foco da análise esteja na compreensão e na interpretação dos acontecimentos únicos e datados. O “estudo científico das relações internacionais só pode ser baseado na matéria fornecida pela história” (Duroselle, 2000, p. 23).

As duas categorias (finalidade e causalidade), segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, no livro “História da Política Exterior do Brasil”, convergem em sua função explicativa, frequentemente quando as necessidades, sejam elas de natureza econômica, demográfica, geográfica, cultural ou psicológica, se relacionam diretamente aos desígnios, metas ou objetivos que o Estado estabelece externamente. Para estes autores, o historiador transita, constantemente, das condições objetivas, estabelecidas pelas forças profundas, aos fins da política, passando pela análise das decisões do estado, o terceiro elemento fundamental do método. Com efeito, é no processo decisório que se digere a causalidade histórica, direcionam-se as energias para metas concretas, de acordo com um sistema de cálculo ou estratégia, que pondera meios, fins e riscos. A complexidade do movimento das relações internacionais, que cruza variáveis tão diversas, cresce ainda mais quando se parte do princípio segundo o qual não há evidências científicas, a não ser aquelas que vierem à luz pela via da demonstração, que, no caso histórico, significa a confrontação das hipóteses de trabalho com os dados de informação documental.

Duroselle sugere ainda a análise de mais duas vertentes além da causalidade e finalidade: os componentes ou fundamentos, e o movimento.

Para ele, os componentes ou fundamentos, exploram três noções básicas das relações internacionais: primeiro, as características psicológicas, jurídicas, sócio-

políticas ou econômicas do estrangeiro; segundo, a natureza e a evolução das fronteiras; e, terceiro, as condições e possibilidades de convivência social dos seres humanos, seja em pequenas comunidades ou em grandes Estados modernos.

Já o movimento é entendido como algo que compreende diferentes características das relações internacionais empíricas. O autor introduz as noções de ondas, criações técnicas, diferentes tipologias e características das relações internacionais pacíficas, conflituosas e a guerra. Também se classificam os movimentos das relações internacionais de acordo com sua temporalidade: estruturais, conjunturais ou circunstanciais.

De acordo com Paulo José dos Reis Pereira, estes autores deram ênfase, não só às forças profundas, mas igualmente ao papel desempenhado pelo ator político, influenciado por estas forças nos atos de definir e implementar políticas externas.

“Outro ponto que será levado em conta neste trabalho (...) consiste precisamente em determinar a percepção histórica que ordena as condutas dos atores coletivos, as decisões dos chefes destes atores. O ator político, ainda que em uma posição privilegiada, pode não ter lucidez quanto às circunstâncias que envolvem alguma decisão. Além, disso, quando ela é tomada, é sempre a partir de uma história de vida e essa visão subjetiva dificilmente coincide com a realidade objetiva. Os erros ou equívocos de percepção devem estar no cálculo de qualquer estudo que envolva o qualitativo das ciências do homem” (Pereira, 2005, p. 16).

Segundo Lessa, o estudo das Relações Internacionais no Brasil, através da História, vem abandonando os parâmetros da antiga “História Diplomática”, a partir do momento em que passou a utilizar novos componentes na sua elaboração, com a adoção de novos horizontes e com a incorporação de “novos atores”, que condicionam a atuação internacional dos Estados, tais como os atores sociais e a opinião pública, dentre outros, além de levar em conta os grandes movimentos internacionais e internacionalizando a agenda complexa a que tem de se dedicar os Estados nas suas interações com o meio internacional. No primeiro caso, os desígnios das grandes potências e a própria evolução da ordem internacional são exemplos de movimentos internacionais, enquanto a questão do desenvolvimento, as relações econômicas, a cooperação política e as relações culturais, são exemplos das interações dos Estados com o meio internacional (Lessa, 2005, p. 4-5).

Em que pese o fato de a História Diplomática, para alguns, apresentar-se como uma “apologia” ao Estado, “um elogio à nacionalidade”, conforme ensina Norma Breda Santos (o que, de certa forma, desqualifica o campo), a história das relações internacionais apresenta-se como mais abrangente e consciente das complexidades inerentes a seu objeto de estudo, e, sobretudo, não apologética da ação dos homens de Estado e dos atos de governo. A autora informa que Zara Steiner, em seu artigo “*On Writing International History: Chaps, Maps and Much More*”, de 1997, entende que a História Diplomática tem importância devido as suas pesquisas históricas de grande valor, além da preocupação em incorporar novas problemáticas e recursos documentais nas atividades dos Estados e dos Governos. Para a autora, “parece abusivo afirmar que a História Diplomática atualmente confunde-se com a história oficial”. A História Diplomática, com este rótulo, parece não ter conseguido sua reafirmação na academia e assumiu, assim, uma nova designação – História das Relações Internacionais –, embora nada haja de escusável em um campo de pesquisa histórica que aponte para a relevância da documentação diplomática e que é importante, sim, que esse manancial documental seja estudado de maneira crítica. Seja como for, vários dos questionamentos a que se submete a História Diplomática são comuns à História das Relações Internacionais, tais como a pesquisa histórica, que passa da ênfase ao macro à incorporação do micro; e os amplos processos e estruturas, típicos dos *Annales*, que devem dialogar com o menor e o local (Santos, 2005, p. 11-39).

Esta área das Relações Internacionais foi responsável por construir marcos teóricos capazes de aportar instrumentos conceituais e cognitivos para o conhecimento, a interpretação dos fenômenos e as demandas dos processos decisórios das políticas exteriores, nos dizeres de Raul Bernal-Meza (*apud* Lessa, 2005, p. 5). Para este autor, a área da História das Relações Internacionais evoluiu de modo consistente na tentativa de explicar a inserção dos países no meio internacional. No caso brasileiro, é possível se falar em uma *tradição brasileira* de análise das relações internacionais, e esta se insere em uma escola de pensamento latino-americano, que “procura evidenciar a essência distinta das relações Internacionais para os países desenvolvidos e para os países periféricos” (Lessa, 2005, p. 11), já que as teorias e os estudos de relações internacionais, basicamente, são feitos por estudiosos com interesses próprios e peculiares de sua região. Para matizar este entendimento, tome-se como exemplo o fato de que os historiadores e teóricos dos países do hemisfério norte, durante muito tempo,

entendiam que os problemas do hemisfério sul eram periféricos, refletindo, desta forma, os interesses de seus países e alimentando os interesses da política externa destes, enquanto os estudiosos do hemisfério sul entendem que a situação lhes foi imposta e advém da política dos países do norte. De toda forma, os fatos e acontecimentos históricos a ser estudados formam a descrição sumária e resumida da realidade objetiva.

Além destas teorias já conhecidas, Franklin H. Giddings<sup>1</sup> trata da análise da teoria da história e afirma que a sua historicidade se encontra quase totalmente na circunstância de que são fatos do registro. Para ele, o conteúdo intelectual faz-se cada vez mais em filosofia em vez de história, e os conteúdos que mais se destacam são trazidos geralmente por filósofos, e não pelos historiadores. Ele distingue cinco grupos de teorias da história: o primeiro grupo compreende primordialmente os metafísicos, os teológicos e outros; o segundo, compreende os filósofos sociais; o terceiro grupo compreende os geógrafos e os teóricos do hábitat. Os teóricos do quarto grupo explicam a história como herança, em que esta é entendida como o produto da atividade humana ao longo do tempo. O quinto e último grupo são os modernistas (Giddings, 1920, p. 493-494).

Este quarto grupo citado por Giddings é o que apresenta a melhor abordagem para a análise pretendida neste estudo, pois a herança entendida por seus teóricos é compreendida como o patrimônio, e não a hereditariedade, é o produto total e os subprodutos da atividade humana, onde se incluem os nossos hábitos adquiridos, em contraposição à natureza original e instintiva do homem, as artes, o conhecimento e a propriedade (Giddings, 1920, p. 494).

A hipótese fundamental que permeia a interpretação histórica corresponde ao caráter supletivo do setor externo, em função dos condicionamentos objetivos e da vontade política para promover, ou retardar, o processo de desenvolvimento econômico e social, que se deu por inserção na expansão e nas mudanças do sistema capitalista. Esta hipótese orientou a procura, através do tempo, dos fatores repressivos e estimulativos da dinâmica social, sem respeito aos postulados mecanicistas ou a teorias explicativas isoladas (Cervo e Bueno, 2002, p. 13-14). A escolha deste referencial teórico-metodológico pautou-se pela necessidade de se munir de ferramentas capazes de

---

<sup>1</sup> A Theory of History, Author(s): Franklin H. Giddings. Source: Political Science Quarterly, Vol. 35, No. 4 (Dec., 1920), pp. 493-521. Published by: The Academy of Political Science. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2142424> Accessed: 25/04/2010 14:55.

auxiliar na descrição, classificação e explicação dos fenômenos envolvendo o tema proposto<sup>2</sup>.

Diante destas considerações, apresenta-se que a análise ora pretendida deve ser feita com base no instrumental teórico-metodológico ligado ao método histórico comparado, aplicado às relações internacionais – dando-se ênfase não apenas às categorias explicativas determinadas pelos sistemas de causalidade e finalidade, mas também, à busca da inteligibilidade das motivações da ação humana no tempo, passando pela análise das decisões dos grupos de poder e dos tomadores de decisão. É por meio do estudo do processo decisório, como criador de um sistema envolvendo meios, fins e riscos, que se procurará entender a importância do setor externo na promoção do desenvolvimento econômico-social e da autonomia nacional do Brasil, e da imagem que ele procura com suas ações.

Para tanto, entende-se que um modelo metodológico que consiga agregar a análise histórica com as teorias de Relações Internacionais, neste estudo, deve ser desenvolvido. Neste sentido, a opção pela análise histórica em política externa deverá permitir que a pesquisa seja “fundada na coletânea de acontecimentos concretos – logo empírica –, sobre suas sucessões – logo evolutiva – e sobre as analogias e as regularidades –, logo metódica” (Duroselle, 2000, p. 40), aliada à análise da ação de Epitácio Pessoa como tomador de decisões na formulação da política externa brasileira, na condição de presidente eleito, quando estava ausente do Brasil em 1919.

Da mesma forma, a crítica feita por Febvre à “história historizante” fornece os complementos necessários à característica principal da pesquisa histórica, que são os achados de pesquisa. Para ele, os fatos históricos, que são apresentados como a realidade substancial devem ser compreendidos, encarados e confrontados, mas principalmente, devem ser pensados, de modo que o historiador que não pensa o fato não o compreende. O historiador que não pensa, apenas fornece uma ajuda técnica, que pode ser útil, aliás, mas não ajuda na compreensão do mosaico histórico (Febvre, 1978, p. 103-107). De toda forma, não se excluirá a técnica de organizar os fatos históricos, que são imprescindíveis ao estudo em questão, pois, de fato, história é escolha, não arbitrária, mas sim preconcebida. O que se pretende na verdade é organizar os fatos históricos de modo que o mosaico construído, de maneira técnica, possa ser

---

<sup>2</sup> Duroselle, J.B. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 355.

compreendido, conforme ensina Febvre, utilizando, para tanto, a teoria de tomada de decisão em política externa de Snyder, Bruck e Sapin, tendo como referência o tomador de decisão (*decision maker*). Desta forma, os fatos históricos serão dispostos de maneira que se permita constituir uma moldura de referência que apresentará a unidade decisória em análise, no caso o Brasil, e o tomador de decisão, Epiácio Pessoa, em determinado sistema organizacional, que é a unidade de observação.

Como o propósito é analisar determinadas decisões da política externa brasileira de Epiácio Pessoa, quando presidente eleito, e estando fora do País, e quais os fatores que o influenciaram a tomar certas ações, é importante destacar que a apresentação da unidade decisória demonstrando sua estrutura social, econômica, cultural e institucional, em perspectiva histórica, auxilia na análise da figura do tomador de decisão conforme sua motivação, atitude e estruturas de referências.

O modelo parte do pressuposto de que determinada realidade é obrigatoriamente precedida de uma realidade anterior, e precede uma realidade futura. Estas realidades são compostas por fatos históricos dispostos aleatoriamente, que se interligam à medida que o *decision maker* percorre um caminho no processo de tomada de decisão e formulação de política externa, formando interseções que são compreendidas como fatores que auxiliaram o *decision maker* nas suas ações. Estas interseções compreendem, por exemplo, a seleção e avaliação de objetos, símbolos e condições, formação da personalidade, interação com demais atores, esfera de competência, motivação, informação, comunicação e percepção dos acontecimentos. A decisão tomada, portanto, é uma ação com objetivo, motivação e consequência determinados.

A análise do tema proposto se dará de maneira independente dos julgamentos morais e das concepções metafísicas, tomando como ponto de partida a pluralidade entre Estados, na ordem internacional devido à ausência de Poder Soberano Internacional, que regule as relações entre diversos atores, mas nunca interpretadas de modo a excluir a soberania interna de cada País.

Os atores internacionais “procuram sempre justificar-se” (Aron, 2002, p.703). Indaga-se, contudo, se “estão obrigados pelas razões jurídicas ou éticas que invocam ou se, ao contrário, devem agir de conformidade com o cálculo das forças, de acordo com a oportunidade” (Aron, 2002, p.703-704).

A soberania, na visão clássica, é o poder do Estado, que é supremo, que é o mais alto em relação aos indivíduos e independente em relação aos demais Estados. Entretanto, esse conceito evolui com o tempo e o espaço e é por demais complexo. A Soberania deve ser considerada, “geralmente, sob dois aspectos: interno e externo” (Azambuja, 2005, p.50). Entende-se por aspecto externo as relações recíprocas entre Estados, sem subordinação nem dependência, e sim igualdade.

Nesse diapasão, conclui-se que na ordem internacional isso não acontece. Em contradição às ideias em que os Estados perseguem seus respectivos interesses nacionais e em que as relações internacionais se explicam através da luta pelo poder, Aron, em seu livro “Paz e Guerra entre as Nações” afirma que essa análise somente será possível através de cada caso em particular, a partir do que considera como a especificidade das relações internacionais ou das relações entre Estados. Para ele, “a conduta dos povos é determinada também pela relação de forças” (Aron, 2002, p.425).

Williams afirma que na teoria de Hobbes, “os Estados vivem em estado de natureza. Apesar de coexistirem e de se relacionarem [...] vivem, na sua visão, em estado de anarquia, uma vez que na ausência de um poder soberano que faça com que todos respeitem as leis por ele instituídas, cada Estado busca maximizar seu próprio poder para intimidar os mais fracos e, simultaneamente, não ser intimidado pelos mais fortes” (Gonçalves, 2002, p. 54-55). Nessa visão, ao firmar o Pacto Social, o homem entra em estado de sociedade, submetendo-se ao poder do Estado, do Leviatã. Algumas destas premissas podem “ser consideradas comuns a todos os realistas” (Nogueira e Messari, 2005, p.23).

Para Locke, entretanto, o homem vem de um estado de natureza, anterior ao pacto social, pacífico em sua essência. A mudança do estado de liberdade natural para a instauração de um corpo político dar-se-á apenas através do livre consentimento. Neste momento, todos os homens se submetem às deliberações da maioria, que substitui a vontade de todos, de modo legítimo: Este é o pacto original, que se sobrepõe ao estado de natureza e, nesse sentido, impõe limites à liberdade em seu estado anterior à instauração da sociedade. Esta autoridade não pode se contrapor à lei natural.

Tendo como ponto de partida os direitos naturais do homem, Locke e Hobbes constroem a concepção de Estado baseados em modelos bastante diversos, embora com alguns pontos congruentes. A criação da sociedade civil, para o autor de Leviatã,

pressupõe a renúncia, pelos particulares, de seus direitos naturais de modo quase absoluto, excetuando-se aí o direito à vida. Para Locke, ao contrário, esta renúncia abrange apenas o direito de fazer justiça com as próprias mãos, já que tal atribuição restou conferida ao Estado.

Já para Rousseau, é o povo quem detém a soberania. Firmado o contrato ou pacto social, é ao povo que são transferidos os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Desta forma, o governante não é o soberano, mas o representante do povo, da soberania popular. As pessoas aceitam perder a liberdade civil: a posse natural para ganhar a cidadania, isto é, a individualidade civil. “Enquanto criam a soberania e nela se fazem representar, são cidadãos. Enquanto se submetem às leis e à autoridade do governante que os representa chamam-se súditos. São, pois, cidadãos do Estado e súditos das leis” (Chauí, 2000, p. 519).

Segundo Carr<sup>3</sup>, a Liga das Nações foi uma tentativa de aplicar os princípios de Locke para a construção de uma ordem institucional para a ordem internacional. Para ele, após a Primeira Guerra Mundial, a tradição liberal foi trazida para a política internacional, e alguns autores utópicos acreditavam seriamente que o estabelecimento da Liga das Nações significaria a eliminação da força nas relações internacionais, e as forças armadas seriam substituídas pela discussão (Carr, 2001, p. 136).

Após o isolacionismo verificado na política exterior do Império, quando os temas centrais eram deixados de lado para a resolução dos problemas internos, as poucas questões que envolviam assuntos extracontinentais, conforme explica Cardim<sup>4</sup>, eram referentes ao reconhecimento da independência, ao tráfico negreiro e à questão religiosa. Segundo o autor, este isolacionismo só terminou em 1902, quando da visita do Presidente argentino ao país, cerca de 80 anos após a independência, já durante a República. No período republicano, até a chegada de Rio Branco ao Itamaraty, o Brasil mantinha certa instabilidade ministerial, como afirma Delgado de Carvalho<sup>5</sup>. Segundo o autor, “a vida internacional do Brasil que, depois de 1889, tinha passado por uma fase de recolhimento, chegou a seu apogeu nas Presidências em que Rio Branco ocupou a Chancelaria” (Carvalho, 1998, p. 249).

---

<sup>3</sup> Em *Racionalismo e a Liga das Nações*, p. 40, op. Cit.

<sup>4</sup> Op. Cit. p. 56.

<sup>5</sup> Op. Cit. p. 243.

O Brasil, percebendo a sua inferioridade entre as Potências mundiais em termos bélicos, viu na diplomacia uma alternativa para aumentar seu prestígio internacional. Era uma estratégia defensiva, mas em um mundo onde o fraco deve ser cauteloso, conciliatório e ágil, demonstrou-se bastante eficaz (Hilton, 1980, p. 350).

Para tanto, o palco ideal para incrementar esse prestígio seriam as conferências internacionais, as quais o Brasil já vinha se demonstrando um hábil participante, principalmente após a atuação de Rui Barbosa em Haia, em 1907. Segundo Carlos Henrique Cardim, dois fatos foram decisivos para este novo prestígio internacional: a obra do Barão do Rio Branco e as primeiras participações no plano global da nova república, expressas na Conferência de Paz em Haia e na participação brasileira na Primeira Guerra Mundial (Cardim, 2007, p. 81).

A participação na Guerra valeu ao Brasil, o direito de estar na Conferência de Versalhes, em 1919, onde se mostrou bastante atuante e com certo destaque, tendo obtido algumas vitórias importantes, o que proporcionou ao país um assento provisório no Conselho da Liga das Nações, e uma maior participação nos temas mundiais (Cardim, 2007, p. 82), em que pese o entendimento de Hélio Vianna, que afirma não ter o Brasil tirado proveito algum das circunstâncias da Conferência de Paz, bem como da participação na Liga das Nações (Viana, 1951, p. 194). Para Epiácio<sup>6</sup>, o Brasil era “um fervoroso partidário da Liga das Nações, à qual seriam confiadas muitas das questões apresentadas à Conferência de Paz”. Para ele, “a Liga das Nações estava destinada a exercer um poderoso efeito sobre as relações internacionais”.

Segundo Eugênio Vargas Garcia, “a aspiração de participar das grandes decisões mundiais era um traço característico da política externa brasileira do período” (Garcia, 2005, p 28). Neste período o Brasil mantinha uma visão *pan-americana*<sup>7</sup>, a amizade e a dependência econômica com os Estados Unidos permaneciam ativas, entretanto, começava a buscar ser mais *universalista*, chamando a atenção das grandes potências, e uma maior participação na nova ordem internacional. Para João Pandiá Calógeras, as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil existiam, mas talvez fosse o Brasil a

---

<sup>6</sup> Em “Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional”, Obras completas, vol. 14, p. 5.

<sup>7</sup> Segundo Hélio Vianna, “desde os tempos do Reino Unido surgiram no Brasil idéias relativas à organização de uma *Liga Americana* [...] Sob o Império, apesar de sua condição de única monarquia americana, apoiou o Brasil todas as iniciativas que tinham em vista o maior conagraçamento entre os povos do continente, quer para a defesa dos respectivos países contra pretensões europeias, quer em congressos políticos ou jurídicos” (Vianna, 1951, p. 140/141).

nação que mais se aproximava da América do Norte do ponto de vista político, pois a intimidade e comunhão de ideias datam dos primeiros dias da independência. Para ele, também foi importante a doutrina Monroe, pois cooperou para criar um bom ambiente e entendimentos, por tê-la como obra comum de ambos os povos, e não como mera norma americana interna (Calógeras, 1945, p. 443).

Também neste sentido, Heitor Lyra afirma que “por suas afinidades, na América, o Brasil e os Estados Unidos estão destinados a desempenhar nesta parte do mundo uma tarefa que a cada dia se torna mais importante e mais vasta, e cujo êxito depende, em grande parte, de uma franca e leal amizade entre ambos [...] na estreita união entre os Estados Unidos e o Brasil reside o principal fator de paz no seio da grande família de nações americanas, aquela *paz americana...*” (Lyra, 1941, p. 198).

A obra de Rio Branco, sem dúvida, foi o marco principal para o Brasil ter maior destaque em relação à política internacional no período analisado. Foi a partir de sua gestão que o país passou a apresentar certas constantes na política externa, que se apresentam como padrões de conduta. Para Cervo, o grau de previsibilidade da política exterior do Brasil, em termos comparativos, é dos mais elevados. Através do tempo, constitui-se um conjunto de valores e princípios de conduta externa que perpassou as inflexões e mudanças da política. Estas últimas corresponderam antes a reforços de tradições subjacentes (Cervo, 1994, p. 26).

Com o intuito de manter o estudo no período da República Velha que se estende até o final do governo de Epitácio Pessoa (1922), foram identificados os padrões existentes até então, destacando-se o pacifismo, o juridicismo e o realismo pragmático, este último vindo do império, com o caráter realista, adicionado pelo pragmatismo instituído por Rio Branco entre os anos de 1902 a 1912. As relações recíprocas com diversos países e a visita de diversos representantes de governos europeus e americanos na presidência de Epitácio acentuavam o caráter pacifista do Brasil. “No exterior, a nossa política desenvolvia-se harmoniosamente. O seu equilíbrio, como costuma suceder, refletia a força moral do governo na política interna; o Brasil ampliava o seu prestígio internacional” (Gabaglia, 1951, p. 398).

Interessante observar que Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro “Raízes do Brasil”, afirma que “o amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos

aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro”. Para ele, “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento fluido, que obriga à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação espiritual” (Holanda, 2006, p. 172-173).

Na questão do realismo brasileiro, por exemplo, a inclusão do Conselho Executivo das quatro nações demonstra como o Brasil compreendeu a política do bom senso e do realismo. No caso em tela, quando propuseram emendar a organização do Conselho Executivo para tornar elegíveis anualmente seus nove delegados, o Brasil votou com os que queriam, por um ano ainda, a manutenção do *status quo*, continuando apenas eleitos a título permanente os delegados das cinco grandes potências. “Era colocarmo-nos em atitude conservadora, mas que se justificava tanto pelo interesse imediato da nossa reeleição ao Conselho, como por um sentimento de fidelidade à estrutura primitiva da Liga” (Gabaglia, 1951, p. 399).

Para relacionar os temas aqui dispostos, com o período do governo de Epitácio Pessoa, a análise de seus livros demonstra-se necessária, a fim de que se verifique até que ponto os padrões de política externa foram afetados por sua atuação. A análise de documentos da época como periódicos e correspondências, além da verificação das motivações pessoais e oficiais, podem trazer novas concepções sobre a importância de Epitácio Pessoa na efetivação de tais constantes da política externa, e se, no seu governo, como afirma Calógeras (1945, p. 423), teve início “um dos mais notáveis períodos presidenciais de nossa terra, inferior a nenhum dos mais salientes de nossa história”.

A análise do tema proposto sob um ponto de vista histórico, reconstituindo os fatos capitais foi feita através de uma narrativa, que procurou identificar os acontecimentos essenciais. Com base nesta descrição dos fatos e acontecimentos, e diante da análise dos dados empíricos extraídos das fontes consultadas, foram extraídas algumas considerações acerca dos interesses, das motivações e da finalidade de algumas atitudes tomadas por Epitácio Pessoa quando chefe da delegação brasileira em Paris e quando presidente do Brasil. O estudo bibliográfico compreenderá as contribuições teóricas de vários autores que realizaram artigos, dissertações e teses sobre a política externa da Primeira República, paradigmas existentes nesta política externa, bem como sobre relações internacionais, soberania, e temas afins. Conforme Martins (2000, p. 28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o

tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado”.

A pesquisa tem caráter exploratório, segundo Martins (2000, p. 30) “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto com a finalidade de formular problemas e hipóteses”. O estudo tem uma base descritiva das características apresentadas pelos vários atores internacionais.

Quanto à pesquisa documental, foram utilizados os arquivos sobre Epiácio Pessoa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Também foram pesquisados os arquivos históricos de jornais e periódicos, como o *New York Times* e *L'Illustration*, *Le Pays de France*, dentre outros, para auxiliar na interpretação das imagens que o Presidente eleito deixou nos países visitados antes da volta ao Brasil<sup>8</sup>, bem como artigos e teses sobre o objeto estudado. A bibliografia serviu para confrontar, julgar, recompor e dar inteligibilidade aos dados coletados, servindo para auxiliar na análise e elaboração das interpretações. Também foram realizadas pesquisas documentais e eletrônicas para a construção do referencial teórico necessário à realização do estudo de caso. Com isso, diante da leitura da bibliografia e da busca de fontes normativas e históricas confiáveis, bem como dos questionamentos a serem feitos, pretende-se chegar a uma resposta adequada sobre se efetivamente o governo de Epiácio Pessoa teve, à luz das Relações Internacionais, participação efetiva na consolidação dos padrões da política externa da época.

Desta maneira, pode-se analisar a Política Externa Brasileira à luz dos acontecimentos mundiais, no período analisado, as influências sofridas pelo Brasil por outras políticas externas e pelos regimes internacionais, abordando a diplomacia presidencial exercida por Epiácio Pessoa antes de voltar ao Brasil, sob o ponto de vista do tomador de decisão na condução da política externa. Assim, análise foi feita através do uso das teorias de Relações Internacionais e do ramo de História das Relações Internacionais, construindo um referencial histórico para analisar o período estudado, utilizando os conceitos clássicos deste ramo, como a interpretação antropológica, cultural e psicológica do indivíduo, conforme ensina Snyder, Bruck e Sapin, permitindo

---

<sup>8</sup> A título de consideração, cabe destacar que os países visitados compreendiam algumas das grandes potências europeias, mais Portugal, Bélgica, além dos Estados Unidos e do Canadá, antes de voltar ao Brasil. Perceba-se que nenhum país sul-americano foi visitado antes do regresso, o que pode ser entendido como um “diálogo entre os grandes” onde o interessante era posicionar-se melhor no cenário internacional.

verificar a imagem e a percepção existente no país sobre os demais estados e vice-versa, e a forma como estes se relacionavam em âmbito internacional. As teorias de Relações Internacionais serviram para rever o conceito de "regime internacional", e para delimitar o tema proposto, através dos autores que discutem a possibilidade de haver "teorias" que permitam entender o processo de formulação de política externa, tais como Amado Cervo, Clodoaldo Bueno e outros.

## **2.0 - EPITÁCIO PESSOA – UMA VISÃO ARISTOCRÁTICA E TRADICIONAL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Neste capítulo, os fatos são apresentados como as forças históricas no sistema de causalidade de Duroselle, onde se desdobram em acontecimentos ao mesmo tempo em que as determinantes relacionadas à finalidade, ou seja, aos desígnios, ambições, objetivos e metas da vontade social da unidade decisória agem sobre eles, sendo esta vontade social uma incumbência política do Estado, de sua sociedade ou de suas lideranças.

Para se compreender o caráter aristocrático e tradicional de Epitácio Pessoa na formulação e condução da política externa brasileira entre 1919 e 1922, além da importância atribuída à conjuntura interna e internacional, do Segundo Reinado à República, torna-se fundamental mostrar, em perspectiva histórica, o ambiente socioeconômico em que ele nasceu e cresceu, para apresentar um perfil de sua formação, suas influências, ideias e percepções como agente tomador de decisão.

O aspecto fundamental da abordagem deste capítulo está na análise da política externa brasileira através da figura de Epitácio Pessoa desde sua origem e formação, para verificar de que maneira sua personalidade foi afetada pelos valores e normas sociais da estrutura sociopolítica em que vivia, como estes valores foram por ele recebidos, e de que forma sua experiência profissional, enquanto tomador de decisão em diversos níveis da burocracia brasileira, influenciou sua estrutura motivacional e a condução da política externa brasileira, conforme a teoria de Snyder, Bruck e Sapin, apresentada na introdução, enquanto Diplomata Chefe da Delegação brasileira em Versalhes e Presidente eleito do Brasil, quando estava ausente do país em 1919 até sua volta ao país.

Esta análise tem como pano de fundo uma nova República, ainda ligada à estrutura do Império, a criação de alguns padrões em sua política externa, a implementação desses padrões, e as percepções e reações do país na condução de sua política externa até a participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A partir dessa evolução vão sendo apreendidas as mudanças na organização político-social do país, baseada em suas relações de parentesco, e seus reflexos na construção da nacionalidade brasileira, para apresentar o quadro nacional em relação às potências internacionais antes da participação brasileira no conflito.

## **2.1 - Do segundo Reinado à República**

O Segundo Reinado teve início no Brasil em 1840, e segundo Calógeras (2009, p. 179), pôs fim a um período de “instabilidade inerente e fraqueza dos governos provisórios das Regências”. Nos primeiros anos a estabilização e pacificação do país foram perseguidas com afinco pelo novo Imperador, e suas medidas centralizadoras permitiram-lhe ampliar seus poderes imperiais, aumentando seu controle sobre o Estado, restringindo, todavia, a participação política da população, mas garantindo ao imperador o papel de representante político da aristocracia rural.

Este período relativamente calmo na política interna não encontrava similaridade em âmbito externo, e as intervenções brasileiras na região platina foram os principais acontecimentos da política externa do país (Trindade & Albuquerque, 2004, p. 75), o que levou o Império Brasileiro a declarar guerra contra o Paraguai, no ano de 1864, juntamente com a Argentina e o Uruguai. Na “Guerra do Paraguai”<sup>9</sup>, cujas raízes são bastante complexas, destacam-se as questões internas de cada país envolvido no conflito e os interesses britânicos na região (Del Priore e Venâncio, 2010, p. 187/188). No caso brasileiro, a consolidação das políticas imperiais na Região do Rio da Prata<sup>10</sup> garantiu a

---

<sup>9</sup> O conflito, que durou até 1870, foi considerado o mais sangrento do qual o Brasil participara, e pode ser considerado como o ápice do Segundo Império brasileiro e o início do seu declínio, pois revelou contradições na sociedade escravagista e transformou o exército brasileiro em um importante agente político (Del Priore e Venâncio, 2010, p. 187-188).

<sup>10</sup> Esta região fora palco de disputas entre portugueses e espanhóis desde o período colonial, quando o processo de independência na América espanhola fragmentou a região, favorecendo a influência portuguesa e, posteriormente, a brasileira, já que não tinham interesse na formação de um grande país na América do Sul, preferindo a região dividida e fragmentada em pequenas unidades (Trindade e Albuquerque, 2004, p. 75).

liberdade de navegação em seus rios, e um exército profissionalizado, que saiu fortalecido, prestigiado e ativo politicamente.

Após a guerra, a nação, composta dos aristocratas senhores de engenho, fazendeiros de café, industriais, e também dos escravos, trabalhadores e de todos os demais habitantes, possuía em um sistema socioparental, que favorecia a troca de favores e benefícios a todos aqueles que apoiassem sua estrutura. A expansão do comércio externo baseado na exportação do café aumentou os recursos estatais, o que estimulou o sistema político paternalista, permitindo ao Estado, ao mesmo tempo, manter sua legitimidade e ordem hierárquica social.

A guerra, todavia, ajudou a derrubar a monarquia e a acabar com a escravidão no país, pois havia uma animosidade dos militares em relação à monarquia, que decorria da consciência daqueles acerca do estado de abandono em que se encontrava o Exército Brasileiro à época do conflito (Del Priore e Venâncio, 2010, p. 192-202). As forças armadas percebiam a carência de progresso na defesa nacional, e não encontravam respaldo nos partidos políticos, que se dividiam naqueles leais ao Imperador, que já dava sinais de enfraquecimento, e naqueles que começavam a atacar o instituto monárquico, e que se apoiaria no próprio exército, nos fazendeiros e ex-donos de escravos, além da Igreja (Calógeras, 2009, P. 282-283).

O período compreendido entre 1850 e 1870 representou uma “era de ouro” para um governo estável e liberal (Bethell, 1999, p. 160). O progresso e o crescimento do país eram facilmente percebidos no período compreendido entre 1845 e 1870, decorrentes do encerramento das agitações revolucionárias e do fim da Guerra do Paraguai, revelando-se uma das fases mais importantes e construtivas do Império (Calógeras, 2009, p. 214).

Após a guerra do Paraguai, os esforços para a eliminação do trabalho escravo no Brasil tomaram impulso. Todavia, a escravidão, que por três séculos era a única fonte de mão de obra e havia sido a base do progresso material da terra, não poderia ser facilmente substituída. A assinatura de dois tratados com a Inglaterra, em 1826, sobre o tráfico negreiro, e em 1827, sobre o comércio e navegação, conseguiu gerar um sentimento nacionalista contra os britânicos por parte dos fazendeiros e produtores, que eram a classe dirigente do Império. Naquele período, a opinião pública era favorável à importação de negros, e as ordens dadas pelo governo contra tal prática eram

desobedecidas ou não surtiam efeitos. Os ingleses não percebiam que aquilo que levara anos para ser extinto em seu país, e que não representava uma grande fração de sua atividade comercial e econômica, não poderia ser extinto em poucos anos no Brasil, pois abrangia a vida econômica inteira do Império (Calógeras, 2009, p. 162- 165).

O problema maior do fim da escravidão seria a forma de se evitar a ruína de milhares de fazendeiros, que constituíam a maior parte da sociedade brasileira. Se para os escravistas a abolição representou uma traição e um confisco da propriedade privada<sup>11</sup>, a ideia de indenizar a propriedade escrava não era tolerada pela opinião pública, pois o ambiente sociopolítico não admitia a ideia de indenização. Para Calógeras, as perdas econômicas e a ruína da propriedade não foram as consequências da abolição, mas sim, a destruição do prestígio e do influxo social de uma classe conservadora, poderosa e influente do Império, que passou a romper as relações com a monarquia (Calógeras, 2009, p.295- 297).

Entretanto, por volta de 1872, ainda existia no país cerca de 1,5 milhão de escravos, vivendo em condições desfavoráveis e com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade. Com o crescimento da produção cafeeira no Sul houve um incremento do tráfico interno, em prejuízo das regiões que já operavam com rentabilidade reduzida, como as que produziam algodão e açúcar, no Norte e Nordeste do país (Furtado, 2007, p. 173-180). Entre 1864 e 1874, o número de escravos no Nordeste açucareiro passou de 774 mil (45% do total de escravos brasileiros) para quase 436 mil, enquanto as regiões cafeeiras passaram de 645 mil (43% do total de escravos) para quase 810 mil. O incremento do tráfico interno de escravos foi necessário para suprir a demanda nacional de mão de obra ao mesmo tempo em que o número de imigrantes no Brasil crescia de maneira exponencial, passando de um total de quase 5 mil entre 1846 e 1850, para cerca de 300 mil entre 1851 e 1875 (Bethell, 1999, p. 124-137).

Neste período, entretanto, aumentou a desafeição pelo regime imperial com o fim da escravidão no Brasil e o descontentamento dos ex-senhores de escravos, que, associados com a insatisfação dos militares e dos religiosos, além do aumento de sua dívida externa, principalmente com os bancos ingleses, em decorrência da Guerra, em

---

<sup>11</sup> O impacto causado pela abolição foi devastador na relação entre o governo imperial e os proprietários rurais, pois na época em que foi sancionada, uma indenização era impossível, já que os 700 mil escravos existentes valiam cerca de 210 milhões de contos de réis, enquanto o orçamento geral do Império era de 165 milhões de contos de réis (Del Priore e Venâncio, 2010, p. 210).

um movimento centrífugo, que os distanciavam do Império, abrindo caminho para as ideias liberais e republicanas.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o período da abolição da escravatura representou um marco divisório entre duas épocas, pois o Brasil quebrou os alicerces de sua civilização de raízes rurais, para instaurar uma sociedade urbana e economicamente moderna. Todavia, suas transformações foram superficiais e artificiosas, já que perduraram os padrões econômicos e sociais da era colonial<sup>12</sup> (Holanda, 2006, p. 69-76). Neste período o eixo econômico e político do país passou do Nordeste para o Sudeste brasileiro.

Como um retrato aproximado dessa realidade nacional, as províncias mais antigas do Nordeste brasileiro mantinham certas características da formação sócio-estrutural ligada ao período colonial e ainda mais antigas do que as relações que mantinham com o Império. A estratificação social e a dominação das elites oligárquicas sobre a coisa pública ajudavam a manter certos *status* da aristocracia e dos grupos familiares que dominavam a região com uma simbiose prejudicial entre o público e o privado na constituição das cidades, no governo das províncias e na relação entre seus habitantes.

Nessa região, a entidade privada precede sempre, no indivíduo, a entidade pública, sendo a família uma “organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos”, marcando a sociedade brasileira, suas atividades e sua vida pública, resultando em um predomínio, em toda vida social, de sentimentos próprios à comunidade doméstica, particularista e antipolítica. Em suma, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 2006, p. 80-81).

Como resultado, surgem durante o Segundo Império, no nível regional, os clãs-parentais, ou extensas famílias que se relacionavam por laços de sangue, casamento ou parentesco imaginário, e posteriormente chamados clãs-eleitorais, com o surgimento dos partidos políticos e a partir do momento em que as famílias começaram a abranger

---

<sup>12</sup> A economia colonial era baseada em latifúndios escravistas, na monocultura e na exportação de produtos primários, o que tornava o país dependente da importação de produtos manufaturados. O algodão e o açúcar dominavam a pauta de exportação, mas passavam por uma crise, o que proporcionou o aumento da cultura do café, que aos poucos substituiu o açúcar como principal produto brasileiro, chegando a representar quase metade das exportações brasileiras em 1850 (Bethell, 1999, p. 116).

os municípios, tornando-se, a nível local, “os mais importantes segmentos” dos partidos políticos nacionais. A manifestação local da oligarquia era o coronelismo, e distribuía-se universalmente pelo país, sendo o coronel o intermediário entre os interesses das famílias de elite e o governo central (Lewin, 1987, p. 14-15).

Nestas condições, no ano de 1865, na serra do Cariri, cerca de 540 metros de altura em relação ao nível do mar, em um ponto de passagem de tropeiros e viajantes, no município paraibano de Ingá, numa localidade conhecida como “Pouso do Umbuzeiro”, em referência a uma árvore nativa muito comum na região, nasceu, na fazenda Marcos de Castro, o quinto filho do casal Coronel José da Silva Pessoa e Henriqueta de Lucena, descendentes de ricos pernambucanos proprietários de terra. A criança foi chamada de Epitácio da Silva Pessoa, sendo o primeiro nome uma homenagem ao santo<sup>13</sup> daquele dia 23 de maio (Gabaglia, 1951, p. 23). Esta pequena localidade na divisa entre os estados da Paraíba e de Pernambuco e só foi desmembrada e elevada à categoria de vila em 1890<sup>14</sup>, passando a ser chamada de Umbuzeiro.

Ainda durante o Império, a economia da Paraíba, pequena Província localizada no Nordeste do Brasil, apresentava uma variedade de produção nas áreas de pecuária, agrícola e em mineração, mas basicamente assemelhava-se à economia do Império. Em 1850 havia 214 engenhos funcionando, a produção de açúcar e algodão era equivalente, e a cultura do café também figurava na economia da Província (Freire, 1987, p.123-124). Todavia, apesar do número de engenhos saltar para cerca de 230 em 1860, essa prosperidade era ilusória, pois as técnicas de produção não se renovavam, e a cultura açucareira só permaneceu devido à mão de obra escrava (Mello, 2002, p. 115). Por volta de 1856, possuía uma população de aproximadamente 209 mil habitantes, dos quais cerca de 180 mil eram livres e os demais eram escravos (Mello, 2002, p. 115). Sua sociedade tinha seus princípios de respeito e tradição, e hábitos aristocráticos na sua elite. Parte da riqueza da Província era estruturada em grandes latifúndios que, muitas vezes, ultrapassavam seus limites territoriais. Neste sistema social o chefe da família impunha seu poder a todos seus dependentes, que o tratavam com respeito (Freire, 1987, p.124-126).

De todo modo, o período monárquico do Segundo Império apresentou-se improdutivo para a Província, já que, apesar deste surto de prosperidade, sem os

---

<sup>13</sup> S. Epitácio, bispo espanhol que morreu queimado em Burgos, no século II (Gabaglia, 1951, pg. 23)

<sup>14</sup> Decreto estadual nº 15, de 02/05/1890.

estímulos dos poderes públicos, sem capitais, sem vias de transporte e sem exportação direta, a Paraíba não tinha capacidade de resistências a crises gerais. Em estado de abandono pelos poderes centrais, suas forças econômicas encontravam-se combalidas (Almeida, 1980, p. 263-270).

A família de Epiácio Pessoa, que chegara àquela região poucos anos antes, havia herdado a propriedade. Seu pai, que gostava de sua existência sertaneja, era “temível em suas cóleras, generoso com seus escravos”, sendo este “um traço peculiar à sua raça”. Possuidor de relações e influência política, ele favoreceu o desenvolvimento daquela povoação e proporcionou à sua família uma vida simples no campo, mas por vezes rude e arriscada, já que na época, o sertanejo, senhor de engenho, “acumulava, como de direito, as funções de agricultor, criador, homem de negócios, médico e mestre”, além de ser um defensor contra possíveis ameaças. Sua mãe levava a vida de senhora de engenho, “ocupada em casa, com as filhas e as mucamas” (Gabaglia, 1951, p. 25-26).

Filho de aristocratas, logo cedo Epiácio Pessoa ficou órfão. Em setembro de 1873, quando tinha oito anos, viu sua mãe falecer vítima de varíola, e, quarenta dias depois, também perdeu seu pai, acometido da mesma enfermidade. Separado de suas duas irmãs e do irmão primogênito, foi levado a Recife juntamente com Antônio Pessoa, seu irmão mais próximo, onde foi criado pelo tio Henrique de Lucena, o Barão de Lucena, que foi o responsável direto pela educação de Epiácio. Magistrado de carreira, fora desembargador e governador da Província de Pernambuco por diversas vezes, durante o Império, além de ministro da Fazenda e homem de confiança do Presidente Deodoro, na Primeira República (Melo, 2005, p. 29).

Por não poder exercer diretamente a tutela, matriculou Epiácio no Ginásio Pernambucano, onde recebeu sua educação e aprendeu, através de seus mestres, “os princípios morais, a noção do bem e do mal” (Gabaglia, 1951, p. 27-28; Streeter, 2010, p. 14-15). Lá também adquiriu boa cultura humanística, e teve acesso a uma formação sólida em português, latim, francês e grego, além de história, literatura, matemática e filosofia. Nos seus últimos anos do Ginásio, “absorveu, [...] as ideias políticas e filosóficas do tempo – um tempo de grande fermentação intelectual” (Gabaglia, 1951, p. 31).

Em 1882, ao ingressar na Faculdade de Direito de Recife, Eptácio Pessoa encontrou o ambiente propício para pôr em prática esse conhecimento, já que esta despontava como grande centro nacional de formação intelectual, diante das mudanças políticas, sociais e econômicas em curso no país, com o advento de ideais liberais e republicanos, que traziam à tona novas agitações intelectuais, e onde se destacavam jovens intelectuais com pouco respeito pelas tradições nacionais. Nessa época, o Brasil era acusado, algumas vezes, de não produzir cientistas e engenheiros suficientes, de maneira a diversificar sua indústria e expandir sua economia. Todavia, o país era pródigo na produção de advogados (Streeter, 2010, p. 15). Este curso jurídico, juntamente com o de São Paulo, contribuiu sobremaneira na formação de homens públicos capazes (Holanda, 2006, p. 157).

Liderados por Tobias Barreto, os jovens formados na escola de Direito pernambucana transformaram Recife em um dos centros de influência dessa nova mentalidade crítica fundamentada no Positivismo, exatamente quando a mentalidade tradicional estava mais vulnerável. Esta corrente advinda da França foi especialmente acolhida pelas elites por seu caráter científico e pelo contraste em relação à estrutura cultural católica, e porque tinha um apelo para os membros da elite que desejavam desenvolvimento econômico sem mobilização social, pois eles achavam que a grande massa da população brasileira era despreparada para exercer a plena participação social, e porque entendiam que o aspecto autoritário do Positivismo era o modelo de modernização que concentrava o poder nas mãos da elite, e tinha na família a base da unidade social (Skidmore, 2005, p. 10-13).

Como afirma Linda Lewin, “o promissor sobrinho de Lucena estava pronto para ingressar numa das mais prestigiosas instituições intelectuais do país [...], onde fez um excelente curso, graduando-se em 1886 entre os primeiros alunos de uma classe especialmente distinta. Seus quatro anos na Faculdade de Direito se passaram na companhia de professores e estudantes que tornaram a *Geração dos Oitenta*, à qual pertenceu, a mais brilhante da história da instituição. Tobias Barreto e Sylvio Romero, por exemplo, foram seus professores, e seus companheiros de classe incluíram os futuros romancistas Graça Aranha e Lima Barreto [...]. Além disso, ele desenvolveu relações duradouras com vários estudantes que mais tarde serviriam aos Pessoa como deputados federais e senadores ou liderariam a oligarquia como presidentes da Paraíba [...]” (Lewin, *apud* Melo, 2005, p. 30-31).

Até sua mudança para o Rio de Janeiro, o sertão do cariri de origem e a sociedade mais rude do sertão paraibano não deixaram de fazer parte do ambiente cultural de Epitácio (Lewin, 1987, p. 150).

Ao terminar o curso de Direito, Epitácio Pessoa foi exercer seu primeiro cargo público efetivo de Promotor na comarca do Cabo, em Pernambuco, de onde partiu, dois anos depois, para o Rio de Janeiro, em novembro de 1889, chegando antes da queda do Império. Na noite anterior à proclamação da República, encontrava-se na companhia de seu irmão, José Pessoa<sup>15</sup>, na casa do Marechal Deodoro, um dos preeminentes veteranos da Guerra do Paraguai e dos mais influentes militares da aristocracia do exército. Graças as suas conexões familiares, durante a república, Epitácio passa a frequentar o Itamarati, depois da escolha do seu irmão, o tenente Pessoa, como ajudante de ordens de Deodoro. Já em 1890, após exercer o cargo de Secretário-Geral na Paraíba, por influência do parentesco com o Barão de Lucena, no Governo de Venâncio Neiva, este próprio, cunhado do Barão (Gabaglia, 1951, p. 45-52; Melo, 2005, p. 31-32; Streeter, 2010, p. 16-17). Seu irmão, José Pessoa, era militar e ainda mantinha relações estreitas com seus irmãos e suas famílias em Recife e Umbuzeiro, e foi quem ofereceu a Epitácio uma importante rede de relações na política nacional, que se estendia tanto pela elite civil quanto pela elite militar (Lewin, 1987, p. 150).

O novo regime foi acolhido com aplausos pelas nações americanas, sendo a Argentina, o Uruguai e o Chile os primeiros a reconhecerem o Brasil como a mais nova república do continente, ainda em 1889. O reconhecimento norte-americano aconteceu apenas em 1890, mas antes das potências europeias, o que mereceu uma resolução no Congresso Constituinte daquele ano, demonstrando um estreitamento das relações entre os dois países e significando um novo direcionamento nas relações internacionais do Brasil em relação aos Estados Unidos. Neste mesmo congresso, que coincidiu com o aniversário do novo regime, houve o reconhecimento britânico, com a ordem de se saudar a bandeira brasileira pelos navios de guerra, todavia, o reconhecimento formal só veio em 1891, após a realização das eleições, assim como a França foi o primeiro país europeu a reconhecer o Governo Provisório, ainda em 1890, após a retomada das negociações sobre os limites com a Guiana. Os demais países europeus, entre eles Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha e Portugal, aguardaram a realização de eleições para

---

<sup>15</sup> Michael Streeter, entretanto, afirma que nesta noite de 14 de novembro de 1889, Epitácio Pessoa fora à casa do Marechal Deodoro na companhia do Barão de Lucena (Streeter, 2010, p. 16).

reconhecer a república Brasileira, o que ocorreu apenas em 1891. A Rússia só veio a fazê-lo após a morte do Imperador em 1892 (Cervo e Bueno, 2008, p. 151-155).

Por ocasião da Constituinte de 1890, Epiácio Pessoa foi eleito o Deputado Federal mais votado na bancada paraibana, aos 25 anos de idade, nas eleições daquele ano, o que o levou de volta à Capital Federal. Na Assembleia Constituinte sobe ao plenário para combater o perigo à nova República presente no artigo 27, § 1º do projeto de Constituição, que estabelecia uma proporcionalidade de representação na Câmara Federal desigual entre os Estados de grande e pequena população, o que levaria estes a terem uma menor bancada em relação àqueles. Para Epiácio, a desproporção na representatividade poderia afetar a unidade da Nação e o futuro do Brasil, pois a eleição do Presidente da República, por exemplo, poderia acontecer conforme os desejos de uma parte dos estados e não de sua totalidade. Para ele, a “única virtude de tal desigualdade será enfraquecer os laços de fraternidade que devem ligar estreitamente todos os estados da grande União Brasileira”. Combateu ainda o arbitramento em caso de declaração de guerra por parte do governo brasileiro, já que entendia ser inconcebível tal exigência, pois no caso de uma agressão por parte do estrangeiro não se pode exigir a obrigatoriedade de arbitramento, não sendo admissível, desta forma, arbitramento em questão de honra nacional. Deste congresso resultou a primeira Constituição republicana, que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 (Gabaglia, 1951, p. 54-58).

Representante de uma geração disciplinada por padrões conservadores, Epiácio Pessoa utilizava-se da estrutura político-oligárquica regional para ganhar espaço no cenário nacional, pois sua família, os “Pessoa”, constituía uma demonstração de sobrevivência das bases do poder fundadas no parentesco, na política estadual e nacional durante os primeiros anos do século XX, conforme as características da parentela descrita por Linda Lewin. Quando sob orientação de Epiácio como ministro da Justiça, Educação e Cultura, no fim dos anos 1890 houve uma revolta ideológica contra o patriarcado e contra o casamento imposto, que viria a provocar mudanças na legislação da família e do direito de herança, em 1915, no novo Código Civil Brasileiro, todavia, a mudança foi feita dentro de uma organização política em que as estruturas sociopolíticas ainda dependiam da família de elite e da organização de parentesco, possibilitando a sobrevivência da parentela de elite como uma entidade importante, que resistiu à decadência da sociedade agrária, sendo esta uma característica essencial das

oligarquias dos estados menos desenvolvidos e que teve seu auge de influência na República Velha.

Essas mudanças não se limitavam à Paraíba ou ao Nordeste. Embora com diferenças regionais, o poder da família de elite estava transformando-se em todo o país, com características mais conservadoras nos estados menos desenvolvidos e politicamente subordinados, o que os impediu de observarem mudanças econômicas e de urbanização mais amplas (Lewin, 1987, p. 153-155). Desta forma, o Brasil se constituía numa sociedade aristocrática nos moldes apresentados por Giddings:

“Uma sociedade é aristocrática, enquanto existe como oportunidade, embora compartilhada, não é formalmente regularizada como tal, e o controle é detido por uma classe privilegiada, qualificada pela habilidade e experiência para governar no sentido administrativo do termo, mas não para governar sem o desprendimento necessário sobre os demais” (Giddings, 1920, p. 515).

O próprio Epitácio Pessoa teve sua formação influenciada pelas mudanças acontecidas no Brasil desde meados do século XIX, durante o Império, e a nova elite administrativa e o estado. As profissões liberais, o recrutamento para a Guerra do Paraguai e a implantação de escolas primárias e secundárias, segundo Linda Lewin, abriram caminho para a libertação do controle parental. Entretanto, a obtenção de títulos ou a carreira militar acabou por servir como trunfo político das famílias, que utilizavam os filhos bem preparados como ligações cruciais entre o município e o sistema político nacional, tornando-os o complemento do processo político para o coronel de pouco estudo. Na verdade, houve uma moderação do absolutismo patriarcal (Lewin, 1987, p. 173-175).

A República surgida em 1889 manteve a mesma estrutura sociopolítica do Império, em que o poder central do Imperador mantinha sob controle uma extensa região, governada por uma classe privilegiada. Os governantes republicanos, fossem militares ou civis, mantiveram essa estrutura oligárquica, todavia, agora era o Presidente quem detinha o poder central. Como afirma Thomas Skidmore, pela Constituição de 1891, a Presidência era o grande prêmio da política nacional, e como o presidente estava constitucionalmente impedido de suceder-se a si mesmo, era fatal que houvesse grande agitação política, de quatro em quatro anos, à medida que a liderança situacionista procurava o acordo entre os líderes das principais máquinas políticas estaduais para a indicação do seu sucessor (Skidmore, 1976, p. 21).

Apesar disso, o controle efetivo dos rumos da nação era exercido pelos estados mais poderosos, como já previa Epitácio na constituinte de 1891, pois o presidente, devido à maneira como chegava ao poder, estava na esfera de influência dos presidentes das províncias. Na verdade, a política nacional desde o advento da República, é uma política dos estados, já que houve um deslocamento da força política do centro para a periferia, ou seja, do centro para os Estados. Como afirma Raymundo Faoro, “o coronelismo se insere nesse esquema da supremacia estadual [...], imanado à oligarquia das unidades federadas numa interação recíproca, onde o comando do sistema cabe ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, sendo este o representante junto à União”, o que levaria à hegemonia dos estados mais prósperos e poderosos, sobretudo São Paulo, Minas e o Rio Grande do Sul, prejudicando os decadentes, principalmente Bahia e Pernambuco (Faoro, 1977, p. 464-629).

## **2.2 - Do continentalismo e isolacionismo político no Segundo Reinado aos padrões da Política Externa na República**

Se no cenário interno as mudanças ocorridas no período compreendido entre a transição do Império para a República acarretaram momentos de instabilidade e aumento das diferenças entre suas províncias, a situação do Brasil no cenário internacional não era menos complicada, seja em relação aos seus vizinhos, seja em relação aos demais países. A diversidade americana, com um quadro complexo composto por três Américas, inglesa, espanhola e portuguesa, não impossibilitava a ideia de um continentalismo unificador, em um sentido americano de totalidade. Essas diferenças, pelo contrário, serviam para harmonizar todo o conjunto, completando-se excesso e deficiências recíprocos, fossem eles econômicos ou políticos, tanto de fortuna quanto de educação, através do ideal pan-americanista (Vianna, 1951, p. 204).

Na América, a luta por uma unidade regional se fazia necessária para rechaçar intervenções europeias que abalasse as conquistas dos povos colonizados pelos espanhóis, ingleses e portugueses. Da necessidade de defesa contra inimigos europeus da independência dos jovens países da América nasceu o Pan-Americanismo, e, mesmo sendo uma monarquia, o Brasil não permaneceu estranho a essa tendência. Segundo Hélio Vianna, “desde os tempos do Reino Unido surgiram no Brasil ideias relativas à organização de uma *Liga Americana*” (Vianna, 1951, p. 140 e 205).

O ideal Pan-Americano tomou forma pela primeira vez na união da Colômbia e da Venezuela, em 1811, declarando a existência da Confederação Geral, que admitia, com igualdade de direitos e representação, outros Estados que se formassem na América. Posteriormente, veio o Congresso do Panamá<sup>16</sup>, em 1826, onde foi elaborado o “Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva”, que visava à manutenção da soberania e independência dos signatários. Em 1847 e 1856, por duas vezes, devido à expectativa de ataques externos, foram assinados tratados em Lima<sup>17</sup>, Santiago<sup>18</sup> e Washington<sup>19</sup>. Em 1864, novamente em Lima<sup>20</sup>, nova reunião para firmar convenções, principalmente, sobre a defesa da integridade territorial e o arbitramento obrigatório. O Brasil, embora percebesse as vantagens desses acordos, e apoiasse seus ideais, não participou efetivamente da assinatura desses tratados (Vianna, 1951, p. 205-206).

O Império Brasileiro via as alianças como reação às intervenções europeias, mas, por outro lado, percebendo um risco de políticas antibrasileiras nestes encontros, foi levado a não participar deles. Ademais, estes congressos tinham iniciativa nos países hispano-americanos, com certos princípios que não atraíam simpatias do Império, até que as tendências nacionalistas na Europa transformaram o conceito de dinastia vigente e o caráter nacional foi incorporado às monarquias do outro lado do Atlântico, que tiveram que se reinventar, assumindo-se como dinastias nacionais. Primeiramente, o Brasil procurou se apresentar como uma dinastia brasileira, mas foi apenas ao se assumir como uma realeza republicana e a atuar, internacionalmente, comprometido com a modernidade e os avanços de sua época, que o Império decidiu participar ativamente, na segunda metade do século XIX, dos encontros no cenário internacional<sup>21</sup>. Neste contexto, resolveu aceitar o convite para participar da Primeira Conferência Internacional Americana, em 1889-90, em Washington, nos Estados Unidos (Santos, 2004, p. 141-143), iniciando um novo tempo nas relações com os países americanos.

Ainda “sob o Império, apesar de sua condição de única monarquia americana, apoiou o Brasil todas as iniciativas que tinham em vista um maior conagraçamento dos

---

<sup>16</sup> Estiveram presentes os governos do México e da América Central (ainda unida), da Colômbia e do Peru.

<sup>17</sup> Estiveram presentes os governos da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile.

<sup>18</sup> Estiveram presentes os governos de Equador, Peru e Chile.

<sup>19</sup> Estiveram presentes México, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e Peru.

<sup>20</sup> Reuniram-se os governos de El Salvador, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile.

<sup>21</sup> Para Santos, esse foi o motivo que levou o Brasil a participar da Exposição da Filadélfia, em 1876, em comemoração ao centenário da independência norte-americana (Santos, 2004, p. 143).

povos do continente, quer para a defesa dos países contra pretensões europeias, quer em congressos políticos ou jurídicos” (Vianna, 1951, p. 141), em que pese seu isolacionismo, quando os temas centrais eram deixados de lado para a resolução dos problemas internos<sup>22</sup> e “as poucas questões que envolviam assuntos extracontinentais eram referentes ao reconhecimento da independência, ao tráfico negreiro e à questão religiosa” (Cardim, 2007, p. 56).

Note-se que, como o Brasil e a Argentina, os Estados Unidos estiveram igualmente ausentes dos congressos pan-americanos decorrentes dos ideais bolivarianos e voltados às questões de segurança dos Estados hispano-americanos. No entanto, a agenda programada para a conferência de Washington em 1889 tinha como objetivos questões que poderiam afetar sobremaneira a capacidade econômica brasileira: “elaborar instrumentos que garantissem a paz continental; criar a união aduaneira (...) do continente; modernizar as comunicações, estender as estradas de ferro; fundar o banco continental, unificar a legislação comercial, adaptar o sistema monetário” (Cervo e Bueno, 2011, p. 155).

Na consideração de que *a fraternidade americana é uma mentira*, Eduardo Prado, em um linguajar muito crítico, escreveu, em 1893, que “os enviados da América Latina, pela linguagem da imprensa, pela atitude geral do governo, ficaram logo convencidos de que só o interesse dos Estados Unidos lucraria com o que se pretendia deles no tal Congresso. O governo americano pôs em discussão três pontos: 1º., a adoção do arbitramento obrigatório para a solução dos conflitos internacionais; 2º., a celebração de tratados com o governo de Washington estabelecendo uma parcial ou total e recíproca isenção de direitos de importação entre o país contratante e os Estados Unidos; 3º (este apenas para encher o tempo), o estudo de um caminho de ferro dos Estados Unidos à Patagônia, ligando entre si as repúblicas americanas” (Prado, 2003, p. 86).

No início do século XX o Brasil era uma República relativamente jovem e passou a apresentar determinados padrões de conduta em sua política externa, principalmente após a chegada de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, em 1902. Logo percebeu que, diferentemente da política externa do período imperial,

---

<sup>22</sup> O grande exemplo desta maneira de se portar em relação aos assuntos externos foi a ausência na Primeira Conferência de Haia, quando justificou sua ausência com a resolução de assuntos internos (Cardim, 2007, p. 61-69).

que pregava certo *isolacionismo político*<sup>23</sup>, uma maior participação no cenário internacional poderia lhe trazer certos benefícios que a posição anterior não proporcionava, bem como uma maior participação nas decisões referentes às normas internacionais<sup>24</sup>.

Da inauguração do novo regime republicano até a chegada de Rio Branco ao Itamaraty (1889 a 1902), faltava uma diretriz à política externa brasileira e o Brasil mantinha certa instabilidade ministerial<sup>25</sup> (Cervo e Bueno, 2008, p. 163). Segundo Delgado de Carvalho, “a vida internacional do Brasil que, depois de 1889, tinha passado por uma fase de recolhimento, chegou a seu apogeu nas Presidências em que Rio Branco ocupou a Chancelaria” (Carvalho, 1998, p. 249). A obra de Rio Branco foi o marco principal para o Brasil ter maior destaque na política internacional desse período. Foi a partir de sua gestão que o país passou a apresentar, efetivamente, certas constantes ou padrões de conduta na política externa.

Para Amado Cervo, o grau de previsibilidade da política exterior do Brasil, em termos comparativos, é dos mais elevados. Através do tempo, constitui-se um conjunto de valores e princípios de conduta externa que perpassou as inflexões e mudanças da política. Estas últimas corresponderam antes a reforços de tradições subjacentes (Cervo, 1994, p. 26). Destaca-se para análise desses valores e princípios, o juridicismo, o pacifismo, e o realismo pragmático, sendo que este último advém do caráter realista dos tempos do império, adicionado pelo pragmatismo instituído por Rio Branco entre os anos de 1902 a 1912, que se tornaram padrões de Política Externa brasileira, que, juntamente com o “universalismo, constituem a moldura conceitual da *práxis* diplomática brasileira” (Lessa, 1998, p. 29).

No período republicano houve uma maior aproximação brasileira com as nações hispano-americanas e especialmente com os Estados Unidos. Durante a República a Política Externa passou a ser mais *americanista* (Cervo e Bueno, 2008, p. 164). De fato, o país possuía alguns padrões definidos de política externa, desde o período colonial e

---

<sup>23</sup> Segundo Delgado de Carvalho, o *isolacionismo político* poderia ser definido como “a condição de um Estado que não influi na política internacional, e não sofre interferência desta política” (Carvalho, 1998, p. 376).

<sup>24</sup> A norma internacional não é apenas a norma jurídica, “... abrange ainda as outras como a moral e a cortesia internacional. Todas elas são regras de conduta existentes na sociedade internacional” (Melo, 1976, p. 12).

<sup>25</sup> Um total de 11 ministros se sucedeu na direção da pasta das Relações Exteriores, excluindo-se os que a exerceram interinamente e um que serviu a dois presidentes (Cervo e Bueno, 2008, p. 163).

imperial, na orientação pacifista e pan-americanista (Vianna, 1975, p. 574), bem como nas questões político-jurídicas, e procurava implementá-los de maneira independente de pressões externas.

Para o Brasil, o palco ideal para esta aproximação seriam as conferências internacionais, onde já vinha demonstrando ser um hábil participante na região, desde a participação na Conferência Internacional Americana (1889-90)<sup>26</sup> e posteriores, e mundialmente, após a atuação de Rui Barbosa em Haia na Segunda Conferência de Paz (1907). Dois fatos foram decisivos para este novo prestígio internacional: a obra do Barão do Rio Branco e as participações no plano global da nova república (Cardim, 2007, p. 81).

A aspiração de participar das grandes decisões mundiais era um traço característico da política externa republicana. Nesse período, o Brasil mantinha uma visão *pan-americana*, a amizade e a dependência econômica com os Estados Unidos continuavam, entretanto, o país buscava ser mais *universalista*, conseguindo a atenção das grandes potências e uma maior participação na nova ordem internacional (Garcia, 2006, p. 28).

As diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil existiam, mas talvez fosse o Brasil a nação que mais se aproximasse da América do Norte do ponto de vista político, já que a intimidade e comunhão de ideias datavam dos primeiros dias da independência. Também foi importante a “Doutrina Monroe”, pois cooperou para criar um bom ambiente e entendimentos, por tê-la como obra comum de ambos os povos, e não como mera norma americana interna (Calógeras, 1936, p. 443).

Apresentada pelo Presidente Monroe, dos Estados Unidos, contra a renovação de quaisquer tentativas europeias de recolonização de territórios no nosso continente, esta doutrina já havia sido prontamente aceita pelo Império brasileiro (Vianna, 1951, p. 205).

No mesmo sentido, Heitor Lyra afirma:

“[...] por suas afinidades, na América, o Brasil e os Estados Unidos estão destinados a desempenhar nesta parte do mundo uma tarefa que cada dia se torna mais importante e mais vasta, e cujo êxito depende, em grande parte, de uma franca e leal amizade entre ambos [...] na estreita união entre os Estados Unidos e o Brasil reside o principal fator de paz no seio da grande

---

<sup>26</sup> O Brasil participou inicialmente com uma delegação designada pelo Império, que teve sua chefia substituída quando da proclamação da República no país, em 15 de novembro de 1889. Saiu o monarquista Lafayette Rodrigues Pereira, assumindo o republicano Salvador de Mendonça (Bueno, 2003, p. 55).

família de nações americanas, aquela *paz americana* [...] não pelas armas ou pela compreensão, mas pelo respeito e boa vontade de todos” (Lyra, 1941, p. 198).

Apesar da tendência americanista da política externa brasileira, quando da chefia do Itamaraty por Rio Branco, apresentar-se como padrão, esta amizade tinha um caráter pragmático (Cervo e Bueno, 2008, p. 187). O reconhecimento dos Estados Unidos como o centro do poder na América não comportava a ideia de integração do Brasil àquele. A amizade entre os dois países deveria se pautar numa relação entre iguais, onde não houvesse prejuízo da liberdade de atuação da diplomacia brasileira (Cervo e Bueno, 1986, p. 60).

Este realismo pragmático fica evidente quando se analisa que, para Rio Branco, a aceitação da Doutrina Monroe e a amizade norte-americana eram recursos contra o imperialismo europeu (Cervo e Bueno, 1986, p. 61; Calógeras, 1936, p. 242). Joaquim Nabuco, contemporâneo de Rio Branco, no mesmo sentido, entendia que aliança com os Estados Unidos tinha caráter defensivo, pois serviria para afastar a cobiça europeia, e que uma política diplomática praticada em Washington valeria “o exército e a marinha que nunca poderíamos ter” (Cervo e Bueno, 2008, p. 186). Além do mais, a própria constituição republicana brasileira já demonstrava que o país era contra guerras de conquistas, ao incorporar um artigo proibindo-as (Gabaglia, 1951, p. 58), o que demonstrava o posicionamento brasileiro de proteção ao seu território.

Ricupero (1996, p. 40-41), de forma clara, sustenta esta visão:

“Dessa maneira, foram sendo definidos os elementos básicos do que viria a ser o paradigma destinado a dominar por mais de meio-século a política externa brasileira. O primeiro desses elementos é uma “convergência ideológica” fundamental, isto é, a convicção dos dirigentes brasileiros de que partilhavam com os norte-americanos dos mesmos valores e aspirações, de percepções semelhantes sobre os critérios de legitimidade internacional, como se viu nas opiniões do Barão sobre o pagamento de dívidas ou o Corolário Roosevelt. Essa convergência (não coincidência total) admitia eventuais discrepâncias, como na questão da igualdade jurídica dos Estados durante a Segunda Conferência de Haia.

O segundo componente era, a partir do reconhecimento da existência de um diferencial de poder significativo entre os dois parceiros, a disposição de tentar colocar o poder dos EUA a serviço dos objetivos brasileiros ou ao menos de neutralizá-lo, de não tê-lo contra. Para isso, aceitava-se um vínculo pragmático ou utilitário entre o apoio às posições norte-americanas no cenário global ou hemisférico, em troca da ajuda ou benevolência de Washington em relação a objetivos brasileiros.

O terceiro traço, consequência dos dois outros, era a prioridade conferida à relação com os EUA e a inevitável subordinação da América Latina a essa

preferência. Nesse esquema, o eixo simétrico se subordinava nitidamente ao eixo da assimetria.”

Stanley Hilton, referindo-se ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial, afirma que o fato de o Brasil ter percebido a condição de inferioridade entre as Potências mundiais, em termos bélicos, o fez entender que a diplomacia era uma alternativa para aumentar seu prestígio internacional. Era uma estratégia defensiva, mas em um mundo onde o fraco deve ser cauteloso, conciliatório e ágil, demonstrou-se bastante eficaz (Hilton, 1980, p. 350).

De certa forma, no discurso de abertura proferido por Rio Branco na III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906, ao afirmar que era uma honra receber no seu país, pela primeira vez, numerosos estadistas, juristas e diplomatas estrangeiros, em uma Conferência que buscava tempos de confraternidade internacional, para evitar conflitos e regular a solução amigável das divergências internacionais, reunidos não em períodos belicosos, mas em plena paz, dando corpo, forma e autoridade à lei internacional (Garcia, 2008, p. 358-359). Pode-se notar aqui a presença do conceito proposto por Hilton.

Assim, Rio Branco usa certos artifícios de retórica para colocar em prática este “pacifismo pragmático” ao incorporar elementos diplomáticos da época, como a honra, a guerra, a paz, a cortesia, a amizade e a cooperação internacional, bem como o respeito às leis internacionais. Para Rio Branco o que se pretendia era fundar uma verdadeira cooperação de povos americanos, fazer do conjunto de seus respectivos territórios o Continente da Paz (Calógeras, 1936, p. 234).

Corroborando estas ponderações, Lafer (1967, p. 87) acresce que “o Barão tenta refrear o caráter unilateral das intervenções americanas fundamentadas na Doutrina Monroe, ao propor a multilateralização desta doutrina, que deveria ser incorporada ao Direito Internacional Público americano para ser aplicada em ação conjunta das principais repúblicas do continente”.

Já o padrão jurista brasileiro no cenário internacional pode ser aqui interpretado sob dois aspectos: o primeiro é que a própria formação histórica brasileira já traz arraigada uma tendência positivista. Interessante observar que Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro “Raízes do Brasil”, afirma não ser exagero dizer que os cursos

jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes (Holanda, 2006, p. 157). Para ele:

“[...] o amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro [...] o prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento fluido, que obriga à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. [...] o sucesso do positivismo reside no repouso que permite ao espírito as definições irresistíveis e imperativas do sistema de Comte. [...] a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida [...] o mundo acabaria irrevogavelmente por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e bom senso.” (Holanda, 2006, p. 172 e 173).

Um segundo prisma para análise deste juridicismo é aquele conceituado por Gustavo Sénéchal de Goffredo Júnior, no livro “Entre Poder e Direito: A Tradição Grotiana da Política Externa Brasileira”, no qual o autor identifica a existência de um caráter grotiano nas ações do Barão do Rio Branco, sem desconsiderar a existência de cálculos de caráter realista, e explica como esse aspecto do legado do Barão, no que se refere ao respeito às normas e aos regimes internacionais, se transforma numa “tradição” e que pode ser encontrada na práxis e nos discursos diplomáticos brasileiros (Goffredo Júnior, 2005, p. 15).

No Despacho Reservado nº 1, de 16 de setembro de 1901, do Ministério das Relações Exteriores ao Delegado do Brasil, Dr. José Hygino Duarte Pereira, por ocasião da participação brasileira na II Conferência Internacional Americana, de 1902, o Ministro Dr. Olyntho Maximo de Magalhães, afirmava que o Brasil não tinha interesses políticos em jogo e a situação brasileira seria mais elevada sempre que o Brasil pudesse intervir para dissipar atritos e fazer triunfar as regras de direito. Neste terreno, dizia ele, “muito pode fazer o Congresso e ele será digno de aplausos se encerrar os trabalhos votando um *Código de Direito Internacional Americano*” (Trindade, 1986, p. 69).

No projeto proposto pelo Delegado brasileiro, o Brasil entendia que o fim primordial da Conferência era organizar a união das Repúblicas da América sob bases jurídicas, destacando-se o arbitramento como meio para solução de conflitos, um Tribunal Internacional para resolução destes litígios e uma lei internacional segundo a

qual eles deviam ser julgados (Trindade, 1986, p. 70). Esta proposta foi aceita, mas a elaboração deste código ficou a cargo de uma Junta Internacional de Jurisconsultos (Ugalde, 2005, p. 25), na Conferência seguinte.

O encontro foi de vital importância, não só pela realização de um evento desta magnitude pela primeira vez no país, mas também porque trouxe muitos dividendos políticos, além de ter proporcionado ao Brasil a possibilidade de efetivamente implementar a codificação do Direito Internacional proposto por ele próprio na Segunda Conferência. A presença do Secretário de Estado norte-americano, Eliuh Hoot, produziu a impressão de que este encontro pan-americano fora o mais importante dos realizados até então, porque chamara a atenção da Europa e adiar a Segunda Conferência de Paz, em Haia, para que não houvesse coincidência nas datas (Bueno, 2003, p. 87; Alves, 1906, p. 27).

Foi justamente a realização desta terceira Conferência Internacional Americana no Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906<sup>27</sup>, o marco fundamental da passagem de Rio Branco pelo Itamaraty. Nela o Barão expôs, definitivamente, a orientação do Brasil quanto à Política Internacional (Vianna, 1951, p. 207).

Fruto deste juridicismo e da participação nas Conferências adveio a possibilidade de atuar na Codificação do Direito Internacional. Todavia, esta ideia não era inédita ou fruto da inteligência dos países Americanos. Já na “Exposição e Proposta sobre a Codificação do Direito Internacional”, na IV Comissão da III Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1906, o Delegado do Brasil, Dr. Amaro Cavalcanti, afirmava que “o Direito considerado como princípio, como regra da ordem social, não é americano, europeu, ou asiático; é humano, é universal”, e que diversos autores têm se manifestado em favor da codificação do Direito Internacional como *condição necessária* para que possa haver uma organização regular das relações internacionais, além de ter sido fundada em 1873 “uma importante sociedade denominada: *Association pour la réforme et la codification du Droit des*

---

<sup>27</sup> Calógeras (1936, p. 242) também indica o mesmo período, entretanto, na mensagem presidencial ao Congresso Nacional, o Presidente Rodrigues Alves informa que a Conferência teria início em 21 de julho e término em 01 de setembro de 1906 (Alves, 1906, p. 28). José Manoel Cardoso de Oliveira (1997, p. 340), afirma que a previsão inicial era aquela informada pelo Presidente da República, mas começou em 23 de julho e foi encerrada em 27 de agosto de 1906, sob a Presidência de Joaquim Nabuco.

*Gens*, que depois de 1894, passou a denominar-se *International Law Association*<sup>28</sup>, cujos trabalhos são considerados dignos de apreço para o fim a que se propôs” (Trindade, 1986, p. 73-74).

Também da mesma época, o Instituto de Direito Internacional<sup>29</sup>, um corpo de eminentes juristas, baseado na Europa, que foi fundado em 1873 com o objetivo de se tornar “o organismo da consciência legal do mundo civilizado”, que falhou, todavia, neste propósito, mas que trabalhou para articular princípios do Direito Internacional (Kirgis, 2006, p. 2).

Decerto é que a proposta apresentada pela Delegação Brasileira à IV Comissão da Terceira Conferência foi aprovada, e foi criada uma Comissão Internacional de Jurisconsultos, constituída por um representante de cada um dos Estados signatários, e encarregada de preparar um projeto de Código de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Público, que serão submetidos posteriormente para apreciação da Quarta Conferência Internacional Americana, conforme parecer da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, projeto n° 374/1907 (Trindade, 1986, p. 78-80; Oliveira, 1997, p. 340; Atkins, 1997, p. 77).

Empregando o conceito usado por Aron, no seu livro “Paz e Guerra entre as Nações”, de que o *pacifismo jurídico* é originado na doutrina moderna do direito natural, aplicada ao direito das gentes, e que assume diferentes formas, tendo como objetivo último o desarmamento geral e sistemático, na terra e no mar, e a substituição da guerra por um tribunal supremo que resolva os conflitos por meio de decisões jurídicas, de acordo com um sistema rigoroso de normas, sem oposição à guerra e entendendo que a pluralidade de soberanias militares implica uma possibilidade de conflitos armados, ou seja, uma política de poder e guerra, em que os pacifistas jurídicos, que tem ou podem ter uma doutrina de paz ou uma teoria de guerra, pretendem modificar a essência da política internacional, como ela tem sido praticada há milênios de história (Aron, 2002, p. 848-851).

Traçando um paralelo com os padrões: pacifista, juricista e realista pragmático, consolidados por Rio Branco, pode-se falar da existência de um tipo de

---

<sup>28</sup> Com sede em Londres, surgiu a partir da Conferência para a Reforma e Codificação do Direito Internacional, organizada pelo movimento pela paz e realizada em Bruxelas, em 1873 (Kirgis, 2006, p. 2).

<sup>29</sup> Foi agraciado com o Nobel da Paz em 1904, em reconhecimento à sua contribuição na resolução pacífica de conflitos (Kirgis, 2006, p. 2).

conduta característico na política externa brasileira daquela época, aqui convencionado como “realismo jurídico-pacifista pragmático”, uma espécie de sincretismo de condutas, onde se vê na prática diplomática brasileira a união de determinados padrões de conduta na busca por um objetivo nacional, fundamentado em determinada teoria de política de poder, sem desconsiderar as teorias sobre guerra e paz.

Como se percebe, a atuação diplomática da República brasileira em relação não só aos países americanos, mas também aos europeus, com a sugestão da Codificação do Direito Internacional no continente, proposto pelo Brasil na Segunda Conferência Internacional Americana, implementado efetivamente na Terceira Conferência Internacional Americana, e materializado no Projeto do Código de Direito Internacional de Epiácio Pessoa, obteve vitórias em diversos campos diplomáticos, desde uma maior participação no cenário internacional, consolidando uma posição entre seus vizinhos sul-americanos, e buscando mais espaço internacionalmente, ao desejar uma posição privilegiada, agora como república, além de uma maior “redução de sua vulnerabilidade com um maior equilíbrio internacional, desejável em relação às grandes potências europeias, aos Estados Unidos e ao próprio Brasil” (Lafer, 2001, p. 77).

O Brasil leva em consideração o desempenho de uma diplomacia que utiliza todos os recursos legítimos e não violentos do poder para chegar à solução exitosa dos litígios sem chegar ao conflito militar, de acordo com a conveniência do interesse nacional, sem desconsiderar a existência de cálculos de caráter realista, no que se refere ao respeito às normas, e que pode ser encontrada na práxis e nos discursos diplomáticos brasileiros (Lafer, 2001, p. 47-48; Goffredo Júnior, 2005, p. 15).

Baseada na teoria *grotiana* da realidade internacional, pode-se identificar uma sociabilidade que permite lidar com a Diplomacia e o Direito, com o conflito e a cooperação, reduzindo, desta maneira, a “política de poder”, pautando-se com bom senso pelo realismo na avaliação de condicionantes do poder na vida internacional, sempre buscando construir novas soluções diplomáticas e/ou jurídicas no encaminhamento dos temas relacionados à inserção internacional do Brasil (Lafer, 2001, p. 47-48).

Sem desconsiderar a doutrina apresentada por Aron, para o qual o objetivo final dos pacifistas jurídicos é a eliminação da guerra, e fazendo uma analogia deste conceito empregado nas constantes de nossa política externa, surgidas com Rio Branco,

juntamente com a codificação proposta pelo Brasil, e materializada no Projeto de Epiácio Pessoa, que dedicou a maior parte do seu texto para tratar da Paz (livros III, IV e V), sem desconsiderar o tema da Guerra (Livros VI e VII), pode-se afirmar que, embora tenha caráter pacifista, nossa política externa não desconsidera a guerra, mas busca, de maneira realista pragmática, na proteção de seus próprios interesses, minimizá-la com o respeito às normas internacionais, sabendo que a política internacional entre as Nações, é uma política de poder.

Quando Ministro do Supremo Tribunal Federal, Epiácio Pessoa<sup>30</sup> foi convidado por Rio Branco, em 1909, para a preparação de um Código de Direito Internacional Público, haja vista que a elaboração dos Códigos de Direito Internacional Público e Privado, diferentemente do previsto na Convenção de 1906, não seria mais realizada por uma comissão permanente de juristas, mas sim por dois eminentes juristas<sup>31</sup>, para facilitar os trabalhos, e que os discutiriam na primeira reunião plenária da Junta de Juristas, a reunir-se no Rio de Janeiro em 1912. Sem abandonar os trabalhos como Ministro do Supremo, Epiácio Pessoa deu início a sua obra no mesmo ano, e a concluiu em 1911 (Gabaglia, 1951, p. 197-198).

O Projeto do Código de Direito Internacional Público, na sua primeira parte, chamada de Advertência, contém a justificativa do autor sobre o trabalho, desde a origem da ideia de codificação, no Congresso do Panamá em 1826, até sua proposição, na Segunda Conferência Internacional Americana, pelo Delegado brasileiro. Enaltece o momento em que se encontravam os Estados Americanos diante de “uma resolução definitiva” em relação à Codificação do Direito Internacional, na regulação de suas relações, em um continente constituído de nações ligadas entre si pelas mais estreitas afinidades. Justifica-o como sendo uma contribuição aos trabalhos da Comissão criada na Terceira Conferência Internacional Americana, que procurou harmonizar os Tratados concluídos pelos Estados americanos entre si e com as conferências pan-americanas e

---

<sup>30</sup> Formado em Direito em 1886, pela Faculdade de Recife, foi Promotor (Gabaglia, 1951), Deputado Constituinte e Federal, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Procurador da República e à época do convite era Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi Senador a partir de 1912 e chegou à Presidência em 1919 (Arquivo Nacional, 2009, p. 49).

<sup>31</sup> Sugestão do Dr. Rodrigo Octavio, preparada a pedido do Ministro das Relações Exteriores como parte dos trabalhos preparatórios da I Reunião da Comissão Internacional de juristas, demonstrou a maior conveniência para execução da elaboração dos códigos, caso fossem nomeados dois delegados, um para cada disciplina (Trindade, 1986, p. 81-82). Lafayette Rodrigues Pereira foi o outro escolhido por Rio Branco e ficou responsável pela elaboração do Código de Direito Internacional Privado (Gabaglia, 1951, p. 198).

nas de Haia, dando-lhe um caráter prático positivo, conforme parecer da Quarta Comissão da Terceira Conferência (Pessoa, 1911, p. v-viii).

Para Epiácio Pessoa, o projeto é uma consolidação das regras já aceitas, com ligeiras modificações de acordo com preceitos do Direito Internacional, além do Próprio Instituto de Direito Internacional. Afirma ainda que o projeto foi realizado em um período relativamente curto, o que justifica algumas lacunas e defeitos, mas que o mesmo foi produzido para facilitar os trabalhos da Comissão, sem pretensões de ser um projeto definitivo. Sem método definido ou critério científico, procurou agrupar as posições relativas ao mesmo assunto, a fim de facilitar os ajustes parciais quando não for possível chegar a uma maneira de abranger toda matéria. Apesar desse propósito, o Projeto está dividido em duas partes: uma relativa à paz e outra à guerra (Pessoa, 1911, p. viii-x).

Dividido em setes partes denominadas Livros, o projeto de código trata, no seu Livro I, dos Estados como pessoas de direito internacional; o Livro II trata da soberania dos Estados e divide-se em Título I (sobre a extensão da soberania, subdividido em cinco capítulos) e Título II (sobre restrições da soberania); o Livro III trata das relações pacíficas entre os Estados, e divide-se em Título I (órgãos das relações entre os Estados) e Título II (Negociações, congressos e tratados); o Livro IV aborda a regulamentação e administração de interesses sociais e econômicos entre os Estados; o Livro V trata da solução pacífica de conflitos internacionais; O Livro VI trata da guerra, e está subdividido em seis títulos, o Título I (disposições comuns à guerra terrestre e à guerra marítima), o Título II (disposições peculiares à guerra terrestre), o Título III (disposições peculiares à guerra marítima), o Título IV (da neutralidade) e o Título V (terminação da guerra); o Livro VI aborda o tema da guerra civil; por fim, as disposições gerais.

Epiácio, posteriormente, ao se referir à Liga das Nações em entrevista ao jornal paulista “Correio da Noite”, em 05 de abril de 1919, demonstra ter consciência de que a arbitragem e o Direito no âmbito internacional poderiam minimizar o uso da guerra, ao afirmar que o Brasil era partidário da Liga das Nações. Segundo Epiácio:

“A Liga das Nações está destinada a exercer um poderoso efeito sobre as relações internacionais. Eu não afirmo que ela venha abolir de um modo absoluto as possibilidades de uma guerra, porém, ela prosseguirá por um longo caminho em uma justa direção, tendendo a estreitar as relações entre as nações, e colocando as grandes e as pequenas no mesmo pé.”

Para ele, o Brasil já possuía em seu ordenamento pátrio a impossibilidade de declaração de guerra, exceto por agressão, e se submetia à arbitragem as suas mútuas pendências.

### **3.0 - CONCERTO EUROPEU E CRISE NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Neste capítulo, será apresentado um retrato histórico do Sistema Internacional antes da Primeira Guerra Mundial para matizar a influência dos países europeus durante o século XIX e o início do século XX, demonstrando como as ações e reações destas nações deram início à guerra, de modo que fique mais compreensível a análise da atuação brasileira no conflito e a maneira como o país maximizou sua participação na Conferência de Versalhes.

Amado Cervo afirma que, segundo Vigezzi, o Sistema Internacional corresponde à interação econômica, política e estratégica entre Estados-agente, que, ao guiarem-se pelos interesses próprios, dependem uns dos outros para atingir seus fins externos. Cada sistema fixa suas regras, instituições e valores comuns, que servem de parâmetro para a ação e condicionam a conduta dos Estados-membro. A evolução desse sistema para a maturidade leva à sociedade internacional.

Para o autor, desde a revolução industrial e o século XIX, constituiu-se na Europa uma sociedade internacional que fez novos adeptos e modificou as estruturas internas e as relações entre Estados, as normas jurídicas, e os modos de viver, pensar, produzir e comerciar, ampliando-se a ponto de converter-se em um sistema internacional em escala planetária, com um domínio incontestável sobre as relações internacionais entre 1800 e 1914. A organização dos Estados europeus, com princípios e práticas de política exterior, pressionada por uma rede de interesses econômicos, políticos e estratégicos, e com uma grande unidade cultural passou a ser denominado de Concerto Europeu, constituindo uma sociedade internacional de múltiplas independências e administradas por diversos Estados hegemônicos, detentoras do controle político, que, ao tornar-se mundial, montou um efetivo sistema de dominação, pondo o mundo sob seu controle hegemônico (Cervo *apud* Saraiva *et al*, 2001, p. 63-67).

Este sistema tornou-se mundial e global com a exportação dessas características europeias para as sociedades não europeias e no curso dessa expansão na interação com o mundo não europeu. Desta forma, o desenvolvimento do sistema pode ser examinado sob dois períodos: em primeiro lugar, o surgimento e o desenvolvimento do sistema europeu internacional e, segundo, o surgimento de um sistema mundial internacional. O moderno sistema internacional se espalhou pelo mundo através de um processo de expansão e globalização, ascendendo a civilização ocidental a uma posição central entre as demais civilizações existentes e em interação com o mundo não europeu (Yurdusev, 2003, p. 102-126).

Antony Best afirma que os europeus viveram em relativa paz no século XIX, e que este período teve início ainda no século XVIII com a Revolução Francesa, quando a França emergiu com um potencial ilimitado de guerra ideológica, e depois de 1804, quando Napoleão se aproveitou deste poder para destruir a independência e segurança das Grandes Potências, tornando a França a mestre da Europa ocidental<sup>32</sup>. O Congresso de Viena (1814-1815) fundou esta derradeira paz, baseada no controle, pelas Grandes Potências, da política internacional e da moderação na busca pelos interesses individuais, mas, como este controle não era perfeito, a guerra continuou sendo instrumento político. Essa paz foi quebrada com a guerra da Crimeia (1853-56), e pelas guerras da unificação da Itália e da Alemanha, entre 1859 e 1871, mas como elas tinham alcance e objetivo limitados, a paz era restaurada. Então, depois da longa paz entre 1815-1854, outro período pacífico aconteceu entre 1871 e 1914 (Best, 2004, p. 5).

Oriunda do Congresso de Viena, sob a forma de uma hegemonia coletiva, a organização dos Estados Europeus do século XIX ficou conhecida como o Concerto Europeu, onde, em teoria, Grã-Bretanha, Rússia, Áustria, Prússia e França, haveriam de implantar a diplomacia de conferências e entender-se sobre as grandes questões da política internacional, auscultar e levar às reuniões do colegiado as necessidades das pequenas e médias potências, sem exercer hegemonia regional ou ampliar seu próprio domínio, preservando a liberdade de mover-se pelos próprios interesses. Esta ordem foi mantida por estadistas que a viam como a melhor forma de administrar o sistema internacional, mas por volta de 1850 uma nova geração de estadistas europeus, sem os compromissos diretos com os preceitos de Viena, quis redistribuir o poder e estabelecer

---

<sup>32</sup> O que não o impediu de ser derrotado nos campos de batalha para a Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia.

um novo equilíbrio, destacando-se Cavour, que queria mais peso para a Itália no Concerto, Napoleão III, que reanimou a vocação imperial francesa, Bismark, com o nacionalismo alemão, e Disraeli e Gladstone, com a vigilância da Inglaterra sobre o equilíbrio de poderes no continente (Cervo *apud* Saraiva *et al*, 2001, p. 68-69).

O sistema internacional que emergiu de uma série de guerras ocorridas entre os anos de 1850 e 1860 deve-se muito ao sistema de alianças, à relativa flexibilidade de alinhamento das grandes potências ao redor do globo e sua disposição de expandir-se à custa dos estados fracos (Mulligan, 2005, p. 21).

### 3.1 - A “Grande Guerra” – O fim da *Belle Époque*

A Primeira Guerra Mundial, àquela época conhecida como “a “Grande Guerra”<sup>33</sup> eclodiu na Europa em 1914, após o assassinato do Arquiduque Austríaco, Franz Ferdinando, em Sarajevo na Sérvia, colocando em lados opostos os países da *Tríplice Entente* (França, Inglaterra e Rússia) e os países da *Tríplice Aliança* (Alemanha, Áustria e Itália) e pondo fim ao antigo sistema global de relações internacionais implantado no século XIX. Multidões foram às ruas saudar suas tropas. Nenhuma guerra havia começado com tamanho desconhecimento de sua natureza. Os exércitos foram à guerra com a ilusão de que tudo terminaria em breve. O conflito foi responsável por causar milhões de perdas humanas e por ter destruído a civilização europeia existente antes de 1914 (Stone, 2008, p.6-39), e representou um ponto de inflexão na história das relações internacionais.

Anikka Mombauer entende que a origem da Primeira Guerra Mundial tem intrigado e ocupado historiadores desde o início do conflito, tornando-se quase uma obsessão. Segundo a autora, as causas do início do conflito remontam à fundação do Império Germânico. A unificação alemã surgiu como resultado de três guerras ocorridas entre 1864 e 1871, entre a Dinamarca, Áustria e França. Após a fundação deste novo Império Germânico, o Chanceler Bismark estava convencido em evitar conflitos com seus vizinhos e tratou de iniciar um complicado sistema de alianças que permitissem a manutenção deste novo *status quo*. Durante o período em que esteve no poder, o

---

<sup>33</sup> Michael Howard afirma que, pelo fato da guerra ter sido travada em todos os oceanos, e ter envolvido países beligerantes de todos os continentes, é justificável considerá-la como a “Guerra Mundial”, mas certamente, ela não foi a primeira. Potências europeias vêm lutando entre si ao longo do globo há pelo menos 300 anos. Para ele, aqueles que lutaram na guerra a chamavam simplesmente de “A Grande Guerra” (Howard, 2002).

sistema de alianças de Bismark teve sucesso em preservar a paz e em prevenir que os vizinhos dos alemães realizassem alianças contra a Alemanha (Mombauer, 2002).

Oto Von Bismark, Chanceler Alemão, considerava a diplomacia aristocrática praticada pelos demais países europeus uma ameaça e objeto de preocupação, já que ele, conhecedor deste estilo diplomático, queria evitar qualquer tipo de revanchismo por parte daqueles países. Por outro lado, o nome de Bismark ficou associado a um estilo particular de diplomacia, considerada sem princípios e inescrupulosa, chamada de *Realpolitik*. Ele conduzia a sua política externa considerando que os termos dos tratados deveriam sempre ser interpretados pelo interesse nacional (*raison d'état*), o que permitia retroceder em acordos internacionais, e no fato que nenhum acordo dura para sempre. Sua estratégia consistia em dois pilares: construção de alianças e a diversificação da rivalidade das grandes potências na periferia, em conflitos nos Balcãs, na Ásia e na África, o que impedia a formação de coalizões contra a Alemanha (Joll e Martel, 2007; Mombauer, 2002, p. 4; Mulligan, 2010, p. 26).

Para Mulligan (2010), o período compreendido entre 1871 e 1894 foi significativo para a criação do núcleo de alianças que lutariam em 1914: de um lado a Alemanha e a Áustria-Hungria, e do outro lado, Rússia e França. A expansão das potências europeias na Ásia Central e na África neste período também mostrou o potencial para políticas imperialistas, tanto para aliviar quanto para agravar rivalidades.

A diplomacia europeia era “composta por homens que pensavam e conduziam a política externa imbuídos no espírito do *ancien regime* – honra, prestígio, linhagem formavam valores fundamentais”, e o sentimento de vingança era bastante forte. A diplomacia fundamentada nestes conceitos era considerada uma “diplomacia aristocrática” (Barachuy, 2005, p. 22). Nesta época, os tratados de aliança eram firmados geralmente de maneira secreta, e só eram publicados integralmente após as guerras, e mesmo estes continham cláusulas secretas (Joll e Martel, 2007).

Quando Guilherme II assumiu o poder em 1888, e tornou-se imperador, esta intrincada rede diplomática, iniciada por Bismark, começou a esfacelar-se, e a política externa alemã se tornou mais errática, desmantelando a balança de poder formada na Europa desde 1871, quando da assinatura do tratado de Frankfurt, que pôs fim à guerra Franco-Prússia. Naquele momento, o *Kaiser* alemão entendia que havia começado uma nova era na qual a nova condição econômica do Império Alemão deveria refletir-se na

conquista de uma posição de potência mundial. Foi alegado que o país perdera sua oportunidade quando as outras nações europeias adquiriram seus impérios coloniais, já que a Alemanha unificada só passou a existir em 1871. Líderes alemães, e em particular Guilherme II, queriam para a Alemanha “um lugar ao sol” que poderia reverberar na sua predominância econômica no continente europeu e no tamanho de sua população (Mombauer, 2002, p. 4 e 5).

Essa nova Alemanha, mesmo com todas as mudanças estruturais a que estava sujeita, adquiriu um status de potência industrializada. Apesar de tardia, em relação aos demais países europeus, a industrialização germânica aumentou suas reservas em seis vezes entre 1855 e 1913. O percentual da participação da agricultura na economia, que era cerca de 40 por cento em 1870, passou a ser de 25 por cento em 1910. O total de pessoas empregadas nesta atividade passou de 45 por cento para 36 por cento da população ativa (Strachan, 2000, p. 5).

De toda sorte, alçado ao posto de maior potência europeia, o Império Germânico observava atentamente seus vizinhos e a questão da segurança com as fronteiras passou a ocupar posição de destaque em sua política externa. A ascensão econômica e bélica germânica, a teia de alianças existentes na Europa pré-guerra, o choque de interesses entre as novas e as antigas potências europeias aumentavam a instabilidade no continente e fora dele.

Qualquer tentativa de entender as origens da guerra, segundo Frank McDonough, deve levar em consideração acontecimentos anteriores e duradouros. Ao longo do século XIX, as maiores potências europeias mantiveram um intrincado sistema de balanço de poder, que começou a minar a estabilidade internacional. Primeiramente, as potências europeias perceberam as relações internacionais como uma batalha pela sobrevivência e como fonte de status. Em segundo lugar, a ascensão germânica na Europa Central trouxe medo e encorajou a formação de alianças. Em terceiro, a expansão de grupos nacionais demandando a autodeterminação ameaçou os velhos impérios. Por último, o ingrediente final que levou os países à guerra foram as decisões dos líderes políticos durante a crise de julho de 1914, nos Bálcãs (McDonough, 1997).

Por diversas razões a guerra fazia parte do cotidiano europeu, e embora as grandes potências, naquele momento, não lutassem entre si, os conflitos ocorriam em outras frentes, por objetos e interesses característicos de cada nação, além de fazer parte

de suas próprias identidades. Stevenson (2004) afirma que os governos europeus e as próprias pessoas estavam acostumados a um tipo de conflito em perspectivas imaginárias, em cenários planejados militarmente e vendidos com a melhor hipótese futura. De toda sorte, eles eram bem preparados para a situação de conflito, já que as convenções e os rituais da guerra ainda lhes eram familiar, e a memória de outros conflitos anteriores integrava sua cultura. Como afirma Bertrand Russell (2002), “a guerra é uma instituição antiquíssima”.

Entretanto, a opinião pública europeia não demonstrava um desejo de ir para a guerra, o que era aceito como uma possibilidade, mas não como algo inevitável. A maioria da opinião pública dos Estados europeus estava preparada para lutar uma guerra defensiva, mas não uma guerra agressiva ou preventiva. O patriotismo defensivo representava grande parcela da opinião europeia, embora os nacionalistas radicais e os pacifistas também participassem do debate. Esta orientação defensiva da opinião pública europeia e o medo das consequências de uma guerra generalizada eram títulos de paz importantes. Qualquer mudança para uma atitude mais beligerante na opinião pública era silenciada (Mulligan, 2010, p. 159).

De toda forma, o último grande confronto ocorrido no continente europeu havia sido a derrota da Revolução Francesa e de Napoleão, em 1792-1815, e até a eclosão da batalha que viria a ser conhecida como a “Grande Guerra”, não havia acontecido nenhum conflito envolvendo todas as grandes potências (Stevenson, 2004, p. 3). Havia, também, a preocupação dos governos europeus em relação ao grande número de possíveis cenários de conflito e devido à praxe diplomática da época de firmar tratados secretos. Agregado a estes problemas está o fato de coexistirem na mesma época e região, diversas potências. Para E. H. Carr, “as potências (a própria palavra é bastante significativa) são classificadas de acordo com a qualidade e a suposta eficiência do equipamento militar, incluindo a força humana à disposição”, e “o reconhecimento da condição de grande potência é, normalmente, o prêmio por ter lutado com sucesso em uma grande guerra” (Carr, 2001, p. 144).

Levando em consideração a disposição humana, citada por Carr, Strachan (2000, p. 12) conta que a mais importante corrida armamentista na Europa aconteceu após 1911, devido ao aumento no número de poderio humano entre as potências do

continente. Segundo ele, exceto pela Inglaterra<sup>34</sup>, todo país tinha recrutamento masculino, e mesmo que nem todos os homens pudessem servir, o recrutamento permitia mensurar esse poderio. Se por volta de 1900, o recrutamento anual era contado em centenas de milhares, algumas grandes potências já contavam, em 1912, seu contingente em milhões.

Embora não pudessem enfrentar a esquadra britânica, todas as grandes potências tinham montado modernas frotas de batalha antes de 1914, em parte para responder às ameaças. Ser uma Grande Potência significava também possuir alta capacidade bélica humana e altas taxas de natalidade, além de uma indústria pesada para produzir navios, armas de batalha e ferrovias. Nestas condições encontravam-se a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Rússia. A Itália era ultrapassada pela Áustria-Hungria na capacidade industrial, mas isso mudou quando, após a unificação, a Itália proclamou seu *status* de Grande Potência. Entretanto, embora demograficamente se aproximasse da França, ainda não possuía o conhecimento, estoques seguros de carvão, ferrovias e capacidade industrial que lhe garantisse tal confiança. A França, por sua vez, devido a sua baixa taxa de natalidade, não via com bons olhos o crescimento populacional da Alemanha. Já a Áustria-Hungria tinha como problema o alto crescimento nas regiões mais afastadas do Império (Best, 2004).

Certo é que no início do século XX apenas cinco estados europeus tinham o *status* de “Grande Potência”, que eram a Rússia, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a França e a Inglaterra, embora a Alemanha tenha expandido seu poder e a Áustria-Hungria tenha diminuído o seu. De um modo geral, o termo grande potência era usado para definir os Estados que possuíam grande capacidade bélica, mas neste caso esta capacidade era definida de acordo com o tamanho da população, do território, finanças e capacidade industrial (Best, 2004).

Todavia, estas potências não eram necessariamente iguais, já que a Rússia tinha, de longe, a maior população, enquanto a Alemanha, a Inglaterra e a França possuíam populações urbanas educadas, e estes trabalhadores e soldados podiam diminuir as diferenças em uma era de produção industrial e armas complexas. Além do mais, a Itália procurava seu espaço neste concerto, reclamando seu *status* de “grande potência”, enquanto a Áustria-Hungria preocupava-se em não perdê-lo.

---

<sup>34</sup> A Inglaterra não aprovou o recrutamento, pois preferiu concentrar seus esforços em sua frota (Best, 2004).

Em que pese o poderio militar demonstrado pelas grandes potências e a corrida armamentista em curso no período pré-1914, havia certa preocupação entre os militares em relação à guerra. Muitos deles levavam em consideração as novas tecnologias e as mudanças sociais em suas interpretações sobre a guerra. Para eles, os civis podiam imaginar que a guerra era uma grande aventura e que os soldados geralmente compartilhavam a ideia de que caráter era o que mais importava na vida. Por outro lado, sabiam que o aumento extraordinário do poder de fogo, trazido por mais de um século de industrialização, garantiriam um aumento correspondente na violência e nas baixas (Robinson, 2007).

Nenhuma potência reivindicava território de outra grande potência, já que a competição por influência e território se dava em estados mais fracos. Isso marcou uma mudança significativa na política internacional, e a ausência de disputas territoriais contribuiu para a manutenção da estabilidade e da paz depois de 1871. Mas, como afirma Loretta Baum, apesar de a Alemanha ter se superado economicamente no final do século XIX, seu rápido crescimento populacional, o desenvolvimento de indústrias dependentes da importação de matéria-prima e da exportação de produtos manufaturados destruiu a autossuficiência alemã e levou o país a procurar recursos para diminuir a desvantagem de possuir um território restrito. A criação de uma Grande Alemanha além do oceano, autossustentável e fechada ao comércio exterior tinha se tornado o sonho de todo economista alemão (Baum, 1919, p.586), passando a ser a busca por novas áreas de exploração uma alternativa e uma questão central a ser discutida e levada em consideração, quando comparada com a situação das demais potências do continente. O que justifica o seu interesse pela América e demais áreas não europeias. Além do mais, desde 1878, potências europeias repartiam entre si grandes porções do Império Otomano<sup>35</sup>.

Grandes rivalidades caracterizavam este período. Rivalidades políticas ligadas ao nacionalismo; rivalidades econômicas ligadas ao protecionismo; e rivalidades imperialistas, ligadas à concorrência colonial geraram uma corrida armamentista sem precedentes, que colocaram em xeque a paz mundial, bem como o sistema

---

<sup>35</sup> O Chipre e o Egito ficaram com a Grã-Bretanha, Marrocos e Tunísia com a França, Trípoli com a Itália, Bósnia-Herzegovina com o império Austro-Húngaro. A Guerra nos Balcãs, entre 1912 e 1913 fez o domínio Turco sobre a região desaparecer e abriu espaço para os interesses da Rússia, da Sérvia e do Império Austro-Húngaro. Este desejava continuar sua missão histórica de ser a ponte entre o leste e os Balcãs, A Rússia desejava ser uma voz dominante em nome da vizinhança eslava e a Sérvia desejava acesso ao mar. (Stratchan, 2000, p.10).

internacional. A própria essência desse nacionalismo está na perspectiva que uma nação tem de um passado e de um futuro comum, afetando, evidentemente, o seu poder. As raízes do caráter e do moral nacionais como fonte de poder encontram-se na cultura, na experiência histórica e na estrutura social das nações (Stoessinger, 1978, p. 42-43).

Estes casos mostravam como as questões nacionalistas foram importantes no período pré-guerra de 1914, e de certa maneira, também mostravam as interconexões das questões europeias (Marvin, 2009). Neste contexto, não era surpreendente que o nacionalismo tivesse conseguido espaço tão rapidamente entre 1870 e 1914, já que, em que pese a situação internacional, as mudanças políticas e sociais ocorriam em função dele, destacando-se três fatores desta nacionalidade: a resistência de grupos tradicionais ameaçados pelo rápido progresso da modernidade, as novas classes e estratos não tradicionais que cresciam nas urbes dos países desenvolvidos, e as migrações sem precedentes que distribuíram os povos através do planeta (Hobsbawn, 1990, p. 132-133).

Certo é que o reflexo das rivalidades europeias nas áreas coloniais, na condução de suas políticas e na transferência da riqueza das colônias para a Europa, teve um papel de destaque nas lutas entre os estados europeus, e pode ser tomado como uma indicação da globalização do sistema internacional europeu. Já a partir de 1850 a civilização europeia ultrapassou claramente outras civilizações, podendo, desta forma, ser tomado como o marco de distinção entre o sistema estritamente europeu e o sistema global internacional (Yourdusev, 2003, p. 119).

Este processo de rivalidade global entre as potências europeias, segundo Mulligan, se intensificou a partir do ano de 1880 quando a rivalidade entre estas potências se estendeu pelo leste e sul da África, América Latina e Ásia oriental. Os Estados Unidos da América e o Japão tornaram-se importantes atores na política mundial, e conseqüentemente na política europeia, à medida que as grandes potências perceberam a interação entre alinhamento global e regional. Para o autor, pelo final do século XIX, já era apropriado falar em “global”, no lugar de “europeia” balança de poder (Mulligan, 2010, p. 38-39).

Havia ainda o fato de que as questões nacionalistas envolviam também as minorias nacionais internas, além do interesse particular de cada Estado em suas relações, bem como o fato do progresso material e científico do século XIX ter sido a

causa principal da instabilidade. Também existia uma opinião pública mais politizada e mobilizada para questões internacionais, principalmente nos países que já haviam se industrializado, já que possuíam agrupamentos urbanos mais literatos.

Stuart Robinson afirma que, depois da Primeira Guerra Mundial, os sobreviventes olhavam para trás com certa nostalgia, contrastando o período negro da guerra com aquele que ela havia destruído. Para ele, a ideia de que antes da guerra havia um período de paz, prosperidade e tranquilidade é um mito que não resistiu à informação de que o povo inglês, na faixa dos sessenta anos em 1914, havia sobrevivido a pelo menos vinte e quatro guerras. De toda forma, essa imagem de paz existia porque as guerras haviam ocorrido, desde 1850, de maneira rápida e na periferia de suas vidas. Para estas pessoas, as guerras tornaram-se guerras imaginadas, que foram idealizadas não apenas para demonstrar o poderio estatal, mas também para aumentar a força moral dos indivíduos e das nações, tendo a mudança social encorajado essa percepção (Robinson, 2007).

O saldo da Guerra foi um total de oito milhões de europeus mortos e seis milhões de inválidos, sem contar as vítimas civis e os combatentes da Rússia e da guerra fora da Europa. Alguns países sofreram, entretanto, de maneira diferente as consequências do conflito. Na França, a perda foi de 10% da população ativa, assim como na Alemanha e na Áustria-Hungria, enquanto Inglaterra e Itália perderam 5% e 6%, respectivamente. Na Rússia, morreram cerca de 5 milhões de pessoas. Estes países ainda sofreram com a gripe espanhola, movimentos migratórios e com baixas taxas de natalidade, o que provocou desequilíbrios econômicos e demográficos, acelerando o declínio econômico da Europa no período.

Este declínio favoreceu o surgimento de outros polos de potência na América, notadamente os Estados Unidos, que já possuíam metade do estoque mundial de ouro, por exemplo, e outros países da área de influência europeia, como Argentina, Brasil, Canadá e Uruguai, que aumentaram suas vendas para a Europa. Na Ásia, o Japão aumentou suas vendas para a Rússia, que virara as costas para a Europa, e a China, quintuplicando sua produção industrial sem se endividar. A Índia aproveitou sua ruptura com a metrópole e investiu na sua industrialização, têxtil e siderúrgica, fazendo concorrência com o Reino Unido. Neste período do pós-guerra, os pontos de impulso econômico foram transferidos da Europa para a periferia do sistema internacional permitindo a estes países beneficiados um aumento considerável na produção industrial

e agrícola e em suas balanças de pagamento, além de ter tirado dos europeus um grande número de mercados (Milza, 2007, p. 24-29).

O fim da Guerra, em 1918, também pôs fim ao período de subida vertiginosa do nível histórico causado pela paz entre a França e a Alemanha, quando os avanços da ciência e da técnica, a aceleração da indústria, e a relativa paz social garantiram uma elevação no nível de vida. Este período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX ficou conhecido como a *Belle Époque*, e foi o ponto culminante, a fase áurea da modernidade como um todo, desde as grandes navegações, passando pela Revolução Industrial até ser consolidada durante todo o século XIX, quando havia um equilíbrio entre as nações europeias, com povos seguros de si e acreditando que a harmonia, a paz social e o progresso estavam garantidos para sempre, mas que na verdade mostrou-se como excesso de otimismo (Kujawski, 1988, p. 5-15).

Essa crise no sistema internacional, todavia, não significava, necessariamente, a decadência ocidental, mas sim a decadência europeia, já que seria um erro equiparar uma à outra. Segundo Kujawski, seria melhor reconhecer que universal é a civilização ocidental, pois a civilização europeia é universal enquanto ocidental, sendo a titularidade da civilização ocidental, neste contexto, compartilhada entre a Europa, os norte-americanos e os latino-americanos, em pé de igualdade (Kujawski, 1988, p. 96).

### **3.2 - A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial**

A guerra iniciada em 1914 durou até 1918, e em que pese seu rastro de destruição, trouxe algumas oportunidades históricas para o Brasil. Se para os Estados Unidos uma das principais razões da entrada no conflito, em 1917, era a possibilidade da criação de uma instituição internacional no pós-guerra, que manteria a liberdade dos mares e a integridade territorial de seus membros. O Brasil, que teve uma participação militar modesta e apenas ao final da guerra, tinha como principal interesse participar da Conferência da Paz, pois além de poder defender seus interesses materiais, ainda pensava em conquistar um lugar ao lado das grandes potências na Liga das Nações (Vinhosa, 1990, p. 190).

Entretanto, a questão preponderante para o Brasil era que na Conferência de Paz em Versalhes, o país teria a oportunidade de defender interesses próprios, além das questões meramente econômicas (café e navios ex-alemães), que se apresentaram de

forma bastante complexa, necessitando de decisões políticas e pessoais na solução de suas controvérsias. Somente ao longo da Conferência é que apareceu, a oportunidade de participar do Conselho Executivo da Liga das Nações ao lado das grandes potências aliadas e associadas.

A própria entrada do país no conflito, analisada em perspectiva histórica, ajuda na compreensão de certos posicionamentos brasileiros e no entendimento de como o Brasil se portava ante os países aliados e os demais países participantes na resolução dos conflitos.

As questões econômicas da participação brasileira em Versalhes ficam claras se for analisada a posição do Brasil no cenário internacional. República jovem, o país apresentava-se como grande potência agroexportadora no cenário mundial, mas sua capacidade militar era bastante reduzida. Sua economia agroexportadora deixava o país a mercê dos humores externos e internos, já que as condições de mercado destes produtos não eram controladas pelo Brasil, pois mesmo sendo o maior produtor mundial de café, por exemplo, outros países também influíam na oferta, e boa parte do mercado era controlado por grandes companhias atacadistas que especulavam com estoques. A demanda dependia das oscilações no crescimento mundial, e as crises mundiais, como a Guerra, causavam problemas nas exportações, dificultando todo o restante da economia, que dependia do desempenho no setor exportador cafeeiro, para todas as outras atividades dentro do país.

Nos dizeres de Epiácio Pessoa, os navios ex-alemães representavam um patrimônio considerável que direta ou indiretamente poderia servir ao nosso desenvolvimento econômico. Da mesma forma deve ser observada a questão da resolução do café de São Paulo, já que o bom desempenho da economia dependia das condições do mercado internacional do café.

No Brasil, segundo Clodoaldo Bueno, debates acalorados a respeito da posição brasileira na Primeira Guerra Mundial tomavam vulto, e “aliadófilos”, “neutrais” e “germanófilos” expunham suas posições.

A campanha pró-aliados chocava-se com a posição daqueles que defendiam o Império Alemão. Alguns, como o Deputado Dunshee Abrantes, em discurso na Câmara Federal, sustentavam que o conflito era eminentemente comercial e econômico, e que as potências mundiais buscavam “destruir ou, pelo menos, fundamentalmente abalar (...) a

unidade política do Império Alemão, base de toda sua presente grandeza nacional e, mais do que tudo, da sua incomparável supremacia econômica e comercial no mundo contemporâneo” (*apud* Bueno, 2003, p. 453). Outros, entretanto, tinham posição contrária, e mostravam-se simpáticos à posição dos aliados. Dentre eles estava Rui Barbosa, que chegou a tornar-se presidente da Liga Brasileira pelos Aliados<sup>36</sup>, organização que procurava consolidar as simpatias pelas nações da causa dos aliados, através de manifestações públicas, redigindo petições para apresentação no Congresso e protestando contra as “atrocidades alemãs” (Vinhosa, 1990, p.24). Também foi importante o seu discurso proferido na faculdade de Direito de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916, quando trouxe à tona um novo conceito de neutralidade, ao afirmar:

“A reforma a que urge submetê-la deve seguir (...) a orientação pacificadora da justiça internacional. Entre os que destroem a lei e os que a observam, não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade: e não há imparcialidade entre direito e justiça. (...) Os Tribunais, a opinião pública e a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser abstenção, não pode ser indiferença, não pode ser insensibilidade, não pode ser o silêncio”. (*apud* Cardim, p. 241)

Para Rui Barbosa, as nações neutras haviam errado por não protestar contra os métodos de guerra alemães (*apud* Vinhosa, 1990, p. 26). Para ele, a nova neutralidade representaria real avanço tanto conceitual como institucional e seria a expressão de um “movimento reconciliatório da neutralidade com a justiça” (Cardim, 2007, p. 244). De toda forma, a posição que prevaleceu no Brasil foi outra. Ainda em agosto de 1914, o governo brasileiro posicionou-se pela neutralidade, fixando as regras que perdurariam até 11 de abril de 1917, quando o Brasil resolveu romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha após o torpedeamento do vapor brasileiro *Paraná*, por um submarino alemão, na costa ocidental francesa e seu conseqüente afundamento, ocorrido sem aviso prévio ou auxílio às vítimas (Bueno, 2003, p. 459; Cervo e Bueno, 2008, p. 208).

O início da participação brasileira na guerra aconteceu em maio do mesmo ano, quando, após uma sucessão de acontecimentos, como os ataques aos vapores *Tijuca* e *Lapa* por submarinos alemães, o governo conseguiu, no dia 26, autorização do

---

<sup>36</sup> Após a entrada do Brasil no rol dos beligerantes, a Liga ampliou suas atividades, e teve papel relevante para o esclarecimento público sobre as publicações referentes à guerra. Seu fim ocorreu apenas em 1919. (Vinhosa, 1990, p. 24)

Congresso Nacional para tornar sem efeitos os decretos de neutralidade e para utilizar os 46 navios mercantes alemães ancorados em portos nacionais. Após a circular emitida em 2 de junho do mesmo ano, foram revogados os decretos de neutralidade entre os Estados Unidos e a Alemanha, o que possibilitou o recebimento de navios aliados nos portos brasileiros, sem violar a Convenção de Haia. A declaração de guerra contra a Alemanha só veio a acontecer em 26 de outubro de 1917, após o torpedeamento do vapor *Macau*, e o aprisionamento do seu comandante. Nesta data o Congresso Nacional, atendendo ao pedido do Poder Executivo, feito no dia anterior, decretou o “reconhecimento do estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil” (Bueno, 2003, p. 460-461). Desta maneira, o Brasil passou a ser o único país sul-americano a participar do conflito.

Depois do torpedeamento dos navios mercantes *Acary* e *Guaíba*, por navios alemães, o Presidente pediu ao Congresso Nacional autorização para tomar medidas de represália (Cervo e Bueno, p. 208-209). Desta forma, o Brasil teve sancionada a sua Lei de Guerra, em 16 de novembro de 1917, e que autorizava o governo a declarar estado de sítio no país, e a declarar sem efeito os contratos e operações celebrados com súditos dos inimigos.

Decerto, o Brasil também esperava lucrar com a entrada na guerra, aumentando suas vendas aos aliados. Calculava-se que as exportações brasileiras de matérias-primas, suprimentos e gêneros alimentícios poderiam crescer consideravelmente. Outros ganhos materiais também estavam em jogo. Devido à escassez de meios de transporte e navegação, a disponibilidade de navios era um ativo muito procurado durante a guerra, e o Brasil havia retido uma frota completa de navios alemães, e poderia, com o reconhecimento da beligerância, utilizá-los para o transporte dos produtos de exportação (Garcia, 2006, p. 44)

A declaração de guerra, entretanto, poderia aumentar o prestígio nacional, ao assegurar, desde logo, a participação brasileira nas futuras conversações de paz. Ademais, Clodoaldo Bueno afirma que a entrada do Brasil no conflito ocorreu pouco tempo depois da entrada dos Estados Unidos na Guerra, e que a solidariedade hemisférica foi oficialmente invocada pelo governo brasileiro (Bueno, 2003, p. 463)

Para João Pandiá Calógeras as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil existiam, mas talvez fosse o Brasil a nação que mais se aproximava da América do

Norte do ponto de vista político, pois “a intimidade e comunhão de ideias datam dos primeiros dias da independência”. Para ele, também foi importante a doutrina Monroe, porque cooperou para criar um bom ambiente e entendimentos, por tê-la como obra comum de ambos os povos, e não como mera norma americana interna (Calógeras, 1945, pg. 443).

Também neste sentido, Heitor Lyra afirma que “por suas afinidades, na América, o Brasil e os Estados Unidos estão destinados a desempenhar nesta parte do mundo uma tarefa que cada dia se torna mais importante e mais vasta, e cujo êxito depende, em grande parte, de uma franca e leal amizade entre ambos [...] na estreita união entre os Estados Unidos e o Brasil reside o principal fator de paz no seio da grande família de nações americanas, aquela *paz americana*...”.

Nesse período o Brasil mantinha uma visão *pan-americana*<sup>37</sup>, a amizade e a dependência econômica com os Estados Unidos permaneciam ativas, entretanto, começava a buscar ser mais *universalista*, chamando atenção das grandes potências, e uma maior participação na nova ordem internacional.

### **3.3 - A economia brasileira em tempos de guerra**

O caráter econômico do conflito não escapou aos observadores brasileiros (Cervo e Bueno, 2008, p. 207). A guerra na Europa parecia uma oportunidade para o Brasil e toda a América Latina. Novas possibilidades existiam nos campos político, econômico e militar (Garcia, 2006, p. 38). A participação brasileira no conflito rendeu algumas propostas de cooperação na área militar feitas pela Itália e França, já perto do fim dos combates. Entretanto, a proposta mais expressiva foi de firmas britânicas, que se propunham a instalar arsenais modernos com capacidade para construir navios de guerra e navios mercantes, aeroplanos, fábricas de armas e munições, além do material de ferro e aço destinado à indústria em tempos de paz (Cervo e Bueno, 2008, p. 210-211).

---

<sup>37</sup> Segundo Hélio Vianna, “desde os tempos do Reino Unido surgiram no Brasil idéias relativas à organização de uma *Liga Americana* [...] Sob o Império, apesar de sua condição de única monarquia americana, apoiou o Brasil todas as iniciativas que tinham em vista o maior conagraçamento entre os povos do continente, quer para a defesa dos respectivos países contra pretensões europeias, quer em congressos políticos ou jurídicos”. (Vianna, 1951, p. 140-141)

No caso brasileiro, a guerra alterou radicalmente a composição do nosso comércio exterior. As importações foram reduzidas nos primeiros anos e cresceram rapidamente após o conflito. Desde o início da guerra, a Inglaterra era ainda a potência mais influente na economia brasileira, em que pese o fato da concorrência sofrida com a Alemanha e com os Estados Unidos desde o fim do século XIX. De toda forma, sua posição continuava inabalável, pois a rede de capital, comércio e comunicações que vinculavam a economia dos dois países era mantida à base de um enorme círculo de atividades econômicas. Quase a totalidade das dívidas brasileiras era com os bancos ingleses (Vinhosa, 1990, p. 44)

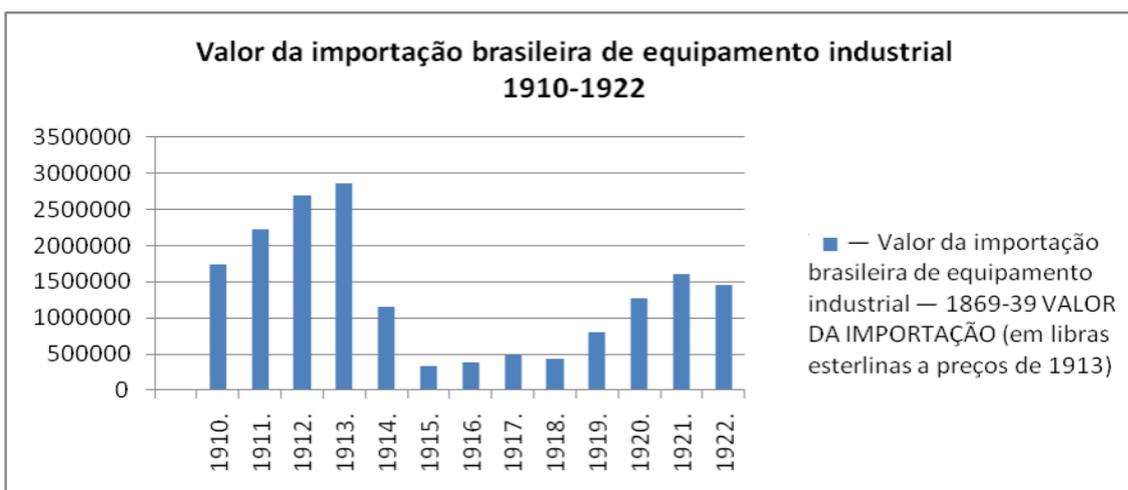
Paulo Roberto de Almeida afirma que os investimentos diretos de empresas norte-americanas começaram a superar os britânicos apenas nos anos de 1920, mas no geral, as importações de capital se fizeram mais por motivos financeiros, para cobertura de déficits estatais e para suprimento das obrigações externas em divisas. Os investimentos britânicos foram responsáveis por três quintos de todos os investimentos e empréstimos externos até 1914, sendo, posteriormente, substituídos pelos norte-americanos. Às vésperas da Primeira Guerra o Brasil era um dos maiores tomadores de capital da América Latina, rivalizando com a Argentina (Almeida, 2001, p. 559).

Neste período, os Estados Unidos passaram a ser o principal fornecedor e o principal comprador, além do desaparecimento do comércio com a Alemanha, decorrente do bloqueio britânico. Durante a guerra, o Brasil e a Argentina passaram a intensificar o intercâmbio entre si, à medida que procuravam substituir as fontes e mercados temporariamente perdidos ou reduzidos (Magalhães Filho, 1975, p. 389).

A Primeira Guerra Mundial foi um momento decisivo na transferência do poder econômico da Inglaterra sobre os países latino-americanos, principalmente o Brasil, para os Estados Unidos. O período de neutralidade destes dois países, de 1914 até o início de 1917, proporcionou uma oportunidade rara para o comércio e para os investimentos norte-americanos no Brasil, já que a guerra interrompeu drasticamente as exportações europeias, os investimentos de capital e a navegação para os países latino-americanos. Desta forma, o Brasil, que enfrentava uma crise econômica séria, voltou-se para os Estados Unidos na intenção de preencher o espaço deixado pelos ingleses. Durante os primeiros dezoito meses do conflito, as importações brasileiras de produtos norte-americanos ultrapassaram as da Inglaterra e as da Alemanha (Vinhosa, 1990, p.138).

Alguns historiadores, como Francisco de B. B. de Magalhães Filho, afirmam que a principal consequência do conflito foi o aceleração do crescimento industrial. A retração da oferta de produtos manufaturados estimulou a expansão do parque industrial existente, principalmente em relação aos bens de consumo não duráveis, enquanto o crescimento da demanda internacional produzia o mesmo efeito em certos ramos voltados para a exportação (Magalhães Filho, 1975, p. 389-390). No período, ocorreu o primeiro grande surto industrial, que permitiu ao Brasil alcançar, por volta de 1919, uma autonomia substancial na produção de bens de consumo (Vinhosa, 1990, p. 128).

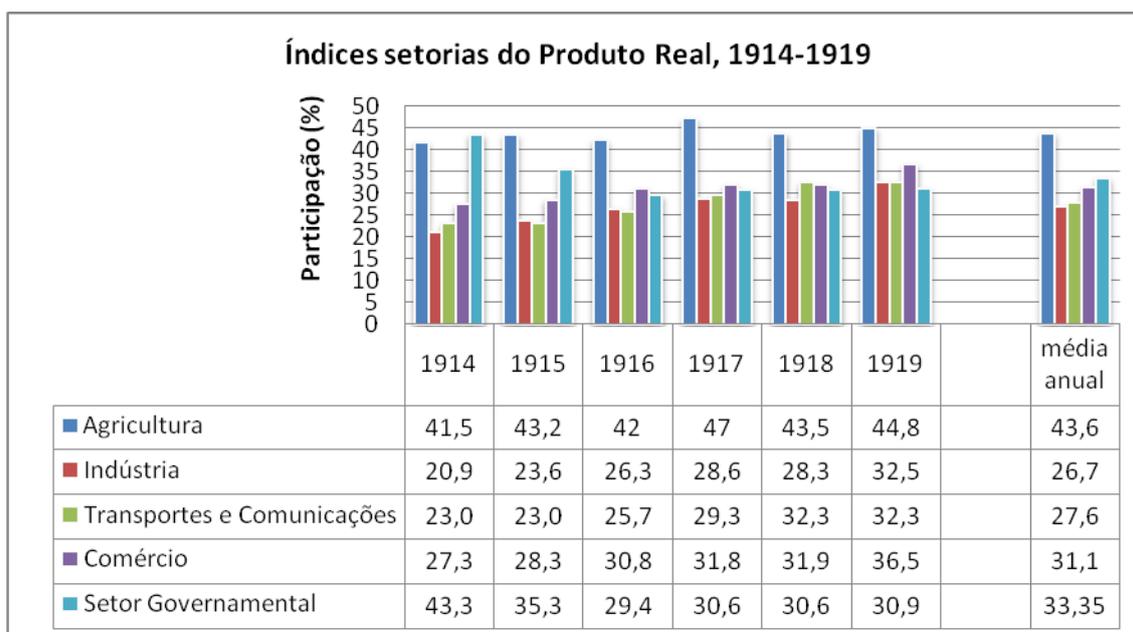
Entretanto, se for levado em consideração o valor da importação de equipamento industrial pelo Brasil, verifica-se que o país vinha de um crescimento industrial vigoroso desde 1910, e que o início da Primeira Guerra Mundial acarretou uma queda substancial no volume de importação destes equipamentos. Pela análise do gráfico 1 abaixo, percebe-se que houve uma retomada da importação de equipamento industrial, após alcançar o menor valor da série, em 1915. Esta retomada de crescimento representou uma tendência que durou após o final do conflito, em 1918, em que pese a pequena queda verificada em 1922, provavelmente causada pelos problemas internos enfrentados pelo Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922)<sup>38</sup>. Neste período, devido à retomada das atividades econômicas na Europa, houve um déficit na balança comercial e queda do câmbio. Estes fatores dão ideia da magnitude dos problemas econômicos nacionais (Cervo e Bueno, 2008, p. 213).



**Gráfico 1 - Fonte — Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Elaboração gráfica própria.**

<sup>38</sup> Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, foi em 1922 que teve início a contestação política da Primeira República. (Cervo e Bueno, 2008, p. 213).

Todavia, o país era eminentemente agrário e mantinha uma política exterior condicionada às determinantes de sua capacidade de geração de produtos primários. A participação da indústria nas finanças do país aumentou durante os anos do conflito, mas a agricultura tinha uma parcela maior no setor produtivo real brasileiro, como pode ser percebido analisando o gráfico 2, abaixo:



**Gráfico 2- Fonte: Índices setoriais do Produto Real, 1900-1947 ( 1939 = 100) fonte: IBGE - SÉRIES HISTÓRICAS do Brasil População Produto Interno Bruto Produto Interno Bruto 'per capita' e deflator implícito do Produto Interno Bruto. Elaboração gráfica própria.**

Esta condição colocava o Brasil numa posição bastante vulnerável aos acontecimentos na Europa, e teve sua situação econômica agravada já que o setor agroexportador foi profundamente atingido pela guerra. A forte queda nos preços dos principais produtos de exportação, como o café e a borracha, levou ao déficit na balança comercial, fato que não ocorria há muito tempo. Todavia, a taxa de câmbio manteve-se praticamente estável durante todo o ano de 1914 apesar de pressões para desvalorização, graças às entradas de capitais de riscos e de empréstimos oficiais. Essa situação só foi melhor equilibrada devido à diversificação das exportações através da venda de produtos não tradicionais, como açúcar refinado, carne frigorificada, tecidos, madeira, arroz, milho, feijão, dentre outros, cujos preços estáveis no mercado mundial possibilitaram a recuperação da receita de exportações (Vinhosa, 1990, p.129).

De qualquer modo, a participação do café na economia do país apresentava-se de forma díspare em relação aos demais produtos da pauta de exportação. A produção do café associada com a borracha representava 79,5% do valor total das exportações brasileiras no período (Vinhosa, 1990, p.130).

Durante a República Velha (1889-1930), a economia brasileira dependia quase que exclusivamente do bom desempenho das exportações, que na época se restringiam a algumas poucas *commodities* agrícolas, notadamente o café. Esta era a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial desde o período colonial, com uma variação de produtos ao longo do tempo (açúcar, ouro, algodão, café, borracha etc.). O bom desempenho da economia dependia das condições do mercado internacional do café, e as condições de mercado deste produto não eram controladas pelo Brasil, já que, mesmo sendo o maior produtor mundial, outros países também influíam na oferta, e boa parte do mercado era controlada por grandes companhias atacadistas que especulavam com estoques.

A demanda dependia das oscilações no crescimento mundial, e as crises mundiais, como a Guerra, causavam problemas nas exportações do café, criando, desta forma, dificuldades para todo o restante da economia, que dependia do desempenho no setor exportador cafeeiro, para todas as outras atividades dentro do país, que dela dependiam direta ou indiretamente. Essa falta de controle das variáveis chaves da economia explica a elevada vulnerabilidade de economias agroexportadoras, como a brasileira. Dadas as elevadas condições de rentabilidade da economia cafeeira, especialmente em períodos sem crise internacional, os recursos existentes no país acabaram convergindo para as atividades ligadas ao café, o que acabou, nos últimos anos da República Velha, virando uma tendência à superprodução. Nas primeiras décadas do século XX, a produção brasileira cresceu tanto que o Brasil, sozinho, chegou a produzir mais café do que o consumo mundial, obrigando o governo a intervir no mercado, estocado e queimando café (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr, 1999, p. 229-230).

Paulo Roberto de Almeida afirma que a inserção econômica externa do Brasil, no princípio do século XX, determinava não apenas o ritmo do desenvolvimento do país, mas marcava também as flutuações cíclicas de seu setor econômico, geralmente caracterizado pela dominação de um produto principal (Almeida, 2004, p. 329)

Certo é que as severas restrições impostas pelos ingleses e norte-americanos à exportação de café pelo Brasil e devido à iminência de uma enorme safra em 1917-1918, seu preço tendeu a baixar mais ainda, o que levou o governo a intervir pela segunda vez no mercado, através da compra para estocagem de três milhões de sacas em 1917, com recursos da emissão monetária, já que a guerra tornara impossível recorrer a empréstimos externos. Com a forte geada de 1918, que afetou a produção brasileira, os valores do produto subiram devido ao decréscimo da produção e da reabertura dos mercados europeus em consequência do final da guerra (Vinhosa, 1990, p.130).

Convém ressaltar, que dentre as dificuldades criadas pela guerra, estavam a guerra submarina alemã e a Lista Negra britânica de 1915. Como afirmam Cervo e Bueno, tal lista afetava as atividades das casas comerciais estabelecidas no Brasil. Além do mais, a guerra nos mares levou as companhias marítimas a interromperem as viagens para a Europa. Sobre o café, o impacto foi ainda maior, pois o produto foi declarado, pela Inglaterra, contrabando de guerra, já que não era gênero de primeira necessidade, e teve sua entrada proibida naquele país (Cervo e Bueno, 2008, p. 211).

Delgado de Carvalho assevera que a Lista Negra (*Statutory List*) e a proibição de importação de café foram as duas questões diplomáticas ocorridas em 1917, entre o Brasil e a Grã-Bretanha. A primeira encarregava os agentes consulares britânicos de averiguar as firmas comerciais, que ficavam proibidas de negociar com as firmas inglesas por incluírem interessados alemães. Após nota apresentada por Nilo Peçanha, a Inglaterra permitiu o cumprimento da lista, sob a condição de que cada caso fosse submetido ao governo brasileiro. A segunda questão era sobre o café e foi tratada pela Inglaterra como uma medida a não provocar reclamações de países como a França, Itália e Portugal, cujas indústrias sofriam de proibição inglesa. Após reclamações e negociações dos brasileiros com os ingleses, estes aceitaram a admissão da entrada de café, desde que fosse transportado em navios ex-alemães, o que motivou a recusa por parte do Brasil, por entender que a medida limitava a confiança que o país julgava merecer dos países aliados e amigos, e posterior renúncia à exportação (Carvalho, 1998, p. 381-382)

De todo modo, durante a Primeira Guerra e imediatamente após o seu término, o saldo da balança comercial brasileira foi favorável. Ao mesmo tempo em que importava menos, devido aos problemas europeus, suas exportações aumentaram, inclusive de

produtos até então poucos expressivos nas vendas externas, a exemplo da exportação de carnes congeladas (Cervo e Bueno, 2008, p. 211-212).

Clodoaldo Bueno afirma que o conflito tinha efeitos negativos nas contas públicas, levando ao aumento de impostos e ao recurso das emissões, mas beneficiava setorialmente a economia, com a substituição de importações e o estímulo à demanda interna de matérias-primas relacionadas com as exportações (Bueno, p. 478).

Outra questão econômica importante neste período era a capacidade naval brasileira. Com a retenção de navios alemães, quando da declaração de guerra em 1917, e o posterior fretamento dos navios à França, o Brasil não podia imaginar que seu posicionamento inicial encontraria oposição exatamente do país a quem arrendou 30 dos 46 navios retidos<sup>39</sup>. Para Epitácio Pessoa<sup>40</sup>, em entrevista concedida ao *Jornal Correio da Noite*, de São Paulo, em 5 de abril de 1919, a questão naval era importante para a prosperidade do Brasil.

“O futuro do Brasil é brilhante. Estamos em condições de fornecer ao mundo a maior variedade de exportação, porém necessitamos de navios para desembaraçar os nossos produtos que estão congestionados.

Duas questões estão presentemente sendo debatidas na Conferência de Paz. A primeira é se se deve permitir que cada nação retenha os navios alemães que requisitou, e a segunda é se se deve reunir todos os navios em questão e em seguida dividi-los, segundo o total de tonelagem que cada nação perdeu na guerra.

O Brasil é favorável ao primeiro processo, porquanto a prosperidade do país depende grandemente da marinha mercante”

Como explica Francisco Vinhosa, ainda em estado de neutralidade, o Brasil, através do seu presidente Venceslau Brás, requisitou que os navios alemães atracados nos portos brasileiros fossem apropriados pelo país, através do Decreto nº 12.501 de 2 de junho de 1917, e que passariam a ser considerados brasileiros para efeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional. (Vinhosa, 1990, p. 217 e 220). O autor ainda considera confuso o apresamento dos navios, já que o fato ocorreu em período de paz. Além do mais, informa da discussão sobre os mesmos na Conferência de Versalhes e que os navios requisitados não foram incorporados à marinha brasileira, já que, citando

---

<sup>39</sup> Há controvérsia entre o número de navios retidos nos textos de Delgado de Carvalho e de Eugênio Vargas Garcia. Este afirma que desde o início da guerra, foram mantidos sob vigilância brasileira 46 navios. (Garcia, 2006, p. 57). Já Delgado de Carvalho afirma que eram 70 os navios apreendidos pelo Governo Brasileiro. Op. Cit. p. 384.

<sup>40</sup> PESSOA, Epiácio, em Conferência de Paz, *Diplomacia e Direito Internacional* p. 6.

Epitácio Pessoa, não houvera intenção de confiscá-los e tornar-se proprietário sem que fossem indenizados. Pelo contrário, os documentos oficiais demonstram que o Brasil sempre deixou claro o seu respeito à propriedade particular, obrigando-se a indenizá-la, mesmo que somente pelo seu uso, conforme demonstram os fatos desde o decreto de 13 de abril de 1917, pelo qual se apossou dos navios alemães, “como medida de polícia e segurança, sem caráter de confisco” (Vinhosa, 1990, p. 222).

### **3.4 - Convidado diferenciado em Versalhes**

A participação brasileira no conflito rendeu ao país uma posição diferenciada na Conferência de Paz em Versalhes. A tortuosa diplomacia que precedeu a decisão brasileira de entrar no conflito em outubro de 1917 agora estava esquecida, pois, exultante com a vitória, a elite brasileira aguardava com expectativa a possibilidade animadora de inclusão do Brasil no grande congresso de paz que mudaria o mundo (Smith, 1991, p. 126).

Para o Brasil, entrar na guerra talvez ajudasse a contornar restrições impostas pelos próprios aliados, que prejudicavam a normalidade das relações comerciais do país com o resto do mundo (Garcia, p. 41), e proporcionou, inclusive, o aumento do número de delegados, após intercessão do Secretário de Estado interino dos Estados Unidos, Frank Polk, após o pedido de Domício da Gama para que o Brasil tivesse quatro membros em sua delegação. A resposta norte-americana defendeu a posição brasileira, afirmando que o Brasil merecia o tratamento mais favorável, pois havia sido a única potência da América do Sul que havia declarado guerra prontamente, e prestado cooperação ativa no conflito, contribuindo com o envio de navios e com outras formas de assistência material (Garcia, p. 49). Além do mais, Polk afirma que, “para os americanos, um golpe na posição de prestígio do Brasil poderia ser gratificante para a Argentina e o Chile”, que haviam ficado de fora da Guerra (Smith, 1991, p. 128).

O próprio Presidente norte-americano entrou no assunto para defender a posição brasileira. Woodrow Wilson declarou que o Brasil, como Estado considerável, com mais de 30 milhões de habitantes, estava sujeito mais à influência alemã do que qualquer outro, e que muitos dos estados que constituíam o país eram controlados por elementos germânicos da população, podendo, dentro de poucas gerações, ficar inteiramente germanizado (Garcia, 2006, p. 50), e que ao negar a adequada

representação ao Brasil, as grandes potências europeias estavam calando a voz da América (Smith, 1991, p. 128).

Embora o Brasil mantivesse boas relações com todos os países beligerantes da Europa, era evidente a maior simpatia pela Inglaterra e pela França, especialmente esta última. A invasão da Bélgica pela Alemanha em decorrência do ataque a uma nação neutra e por sua violência causou uma indignação particular no Brasil. A imagem bárbara da Alemanha também ficou ligada aos ataques na guerra submarina e o afundamento de navios mercantes. De toda forma, o país ainda tinha razões para manter as relações com os germânicos, devido ao alto número de imigrantes no sul e sudeste do país, e pelo incremento do comércio entre os dois países (Smith, 2010, p. 72-73).

Oportuno observar que Loreta Baum afirma que Rui Barbosa, em discurso pronunciado no Rio de Janeiro, dizia que “as questões jurídicas da presente guerra e os problemas da neutralidade afetam toda a América, especialmente a do Sul, onde foram encontrados, em mapas teutônicos, a Alemanha do Sul. (...) se a Alemanha for vitoriosa, intoxicada pelo orgulho do triunfo, não hesitará em acertar contas com os Estados Unidos, e violando a doutrina Monroe, que os Estados Unidos não terão mais como defender, irão proceder na tentativa de obter aquelas regiões que a cartografia *pan-germânica* designou como assento natural da soberania leonina” (Baum, 1919, p. 598-599).

A leitura do discurso de Rui Barbosa fica ainda mais interessante quando a autora observa que o referido discurso faz eco ao de Von Goetz, de 1898:

“Em aproximadamente quinze anos minha nação começará uma grande guerra. Ela estará em Paris dois meses após o início das hostilidades. Seu movimento em Paris será um passo para seu real projeto, que é esmagar a Inglaterra. Alguns meses depois de terminarmos o serviço na Europa, nós tomaremos Nova Iorque e provavelmente Washington... A Doutrina Monroe será descartada por nós e nós disporemos da América do Sul como quisermos.” (Baum, 1919, p. 600) tradução nossa.

Como os Estados Unidos estavam interessados em tentar afastar o Brasil da Alemanha, Wilson observou que se o Brasil recebesse uma posição excepcional, de três delegados, ficaria ligado aos interesses dos Aliados e seria um aliado dos Grandes Estados na América do Sul (Garcia, 2006, p. 50).

Ao final, após calorosos debates e críticas contra os privilégios dados ao Brasil, a solução foi pela possibilidade de o Brasil ter três delegados, e que o quarto delegado

(Olinto de Magalhães) acompanharia oficiosamente os trabalhos da Conferência apenas enquanto fosse diplomata residente em Paris. Os assentos brasileiros seriam ocupados por Epiácio Pessoa, Pandiá Calógeras e Raul Fernandes. A delegação brasileira ainda contava com um consultor jurídico, um consultor militar, um consultor naval, um secretário-geral, além de mais sete secretários e oito adidos (Garcia, 2006, p. 51, Smith, 1991, p. 128-129).

Para Eugênio Vargas Garcia, esta intervenção dos Estados Unidos em favor do Brasil estabeleceu o precedente para o padrão pedido-resposta de apoio político entre os dois países, o qual seria repetido em outras oportunidades ao longo do conclave internacional (Garcia, 2006, p. 52).

Em que pese o entendimento de Hélio Vianna, que afirma não ter o Brasil tirado proveito algum das circunstâncias da Conferência de Paz, bem como da participação na Liga das Nações (Vianna, 1951, p. 194), em Versalhes, o Brasil se mostrou bastante atuante, tendo, inclusive, obtido algumas vitórias importantes e certo destaque, o que proporcionou ao país um assento provisório no Conselho da Liga das Nações, e uma maior participação nos temas mundiais (Cardim, 2007, p. 82),

Para Epiácio<sup>41</sup>, o Brasil era “um fervoroso partidário da Liga das Nações, à qual seriam confiadas muitas das questões apresentadas à Conferência de Paz”. Para ele, “a Liga das Nações estava destinada a exercer um poderoso efeito sobre as relações internacionais”.

#### **4.0 - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA: CONFERÊNCIA DA PAZ E LIGA DAS NAÇÕES**

Segundo Pandiá Calógeras, quis o espírito generoso de Woodrow Wilson que fosse a Conferência da Paz mais do que a liquidação do espólio e das ruínas da Grande Guerra. Este pensava em organizar um mundo pacífico, eliminando ou reduzindo as causas de uso das armas. Foi o idealizador da vasta construção harmônica, homogênea e solidária da Sociedade das Nações. Pouco importava se a ideia era de sua autoria, mas a força, a energia, a perseverança e autoridade moral, capazes de levar a cabo a tarefa, com o prestígio da riqueza, da massa de um povo que ao entrar na guerra, desequilibrara

---

<sup>41</sup> Em “Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional”, Obras completas, vol. 14, p. 5.

as forças em favor dos Aliados, vinham do presidente dos Estados Unidos. Para ele, mais importante do que resolver os problemas resultantes do fim do conflito mundial, era fixar normas de tolerância relativa e de justiça. Para Wilson, os Estados Unidos não haviam entrado na luta para vencer um povo, mas para dar vitória à causa da paz (Calógeras, 1936, p. 337-338).

A Liga das Nações, conforme Eugênio Vargas Garcia, nascida dos escombros da Primeira Guerra Mundial, foi uma tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e a assegurar o cumprimento das normas do direito internacional (Garcia, 2005, p. 21). Após a Primeira Guerra Mundial, a Comunidade Internacional, traumatizada com os recentes acontecimentos, resolveu utilizar a Conferência de Versalhes como início de uma nova era mundial.

Epitácio Pessoa achava que os resultados da Conferência seriam determinados pelos maiores países, de acordo com seus interesses, e que a presença dos demais só serviria para dar-lhe respaldo<sup>42</sup>. De qualquer forma, diante da participação brasileira na Conferência de Paz, em 1919, o Brasil se colocou em uma posição intermediária entre seus pares.

Naquela época, encontrava-se o Brasil, regido por suas leis internas, firmando Tratados e Convenções com Estados estrangeiros, buscando uma identidade internacional própria, depois de certo isolacionismo na época do Império, bem como uma maior participação nas decisões referentes às normas internacionais<sup>43</sup>, apresentando-se como uma nação que possuía uma política externa com alguns padrões definidos e procurando implementá-los de maneira independente de pressões externas, vendo nas Conferências Internacionais o palco ideal de atuação.

Por outro lado, o Brasil percebia que o regime econômico internacional o tornava dependente de outros países, e tinha que levar em consideração este fato. Também se encontrava como o “representante” das nações menores, com certo prestígio entre estes devido à participação brasileira em Haia, mas era tratado com certo desdém pelas potências da época.

---

<sup>42</sup> Correspondência entre Epitácio Pessoa e o MRE - Obras Completas de Epitácio Pessoa, vol. 14, p. 8.

<sup>43</sup> A norma internacional não é apenas a norma jurídica, “... mas abrange ainda as outras como a moral e a cortesia internacional. Todas elas são regras de conduta existentes na sociedade internacional” (Mello, 1976, p. 12).

A questão, por exemplo, da inclusão do Conselho Executivo das quatro nações demonstra como o Brasil compreendeu a política do bom senso e do realismo. No caso em tela, quando propuseram emendar a organização do Conselho Executivo para tornar elegíveis anualmente seus nove delegados, o Brasil votou com os que queriam, por um ano ainda, a manutenção do *status quo*, continuando apenas eleitos a título permanente os delegados das cinco grandes potências. “Era colocarmo-nos em atitude conservadora, mas que se justificava tanto pelo interesse imediato da nossa reeleição ao Conselho, como por um sentimento de fidelidade à estrutura primitiva da Liga” (Gabaglia, 1951, p. 399).

Decerto, como afirma Calógeras, ao Brasil havia ficado clara desde o início a sua posição de líder sul-americano, e que falava em nome de toda a América Latina, além do Haiti e da China, o que representava oito votos, em um conjunto de dezessete nações. Segundo ele, Grécia e Bélgica, após a Conferência, felicitaram o Brasil declarando que o país havia dado uma lição pública e um exemplo do que deveria ser a Liga. Era um modelo, que segundo estes países, as grandes potências deveriam seguir (Calógeras, 1936, p. 348-349).

De acordo com Duroselle, o executor, ou tático, é um agente de relações internacionais, cuja tomada de decisão está além dele (Duroselle, 2000, p. 116). Para Kautilya, o embaixador tem a missão de refletir sobre o que deve dizer ao inimigo, fazer amizade com as autoridades responsáveis, avaliando a dimensão do estado visitado, declarando o objetivo de sua missão, exatamente como lhe foi instruído, verificando de que forma a presença de sua missão é aceita, em relação à recepção, tratamento e cordialidade, de modo que mostre as boas graças do estado visitado, não se deixando influenciar pelo poder do inimigo (Kautilya [et al], 2009, p. 99). Na chefia da delegação brasileira à Conferência de Versalhes, Epiácio, como diplomata, agia com ordens expressas daqueles responsáveis pela política externa brasileira, como observado na condução dos assuntos referentes ao café e aos navios ex-alemães.

O Convite para participar da delegação brasileira que iria a Paris foi feito ainda por Rodrigues Alves, sob a chefia de Rui Barbosa, todavia Epiácio só aceitaria se ela fosse chefiada por Rui Barbosa. Com a recusa deste, novo convite fora feito, desta vez oferecendo-lhe a chefia da delegação, o que causou certa hesitação a Epiácio (Melo, 2005, p. 121; Silva, 1998, p.50), como o próprio afirmou:

“servir sob a direção de um homem da capacidade do Sr. Rui Barbosa, mesmo em missão de tanta responsabilidade, não me parecia tarefa superior às minhas forças; mas inspirar, dirigir e chefiar essa missão era encargo que me enchia de apreensões e de temores. Só ao cabo de alguns dias e diante da insistência do Governo, resolvi anuir aos seus desejos” (*apud* Silva, 1998, p.50).<sup>44</sup>

Além de ter participado intensamente como um grande colaborador na elaboração da redação final do Pacto, duas questões foram primordiais para o Brasil na Conferência de Paz: o café brasileiro retido na Alemanha e a questão sobre os navios alemães capturados durante a Primeira Guerra Mundial.

A primeira questão essencial na participação brasileira na Conferência foi sobre o pagamento devido pelos alemães sobre o café em sua posse. A segunda foi a dos navios alemães confiscados nos portos brasileiros. Nos dois casos, a participação pessoal de Epiácio foi preponderante para que os norte-americanos dessem razão aos argumentos brasileiros e auxiliassem o país na resolução de suas pendências. Obtendo o apoio decisivo dos norte-americanos nas questões, o Brasil obteve duas importantes vitórias em Versalhes, além de ter conseguido um lugar no Conselho Executivo da Liga das Nações.

---

<sup>44</sup> *Apud* SILVA, Hélio, História da República Brasileira – O levante da escola militar (1910-1922), Ed. Três, 1998, São Paulo, SP.

#### 4.1 - A Conferência, o Diplomata e o Presidente eleito

Ao viajar para a França, em 02 de janeiro de 1919, a bordo do navio *Curvelo*, para chefiar a delegação brasileira na Conferência de Paz, Epitácio Pessoa deixou para trás um país às vésperas de uma crise relativa à sucessão presidencial. O sistema político nacional era vulnerável à política do café com leite, pois os três maiores estados se desentendiam cada vez mais sobre a escolha de um sucessor presidencial, e já sofria com o fim da *belle époque* e o surgimento de tensões trabalhistas após a guerra, bem como da pressão exercida pela classe média urbana e militar.



**Figura 1- Aspectos da partida da Delegação Brasileira para a Conferência da Paz, em Versalhes. In: O Malho, edição 852, 1919, p. 18.**

Após a morte do presidente Rodrigues Alves, em fevereiro de 1919, e o interesse revelado por Rui Barbosa em disputar a cadeira presidencial, os políticos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, precisavam de um consenso, pois se não chegassem a um acordo, entregariam a eleição a Rui Barbosa. De toda forma, depois do lançamento da candidatura de Rui Barbosa por Nilo Peçanha e pelos jornais O Imparcial

e Correio da Manhã, essa situação viria a se complicar e o próprio Rui se negaria a participar das reuniões preliminares da Convenção Nacional, que viria a apresentar à Nação o nome do candidato à sucessão presidencial (Bethell, 1999, p. 295; Gabaglia, 1951, p. 277; Lewin, 1987, p. 280; Melo, 2005, p. 121).

Rui Barbosa tentava novamente a sorte nas urnas após a campanha civilista de 1910, e recusara o convite feito por Rodrigues Alves para chefiar a delegação brasileira à Conferência de Paz, alegando motivos pouco convincentes, talvez pelo desejo de permanecer no país quando da morte do presidente, a fim de aparecer como candidato mais natural e provável à sucessão. Fernando Melo, por sua vez, afirma que, segundo Raimundo Magalhães Júnior, Rui Barbosa, na campanha presidencial, não gostava de Epiácio, principalmente porque a presidência lhe adviria da importância de que cercara o seu nome durante a chefia da delegação brasileira em Paris, e que a recusa se dera porque Domício da Gama já havia convidado, à sua revelia, dois outros eminentes brasileiros: Epiácio Pessoa e João Pandiá Calógeras.

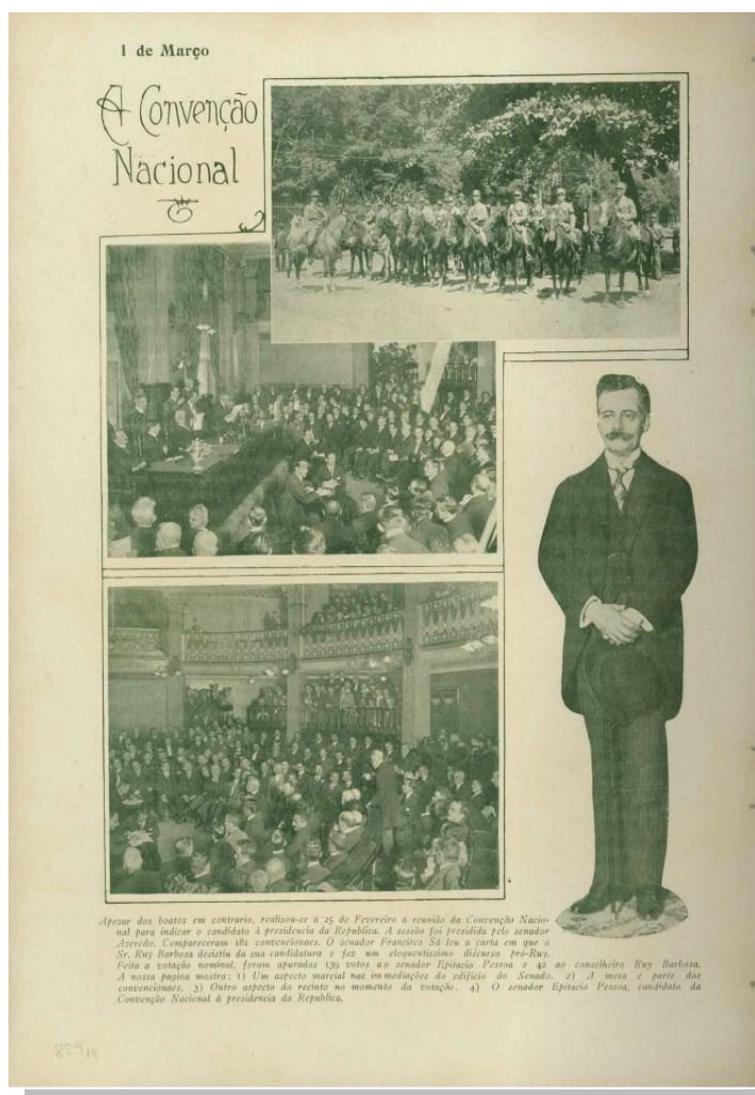
Para o autor, Rui Barbosa não queria ao seu lado figuras tão altas, que lhe disputassem a glória de uma nova e ainda mais importante atuação no cenário internacional, já que alegava que “Rio Branco, ao dar-lhe em 1907 a representação do Brasil na Conferência de Haia, como Lauro Muller, ao confiar-lhe em 1916 a missão especial em Buenos Aires, o haviam constituído em ‘soberano absoluto’ quanto à organização da embaixada e à escolha dos companheiros”, isto fez com que Epiácio passasse de simples delegado secundário a chefe da embaixada, e que, beneficiado por sua excepcional posição, acabasse escolhido candidato oficial à Presidência da República (Melo, 2005, p. 123-124).

Epiácio, por sua vez, foi aclamado candidato por Minas Gerais, em 20 de fevereiro de 1919, sendo aceito pelos líderes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, como um nome que não violava o rotativismo e o relacionamento federativo, bem como pelo fato de ser possuidor de cultura elevada e chefiar a delegação brasileira na Conferência de Paz, em substituição ao nome do próprio Rui Barbosa.

A aclamação oficial<sup>45</sup> aconteceu em 25 de fevereiro de 1919, em solenidade no palácio do Senado, onde recebeu 139 votos contra 42 de Rui Barbosa. Comunicado por telegrama no mesmo dia, Epitácio responde aceitando a indicação e afirmando que se for eleito, a “única preocupação do seu governo será justificar a confiança da Nação”.

Na resposta apresenta, ainda, seu programa de governo, afirmando que no discurso proferido por ocasião da candidatura de Rodrigues Alves, em 23 de outubro de 1917, teve a oportunidade de expor os problemas que, a seu ver, se impunham ao governo brasileiro, e as medidas que poderiam solucioná-los, já que para ele a situação não havia mudado. Explica, ainda, que aquele discurso é o seu modo de encarar as necessidades da Nação. Nos seus dizeres:

“Ponhamos em prática essas medidas, tenhamos em vista principalmente os problemas financeiros e econômicos que mais do que nunca se apresentam complicados e difíceis [...]. Tenho já um longo passado



**Figura 2 - Aspectos da Convenção Nacional que aclamou Epitácio Pessoa como candidato oficial do Governo, nas eleições de 1919. In: O Malho, edição 859. 1919, p. 18.**

<sup>45</sup> A notícia da escolha de Epitácio como candidato oficial foi assim publicada no *The New York Times*: “BACK PESSOA FOR BRAZIL PRESIDENCY – Rio de Janeiro, FEB. 21. – Leaders of various political parties at a meeting here agreed to support Dr. Epitácio Pessoa as a candidate for the Presidency of Brazil. Dr. Pessoa is Chairman of the Brazilian delegation to the Peace Conference and is member of the League of Nations Commission. Dr. Alves, the Presidente-elect, died Jan. 17, before He could assume office.” In: *The New York Times*, published: February 22, 1919.

de vida pública, em que presumo ter sempre procedido com patriotismo, desinteresse, dignidade: ele será a garantia da minha ação no alto posto para que me indicais, se a Nação houver por me homologar a vossa generosa escolha. Neste caso, pode ficar certo o Brasil de que tudo farei para lhe assegurar, com a decisão e a energia que tenho por norma imprimir aos meus atos, um governo de ordem, de liberdade e de justiça”.<sup>46</sup>

A eleição, realizada em 13 de abril de 1919, já estava assegurada pelas forças políticas que o apoiavam, tendo Epiácio Pessoa saído vencedor para o triênio 1919-1922 com 249.342 votos, contra 118.303 de seu opositor, tornando-se o primeiro e único nordestino a presidir o país na República Velha. Sua vitória assinalou uma nova era na política nacional, pois seu governo testemunhou a divisão entre as elites militares e civis, abrindo as portas para a Revolução de 30, já que Epiácio não se mostrou uma criatura passiva com relação aos três estados mais fortes, tendo suas decisões contribuído para a fragmentação da elite política nacional, independente de ele ter querido ou não que acontecesse. Embora nunca pudesse esperar conseguir a liberdade de ação que um candidato de São Paulo, Minas ou Rio Grande do Sul teria naturalmente por sua origem, a nomeação do primeiro ministério inteiramente civil da história do país e a implementação de um ambicioso programa de ajuda federal contra as secas no Nordeste, foram atitudes que demonstraram a independência política de Epiácio Pessoa, sendo este o preço pago pelos cafeicultores do Sul para manter sua política do café com leite (Bethell, 1999, p. 295-296; Carvalho, 1978, p. 136-149; Gabaglia, 1951, p. 321-323; Lewin, 1987, p. 280; Melo, 2005, p. 117-119; Skidmore, 2005, p. 174).

Michael Streeter, no mesmo sentido, afirma que Epiácio possuía boas conexões na política nacional, mas sem fidelidades com os três maiores estados, além de ser um homem com capacidade intelectual e experiência profissional suficiente no alto escalão da burocracia brasileira, sem ter sido uma figura dominante no cenário nacional. Também contava o fato de que, na chefia da delegação brasileira em Paris, estava em contato regular com os mais poderosos homens do mundo, assegurando que o novo líder brasileiro tivesse ao seu alcance uma rede diplomática e de relações pessoais a acionar.

Fernando Melo, por sua vez, afirma que a indicação do nome de Epiácio se deu por diversos motivos, dentre os quais se destacam a oposição do Rio Grande do Sul a

---

<sup>46</sup> Telegrama ao Senador Antonio de Azevedo e mais membros da Mesa da Convenção Nacional, 26 de fevereiro de 1919 (Arquivo de Epiácio Pessoa, *apud*, Gabaglia, 1950, p. 324-325).

qualquer candidatura paulista ou mineira, além das apreensões sobre a candidatura de Rui Barbosa por parte da política dominante dos Estados, a ausência de Epiácio do país no desempenho de uma importante missão, sua independência entre os partidos políticos, e o fato de estar alheio à sucessão de Rodrigues Alves (Melo, 2005, p. 115). Além destes, outro fator também foi relevante para a escolha de Epiácio: o discurso proferido em 1917, que agradou à família de Rodrigues Alves, algo significativo no sistema político brasileiro, no qual os laços familiares e suas conexões eram importantíssimos (Streeter, 2010, p. 105-108).

Neste discurso, que viria a ser o seu programa de governo, ele chamou atenção para dois temas principais: a economia e as disparidades regionais. Ele alertou tanto os políticos quanto os homens de negócios de que o crescimento econômico pelo qual o Brasil estava passando era resultado dos novos mercados providos pela Europa durante a Guerra, mas não duraria para sempre. Por este motivo, ele desenhou três vias pelas quais o país poderia se preparar contra a recessão; que os homens de negócio se concentrassem em melhorar a qualidade de seus produtos para fazê-los competitivos no mercado mundial; a necessidade de se expandir o mercado interno; o Brasil certificar-se de obter o máximo de benefícios do seu comércio internacional.

Para Epiácio: o futuro governo enfrentaria diversas dificuldades, “obrigado na fase nova que durante ele se há de abrir à história do mundo, a conquistar para o Brasil a posição que lhe deve caber nos novos destinos da humanidade” (Gabaglia, 1951, p. 242).

No discurso<sup>47</sup>, já demonstrava a capacidade de analisar a situação que surgiria após a guerra e seus reflexos, não só para o Brasil, mas como para toda a humanidade. Para Epiácio:

“[...] não é somente do ponto de vista propriamente militar, da estratégia, da tática, dos engenhos de destruição; não só pelo furor inaudito com que os povos mais civilizados do mundo se atiram uns contra os outros em massas dantes nunca vistas, e se laceram, e se estracinham, e se exterminam em choques desvairados; não é só pela barbaridade dos processos de luta ou pela fúria alucinada com que a vesânia da força sacrifica os mais suntuosos tesouros da inteligência e do sentimento artístico da humanidade, que a guerra a que assistimos se distancia das guerras de outrora, quando o mundo não estava ainda ligado pelos variados e valiosíssimos interesses que o vapor, o telégrafo e as maravilhas da indústria criaram, e que tornaram o comércio e as finanças o laço mais forte entre as nações, mas também a causa real de aproximações e conflitos. É

---

<sup>47</sup> Gabaglia, 1951, p. 242-244.

principalmente pela influência perturbadora que está exercendo na vida interna dos povos, no seu consumo, nas suas indústrias, no seu comércio, que essa guerra se apresenta como uma revolução social sem precedente”

Prossegue ainda dizendo que:

“As devastações produzidas na Europa colocaram o Brasil numa situação até agora desconhecida. Desde os primeiros tempos de sua vida de independência, contou ele com a abundância do dinheiro europeu e com o concurso da imigração. O dinheiro vai faltar; terminado o conflito, as nações que nele se empenham estarão completamente exauridas. Quanto à imigração, não poderá manter-se depois das hecatombes da guerra. Teremos assim por longo tempo que contar unicamente com nossos próprios recursos.

Ao chamar a atenção para as disparidades regionais no país, Epiácio criticou a distribuição de parte dos recursos federais que só tinham ajudado a aumentar as diferenças na população, nos meios de transporte e no desenvolvimento econômico entre o norte e o sul. Havia a necessidade de desenvolvimento das produções industrial, agrícola e pecuária, multiplicação dos meios de transporte, conquista e conservação dos mercados, combate às secas, defesa militar, sendo a defesa econômica seu aspecto preponderante. Ao salientar a necessidade de restabelecer o equilíbrio, e particularmente, a necessidade de um programa coerente e eficaz para resolver os problemas causados pelas secas no Nordeste Epiácio entendeu que apenas um Brasil economicamente integrado poderia esperar ter um papel significativo no comércio internacional (Gabaglia, 1951, p. 242).

Estando ainda na França, como chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz, o Senador Epiácio Pessoa soube da sua eleição à Presidência da República, para completar o mandato de Rodrigues Alves no período de 1919 a 1922. Seu governo corresponde ao imediato pós-guerra, onde houve um déficit na balança comercial e, conseqüentemente, queda no câmbio. Neste período o governo brasileiro teve de lançar mão de empréstimos, sendo um deles para acorrer a valorização do café. Estes fatores, acrescidos pelo quadro mundial difícil, dão ideia dos problemas econômicos nacionais, sendo este o período de início da contestação política da Primeira República (Cervo e Bueno, 2008, p. 213). Para Thomas Skidmore, a eleição de Epiácio trouxe um aumento do sentimento nacionalista, e uma repressão às organizações de classe trabalhadoras (Skidmore, 2005, p 174).

Eleito Presidente da República, Epiácio Pessoa deixava de ser um *executor*, para deter o poder de decisão (Duroselle, 2000, p. 101), mudando sua esfera de competência, mais especificamente sua autoridade e sua natureza de participação (Snyder, *et al*, 2002, p. 97), na condução da política externa do Brasil. Também muda sua própria percepção sobre as atitudes a serem tomadas, à medida que, ao chefiar a delegação brasileira e ao mesmo tempo ser o presidente eleito, as atribuições próprias de cada cargo entram em uma simbiose, aumentando seu campo de atuação na relação com os seus pares na Conferência, e possibilitando que atue de maneira a melhorar o país que vai governar.

Após a sua eleição, já atuando como estadista, Epiácio sabia das dificuldades que seu governo teria caso suas demandas não fossem atendidas. De acordo com o telegrama ao MRE, nº 67, de 25/04/1919<sup>48</sup>, em carta apresentada a Wilson, Lansing e House<sup>49</sup>, Epiácio pedira intervenção dos Estados Unidos no sentido de evitar espoliação, e conseqüentemente prejuízos ao Brasil. No telegrama, Epiácio afirma:

“[...] condições idênticas Estados Unidos, pondero requisição importa expropriação, estando Brasil apenas obrigado indenização; qualquer ato tendente anular esta situação importará atentado contra soberania brasileira, com qual Brasil não se pode conformar. Nas cartas saliento prejuízos econômicos medida nos acarretará, dificuldades políticas trará novo governo. Minha conclusão é estender Brasil exceção Estados Unidos ou melhor reconhecer cada potência mediante indenização direito navios apreendeu.” (grifo nosso)

Como demonstra sua correspondência com o Ministério das Relações Exteriores, no telegrama reservado nº 71, de 29/04/1919, Epiácio percebe, ao ser surpreendido pela notícia de que a declaração brasileira sobre os navios ex-alemães<sup>50</sup> não fora atendida, e percebendo que aquela negociação era política, passou a empenhar-se mais no assunto, haja vista não acreditar em sucesso caso a demanda fosse à Conferência.

Na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional em 1920<sup>51</sup>, o Presidente Epiácio Pessoa, expôs que, “à parte os grandes assuntos de ordem internacional que se

<sup>48</sup> Correspondência MRE, nº 71, in: PESSOA, Epiácio, Obras completas XIV, p. 32-33.

<sup>49</sup> Delegação Norte americana à Conferência da Paz.

<sup>50</sup> No sentido de haver indenização semelhante à dos Estados Unidos, ou direta, mediante reconhecimento de cada potência sobre os navios que cada uma apreendeu, não havia sido atendida (correspondência MRE, nº 71, Pessoa, Obras completas XIV, p. 34).

<sup>51</sup> <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1312/000005.html>, acesso em 18 de junho de 2010.

debateram na Conferência de Paz, duas questões, sobretudo, interessavam ao Brasil: o café de São Paulo e os navios ex-alemães”.

Sobre o café, Epitácio afirma que ao iniciar o conflito mundial em 1914, o estado de São Paulo tinha em depósito, nos portos de Antuérpia, Hamburgo, Trieste e Bremen, a quantia de 1.835.361 sacas de café, como garantia a dois empréstimos contraídos na Europa, pelo Estado, por intermédio das casas J. Henry Schroeder & Co., de Londres, S. Bleischroeder de Berlin, e a Sociéte Générale e o Banque de Paris Et des Pays-Bas, de Paris, e que o Governo alemão havia manifestado a intenção de confiscar aquele depósito, quando foi declarada a Guerra, o que foi prontamente repellido pelo Governo Brasileiro. O estado de São Paulo, receando complicações, ordenara a venda do café, resultando no valor de 125.787.481.77 marcos, que foram depositados, de acordo com uma cláusula contratual, na casa S. Bleischroeder, entre novembro de 1914 e março de 1916. Após tentar resgatar o dinheiro, o estado de São Paulo foi impedido pelo Governo alemão, o que provocou uma intervenção do governo brasileiro no assunto, e posteriores negociações, ficando acertado com a Alemanha que “o produto da venda do café da valorização, depositado no Banco Bleischroeder, estaria intacto depois da assinatura da paz, à disposição do Governo do Brasil”.

Segundo Laurita Gabaglia, a posição na Conferência era de que as duas questões deveriam ser tratadas em conjunto, e que a Alemanha reteria o preço do café e o Brasil guardaria os navios apreendidos. Esta posição foi prontamente discordada por Epitácio, que entendia serem questões distintas e independentes de fato e de direito, regidas por princípios diversos e sem laço nenhum de afinidade ou subordinação. Para ele, a Alemanha deveria restituir o preço do café integralmente e com juros, ao passo que o preço dos navios seria pago pelo Brasil com o que se verificasse estar a Alemanha a dever-lhe (Gabaglia, 1951, p. 280).

Desta forma, a questão do café foi entregue à Comissão Financeira, na qual o Brasil não tinha representantes, e logo começaram a surgir questões acerca da classificação da dívida, que queria incluir como dívida de reparações pela Alemanha. O Brasil combateu esta nova classificação com base no argumento de que os preços depositados eram de bens pertencentes ao Brasil por títulos anteriores à Guerra, e que não faziam parte do ativo alemão, não sendo possível serem usados para pagar as responsabilidades deste país com as outras nações aliadas. Para Epitácio, o caso era de

restituição de depósito, e não de reparação de danos (Pessoa, E. capítulo I, página 11, *apud* Gabaglia, 1951, p. 280)

Conforme Eugênio Vargas Garcia, a questão fora resolvida favoravelmente pelo Tratado de Versalhes, pois a Alemanha fora obrigada a restituir o valor depositado ao câmbio do dia do depósito (Garcia, 2005, p. 40).

Na mensagem ao Congresso Nacional, Epitácio afirma que “são, pois, agora estes os termos em que, no art. 263 do Tratado, ficou definitivamente resolvida a questão:

“A Alemanha garante ao Governo brasileiro o reembolso com juros à taxa ou taxas que houverem sido convencionadas, de todas as somas depositadas no Banco Bleischroeder em Berlim, provenientes da venda de cafés pertencentes ao Estado de S. Paulo nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Trieste. A Alemanha, tendo-se oposto à transferência, em tempo útil “das ditas somas ao Estado de S. Paulo, garante igualmente que o reembolso se efetuará à taxa do câmbio do marco ao dia do depósito.”

Afirma ainda que o texto acima transcrito foi inserido no Tratado que os aliados submeteram ao exame dos delegados alemães. Posteriormente, porém, quando em viagem para o Brasil, teve notícia de que a Delegação Brasileira em Paris fora surpreendida com uma deliberação do Conselho Supremo que, atendendo, em parte, a reclamações da Alemanha, reduzira os juros “às taxas convencionadas”, que passaram a ser de 4.5% (Smith, 1991, p. 129). Não obstante esta redução na taxa dos juros, que felizmente não representa grande prejuízo para o Estado de S. Paulo, pode-se dizer que a questão do café teve solução plenamente satisfatória.

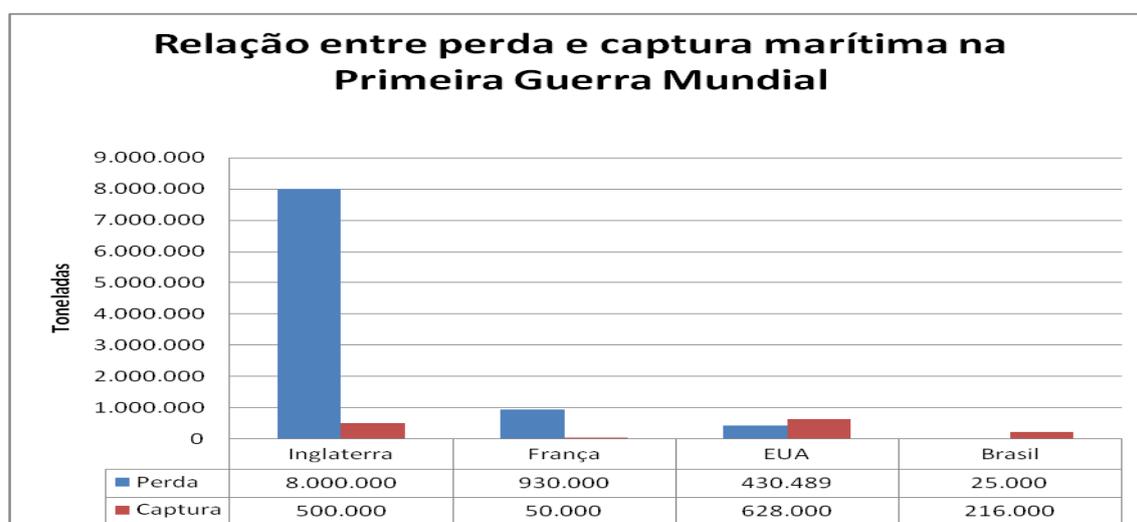


Gráfico 3 - Fonte: “O Brasil e a Primeira Guerra Mundial”, de Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, 1990, p. 225. Elaboração gráfica própria.

A resolução da questão dos navios foi mais complexa, segundo Eugênio Vargas Garcia, pois o Brasil possuía, em julho de 1916, uma frota de 169 navios em alto-mar, que totalizavam 297.800 toneladas. Ao romper relações com a Alemanha, em 1917, o Brasil retivera em seus portos 46 navios mercantes alemães, o que representava cerca de um quarto da Marinha mercante brasileira. Destes, 30 foram fretados à França, de acordo com um convênio celebrado entre os dois países (Garcia, 2005, p. 40).

Durante a Conferência, a comissão de finanças resolveu que todos os navios alemães apreendidos seriam partilhados entre os beligerantes vencedores, na medida proporcional as suas perdas marítimas. Tal resolução atingia diretamente o Brasil, que havia capturado uma tonelagem muito maior do que as suas perdas, e seria obrigado a ceder navios a países que haviam perdido mais na guerra. Conforme Vinhosa (1990, p. 224) o Brasil, em relação às grandes potências da época, sairia bastante prejudicado se a partilha fosse feita da maneira apresentada pela Comissão de Finanças.

Segundo Epitácio<sup>52</sup>, a Delegação Brasileira, porém, entendeu que, sem trair o respeito devido à propriedade privada, outra combinação poderia ser adotada, de maior proveito para o Brasil. A adjudicação dos navios mediante uma indenização razoável, calculada pelo valor da época da apreensão e paga por encontro de contas, resguardaria o direito dos proprietários e ao mesmo tempo colocaria nas mãos do Governo brasileiro em troca de um sacrifício já feito, um patrimônio considerável que direta ou indiretamente poderia servir ao nosso desenvolvimento econômico. Convencida desta e de outras vantagens, a Delegação pleiteou essa solução perante a Conferência, alegando longa e insistentemente que, com a declaração do estado de guerra, se podiam considerar os navios incorporados no domínio do Brasil, já por efeito da requisição que então assumira o seu verdadeiro caráter de ato bélico e no Direito Internacional equivale à expropriação por necessidade pública já como represália aos prejuízos não compostos pela Alemanha.

Continua ainda, Epitácio, afirmando que todos os nossos esforços no começo foram baldados. A objeção invariável era que o Brasil nunca pretendia o domínio dos navios; pelo contrário, afirmara sempre que o seu propósito era apenas utilizá-los e deixara passar todo o período da guerra sem manifestar de qualquer modo que mudara

---

<sup>52</sup> Epitácio Pessoa, em Mensagens ao Congresso Nacional, 1920, p. III e IV, <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000022.html> e <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000023.html> acessado em: 14/06/2010

de intenção, de sorte que não havia como considerá-lo desobrigado de restituir os navios e pagar o uso que deles fizera, conforme se comprometera, sem prejuízo, entretanto, da indenização que lhe devesse a Alemanha.

Segundo Garcia (2005, p. 41), quando o Brasil cogitou a possibilidade de não assinar o Tratado de Versalhes caso as resoluções sobre os navios ex-alemães não fossem alteradas, Epitácio Pessoa escreveu a Woodrow Wilson afirmando que aquela era uma questão de fundamental importância para o Brasil, e que fazia um apelo ao governo norte-americano, “seu antigo amigo e aliado”<sup>53</sup>, a fim de que ele intercedesse em favor da tese brasileira, o que foi prontamente respondido pelo Presidente norte-americano, que prometeu tratar do assunto com a maior consideração, salientando que os Estados Unidos “jamais fariam intencional ou conscientemente qualquer coisa que pudesse prejudicar os interesses brasileiros”<sup>54</sup>. Também teve iniciativa pessoal em se dirigir aos franceses, afirmando que “nunca havia esperado tão injusto tratamento de nosso nobre aliado e amigo”, quando o governo francês se recusou a aceitar as condições brasileiras (Smith, 1991, p. 130).

No telegrama MRE, nº 77, de 07/05/1919, na véspera de sua partida para a Bélgica, Epitácio informa sobre a leitura do Tratado da Conferência e da espera pela assinatura dos alemães, bem como sobre a atuação na questão dos navios e as possibilidades de aceitação da proposta brasileira:

“[...] tenho conferenciado continuamente House, Lloyd George, Balfour sobre navios. Ontem House comunicou Lloyd George inclinado concordar. Mais tarde recebi carta Wilson dizendo esperar decisão final será inteiramente satisfatória Brasil, havendo mesmo possibilidade ser aceita proposta que fiz e justifiquei junto Conselho Quatro sentido cada nação conservar mediante indenização razoável navios que apreendeu.”

Após o retorno ao Brasil e já empossado, Epitácio, em sua mensagem ao Congresso Nacional<sup>55</sup>, afirma que o art. 297 do Tratado assim dispõe:

“A questão dos bens, direitos e interesses privados em país inimigo será resolvida de acordo com os princípios estabelecidos nesta Secção e nos dispositivos do Anexo junto.

b) Salvo disposições contrárias que possam resultar deste Tratado, as Potências aliadas ou associadas reservam-se o direito de reter e de liquidar todos os bens, direitos e interesses

<sup>53</sup> Pessoa, E. Obras completas, 1961. V. 14, p.212.

<sup>54</sup> Pessoa, E. Obras completas, 1961. V. 14, p.213.

<sup>55</sup> <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000036.html> e <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000037.html> acessado em 18/06/2010.

pertencentes, na data em que entrar em vigor este Tratado, a súbditos alemães ou sociedades por elles fiscalizadas em seu território, em suas colônias.

A liquidação se fará conforme as leis do Estado aliado ou associado.

c) Os preços ou indenizações, resultantes do exercício do direito previsto no parágrafo *b*, serão fixados segundo os modos de avaliação e de liquidação determinados pela legislação do país em que os bens tenham sido retidos ou liquidados.

a) Salvo o caso em que, por aplicação do parágrafo *f*, as restituições se tenham efectuado em espécie, o produto líquido das liquidações de bens, direitos e interesses inimigos, onde quer que tenham sido situados, feitas ou em virtude da legislação excepcional de guerra ou por aplicação deste artigo, e em geral todos os haveres em numerário do inimigo, terão o seguinte destino:

1º. Quanto às Potências que adoptarem a Seção III e o Anexo junto, tais produtos e haveres serão creditados em favor daquela de quem for súdito o proprietário, por intermédio da Repartição de verificação e compensação instituída pela mencionada Seção e Anexo. Todo saldo credor que dali resultar em favor da Alemanha terá a applicação prevista no art. 243.

2º. Quanto às Potências que não adotarem a Seção III e o Anexo junto. . . cada uma poderá dispor do produto dos bens, direitos e interesses e dos haveres em dinheiro, que aos nacionais alemães tiver apreendido de conformidade com as suas leis e regulamentos, e poderá empregá-lo no pagamento das reclamações e créditos definidos por este artigo e pelo § 4º do Anexo junto. Todo bem, direito ou interesse, ou produto da liquidação deste bem, ou todos os haveres em dinheiro que não forem applicados de acordo com o que fica dito acima, podem ser retidos pela dita Potência aliada ou associada, e, neste caso, o seu valor em dinheiro terá o destino previsto no art. 243.

i) A Alemanha obriga-se a indenizar os seus nacionais dos prejuízos resultantes da liquidação ou da retenção dos seus bens, direitos ou interesses em países aliados ou associados.”

Desta forma o Brasil conseguiu importante vitória na questão, ao ser atendido nas suas reivindicações sobre os navios ex-alemães, que resultaram no acordo disposto no artigo 297 do Tratado de Versalhes, no qual o Brasil não aceitava a partilha dos navios na proporção das perdas marítimas de cada país, conforme desejava a França, lucrando enormemente com a transação, já que havia capturado 216 mil toneladas e perdido apenas 25 mil (Garcia, 2005, p. 41-69).

## 4.2 - Epitácio Pessoa e a Liga das Nações

Outra oportunidade, além daquelas levadas pela Delegação Brasileira à Conferência de Paz, surgiu para o Brasil, desta vez em relação à Liga das Nações. Conforme pode ser observado no telegrama ao MRE, nº 8, desde 05 de fevereiro o governo brasileiro já atentava para o projeto de Woodrow Wilson que criava a Liga das

Nações e sobre a existência de um Conselho Executivo. No projeto original as nações seriam divididas em três classes (grandes, médias e pequenas), em que as maiores teriam um delegado cada e as demais juntas teriam tantos membros quanto as primeiras, menos um. Neste telegrama Epiácio informa que foi contra nova proposta apresentada, na qual somente cinco grandes potências teriam representantes e as demais quando tivessem interesse, e propôs representação permanente para todas as nações, recebendo apoio da Sérvia, Bélgica, Portugal, China, França e Itália. Dois dias depois, no telegrama nº 11, de 07 de fevereiro, Epiácio afirma que a questão do Conselho Executivo da Liga das Nações continua adiada.

A resolução definitiva da questão da representação no Conselho Executivo só veio a acontecer no dia 13 daquele mês, conforme telegrama confidencial nº 18 ao MRE do mesmo dia. Segundo Epiácio, ele combateu a emenda francesa que dava às nações menores apenas dois delegados, e propôs que os quatro representantes fossem escolhidos diretamente pelos estados interessados, sendo esta a proposta que prevaleceu ao final. A Assembleia designará as quatro nações pequenas que tem de enviar representantes, sendo que a primeira designação seria feita pela Conferência. Neste telegrama Epiácio comunica ao Ministro do Exterior, Domício da Gama, para que ele e o embaixador Morgan telegrafem a Wilson e Lansing com a finalidade de o Brasil ser um dos escolhidos, lembrando que o país aumentaria seu prestígio com a designação para o Conselho, e que tinha a seu favor títulos especiais que o credenciavam ao posto, por ter sido a única nação da América do Sul que participara dos esforços de guerra (Pessoa, 1961, p. 8-14). Como afirma Eugênio Vargas Garcia, os estadunidenses sustentaram com as potências europeias a necessidade de contar com um representante da América Latina no Conselho, e com a aceitação da Grã-Bretanha, a delegação norte-americana indicou o Brasil para ocupar um dos assentos temporários no órgão executivo da Liga das Nações, juntamente com a Bélgica, a Grécia e a Espanha (Garcia, 2006, p. 65-66, Prazeres, 1922, p. 285).

Conforme telegrama ao MRE, nº 68<sup>56</sup>, de 28 de abril de 1919, Epiácio, já eleito presidente, informa que o Brasil fora designado para fazer parte do Conselho, passando a tratar o país como uma potência:

“[...] potências que fazem parte Conselho devem nomear representantes que formarão Comissão nove membros a fim preparar planos

---

<sup>56</sup> Pessoa, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV p. 33-34.

organização Liga, instalação sede, ordem dia primeira reunião Assembleia. [...]"

Segundo Garcia (2006, p. 73), apesar do sucesso na esfera internacional, a delegação brasileira sofria ataques no Brasil, com críticas de motivações ideológicas e políticas vinculadas à campanha presidencial de 1919, contrárias à política externa brasileira e ao Alinhamento com os Estados Unidos. O autor afirma que Rui Barbosa, em texto publicado no jornal *O Imparcial*, em 03 de maio de 1919, defendia o princípio da soberania nacional perante a Liga e sustentava que a Conferência da Paz era uma oligarquia das grandes potências, que conduziam os trabalhos e às demais restava a condição de “penetras”. Para Rui, ao entrar no Conselho, o Brasil reconheceu sua condição de “povo de soberania subalterna” em relação às potências de primeira grandeza. Em defesa de Epiácio, Raul Fernandes referiu-se às dificuldades enfrentadas por ele em um ambiente hostil, onde imperava o egoísmo e o menosprezo pelas nações fracas (Garcia, 2006, p. 73-74). O próprio Epiácio, no telegrama ao MRE nº 75, enviado um dia depois da publicação do texto de Rui, afirma que a posição jurídica do Brasil era fraca, e que os Estados Unidos propuseram que cada nação ficasse com o que havia sido apreendido, sendo aceita a proposta americana pelo Brasil. Em relação à Liga, ele afirma:

“[...] não me consta nenhuma outra potência, mesmo mais ciosas sua soberania, como Inglaterra, Estados Unidos, cuja Constituição copiamos, se sentisse diminuída por aquele pacto: tenho curiosidade conhecer termos dessa lição altivez dignidade que queremos dar nações mais cultas Mundo.”

Decerto é que, em que pese a resposta de Epiácio a Rui Barbosa, através de telegrama oficial, sua personalidade, formada também por sua interação com outros tomadores de decisão durante a Conferência e sua localização no sistema de tomada de decisão, conforme a teoria de Snyder, Bruck e Sapin, apresentada no referencial teórico da introdução, permitia-lhe perceber, assim como Rui, que havia um sistema oligárquico na Conferência da Paz, que de certo modo se assemelhava ao sistema oligárquico nacional. Neste contexto, um homem aristocrático, na condição de presidente eleito do Brasil, de habilidades intelectuais conhecidas e alto conhecimento jurídico, com continuada atuação profissional em diversas áreas da Administração Pública, sabia a importância que tinha para o Brasil a vaga no Conselho Executivo da Liga das Nações, e como a participação neste representava uma honra e uma grande conquista para o país, conforme expõe no telegrama nº 18 enviado ao MRE, de 13 de fevereiro de 1919, antes de ser o candidato oficial:

“[...] Vossência compreende prestígio nos daria tal designação. Brasil, única beligerante América do Sul, tem a seu favor títulos especiais. [...]”<sup>57</sup>

E posteriormente, já eleito, no telegrama nº 91<sup>58</sup> enviado ao MRE, de 02 de junho de 1919.

“[...] Antes terminar, apraz-me consignar ainda Delegação Brasil em todos trabalhos conferência, zelou com maior carinho tradições liberais Brasil, e depois ter obtido Estados chamados interesses particulares fossem admitidos composição Conselho Executivo Liga Nações, de onde já estavam excluídos, conseguiu para Brasil lugar nesse Conselho, honra vivamente ambicionada todas nações.[...]”<sup>59</sup>

Para Eugênio Vargas Garcia, na Conferência da Paz os países passaram do idealismo utópico inicial ao apego aos interesses individuais de cada um, em um contexto que relegava às potências menores “um papel de suplicantes no butim da vitória que às grandes potências cabia repartir”, e ao insistir na obtenção de sua parte o Brasil adotou a mesma postura de interesse próprio, que se tornou generalizada em Paris, transitando, inicialmente, da defesa dos direitos das potências menores, para, posteriormente aderir ao princípio da classificação hierárquica das potências. Ao final, a identificação do Brasil com os pequenos estados perdeu espaço para as aspirações de grandeza nacional, “açuladas com a perspectiva de ingresso no clube fechado das grandes potências”.

De toda sorte, ao receber o apoio dos Estados Unidos nas suas reivindicações, o Brasil adotou tacitamente uma parceria estratégica com os norte-americanos, que serviu de instrumento para a defesa de seus interesses materiais e ao fortalecimento do seu prestígio internacional.

No contexto mais geral da Conferência, entretanto, o Brasil não tinha capacidade de influência, já que os assuntos europeus centralizavam todas as atenções. De toda forma, o êxito alcançado com a entrada do país no Conselho da Liga, foi interpretada pelo governo brasileiro como uma grande conquista. O Brasil saía da Conferência da Paz com uma posição de prestígio elevada na Europa, especialmente se comparada com sua limitada contribuição durante a guerra e sua capacidade real de influenciar eventos na esfera internacional. Para Eugênio Vargas Garcia, o simbolismo dos gestos e das deferências protocolares no pós-guerra contribuiria para aumentar ainda mais a sensação

---

<sup>57</sup> Pessoa, Epiácio, obras completas, vol XIV, p. 14.

<sup>58</sup> Op. Cit. p. 48-49

<sup>59</sup> Op. Cit. p. 51.

de contentamento da diplomacia das oligarquias com os novos voos alçados pelo país (Garcia, 2006, p. 75-76).

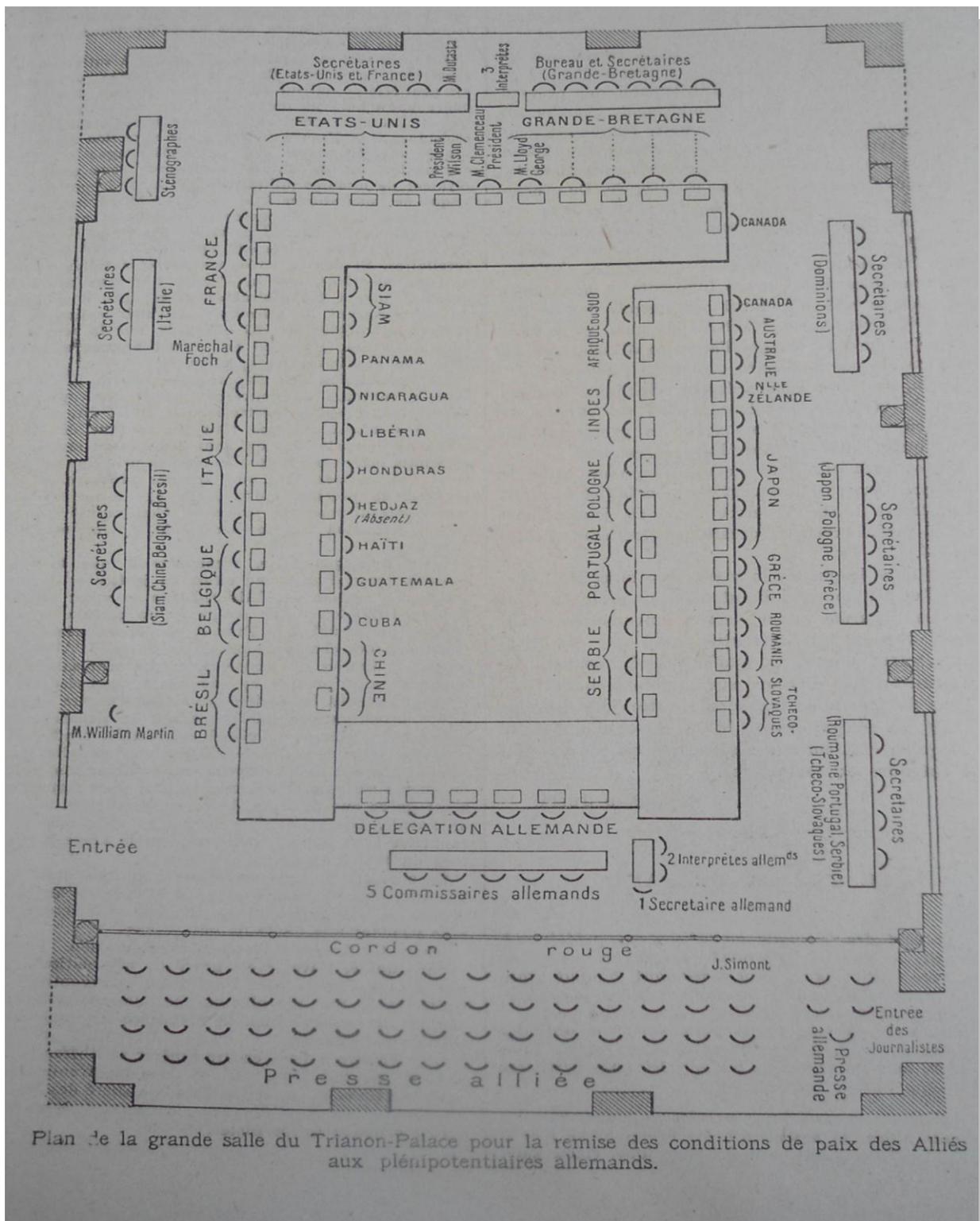


Figura 3 - Disposição das delegações presentes à Conferência da Paz. À esquerda os assentos dos representantes brasileiros. Um pouco mais atrás o assento do Secretário brasileiro. In: L'Illustration, 10 de maio de 1919.



## **5.0 - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE EPITÁCIO PESSOA: RELAÇÕES BILATERAIS NAS VIAGENS DO PRESIDENTE ELEITO**

A eleição em abril de 1919 foi a única vez na história do Brasil em que um representante oficial do governo brasileiro, em missão diplomática no exterior, retornaria como chefe de Estado. Para Eugênio Vargas Garcia (2006, p. 64), esta nova condição assumida pelo chefe da delegação brasileira chamou a atenção dos círculos diplomáticos em Paris e das demais delegações presentes na Conferência. Antes do fim da Conferência, todavia, Epitácio Pessoa partiu para o Brasil. Após sua eleição diversos convites foram feitos ao novo presidente brasileiro, e seu retorno ao país envolveu diversas questões econômicas, comerciais e de relações diplomáticas.

Segundo Sérgio Danese, a diplomacia presidencial brasileira, iniciada na República Velha, forjada na superação dos desafios do reconhecimento diplomático e da intervenção estrangeira na Revolta da Armada, teve seu contraponto quando da nomeação de Rio Branco para o Itamaraty, pois ali teve início o fortalecimento da diplomacia burocrática. A chegada de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores diminuiu o espaço de manobra e de atuação do Presidente da República, embora estes tivessem a prerrogativa constitucional originária de fazer política externa. Para ele, toda vez que prevalece essa tendência, a diplomacia presidencial pode ser descrita como marginal, residual ou acessória, mas não sistêmica, sendo a diplomacia do começo do século XX confirmação dessa tendência. Neste caso, a diplomacia de cúpula, a condução personalizada dos negócios diplomáticos pelos mandatários, cede visibilidade à ação dos negociadores, que se apropriam, em alguma medida, do que antes era reservado aos chefes de estado ou governo: o potencial exclusivo de serem reconhecidos como estadistas (Danese, 1999, p. 253-257).

A diplomacia presidencial, para Danese (1999, p. 283), não pode ser reflexa ou reativa, nem marginal ou residual, mas sim ativa, propositiva e central, sem ser subjetiva ou existir nos limites estreitos das capacidades, inclinações ou projetos pessoais do presidente. Para o autor, à atuação de Epitácio na Conferência faltaram os elementos de poder, inserção e projeto diplomático do Brasil, o que explica porque nem a participação na Comissão que criou a Liga das Nações e nem a experiência de participar da Conferência de Paz, bem como o gosto comprovado pelos assuntos internacionais, puderam fazer de Epitácio um presidente com mais visibilidade

diplomática e feitos internacionais do que simplesmente receber a visita de retribuição dos reis belgas ou a visita comemorativa do presidente de Portugal.

Todavia, conforme os conceitos utilizados neste estudo e os dados históricos apresentados sobre a condução dos assuntos brasileiros na Conferência da Paz, por parte do presidente eleito, não é impossível afirmar que Epiácio realizava uma diplomacia presidencial ativa, à medida que sua atuação efetiva na condução da política externa tem início no período em que soube de sua indicação como candidato oficial à Presidência da República, já que, ao mesmo tempo em que chefiava a delegação brasileira, era o candidato oficial à eleição daquele ano, e manteve contato com os chefes de estado e representantes das nações presentes à conferência, tendo, inclusive visitado durante três dias, ainda como candidato e à convite do Governo Francês o *front*<sup>60</sup>.

Entre sua indicação em 25 de fevereiro de 1919 e sua eleição em 13 de abril do mesmo ano, Epiácio promoveu reunião com as “pequenas potências”, para tratar da distribuição dos lugares nas comissões e manteve contatos pessoais com Clemenceau (Primeiro-Ministro Francês), Baufour (Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra), Sonnino (Ministro das Relações Exteriores da Itália). Já eleito, conferencia continuamente com Lloyd George (Primeiro-Ministro Britânico) e Woodrow Wilson (Presidente Americano), de acordo com os telegramas trocados por Epiácio e o Ministério das Relações Exteriores<sup>61</sup>.

A condição de presidente eleito pode, aqui, ser considerada a partir da sua indicação na Convenção Nacional, pois naquela época a indicação representava necessariamente a eleição do candidato escolhido, como se percebe na atuação do embaixador americano, que, conforme Eugênio Garcia, logo que Epiácio foi escolhido como candidato oficial na Convenção Nacional, em fevereiro de 1919, indicou ao Departamento de Estado que na Conferência de Paz a delegação norte-americana teria a oportunidade de conhecer melhor o futuro presidente, que parecia ter intenção de cooperar com os Estados Unidos, apesar de não considerar a escolha brilhante, mas de toda forma, segura. Para o autor, a delegação norte-americana, em particular, teve motivos para prestar auxílio ao Brasil, possivelmente porque sabia da importância de

---

<sup>60</sup> Telegrama MRE nº 57, de 08 de abril de 1919, in: Pessoa, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 28.

<sup>61</sup> Telegramas nº. 25 a 77, in: Pessoa, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 17 a 38.

cativar o presidente eleito para aumentar a influência norte-americana no Brasil (Garcia, 2006, p. 62-64).

Também se observa que, no Brasil, Eptácio já era tratado como Presidente da República, não apenas como presidente eleito, conforme cópia de recorte de jornal da época, sem identificação, encontrado na documentação de Eptácio, que se referia à venda em leilão dos navios ex-alemães devido à ausência de ofertas compensadoras em praças americanas.

“[...] A nossa imprensa vermelha, inflamada de indignação, gritou porque o Sr. Presidente da República resolveu vender os barcos ex-alemães, que estão em nosso poder nas mesmas condições em que aqueles que se acham com a América do Norte [...] Os nossos “patriotas” nas suas destemperadas objurgatórias contra o Sr. Eptácio Pessoa, faziam crer aos desprevenidos que o caso criado pelo Sr. Presidente da República era único, um caso “sui generis”, que não tinha símile em nenhum outro país, que como nós, estivesse de posse de navios ex-alemães. [...]”<sup>62</sup>

No mesmo sentido, no telegrama de 02 de março de 1919, enviado para José Wanderley de Araújo Pinho, João Mangabeira afirma:

“Salvo Ruy, não podíamos ter melhor presidente que Eptácio.”<sup>63</sup>

O próprio Eptácio, alguns dias depois de ter sido indicado o candidato oficial, em entrevista ao *Petit Journal*, de Paris, no dia 02 de março, ao ser perguntado se adiantaria seus deveres para retornar ao Rio de Janeiro, uma vez confirmada a eleição, afirma que será o Chefe de Estado que representará o Brasil na Conferência, não mais o senador.

- *Vos devoirs présidentiels vous contraindront, monsieur le president, à regagner Rio de Janeiro, une fois votre élection confirmée?*

“*Probablement non. Ce sera son Chef d’Etat qui représentera le Brésil à la Conférence, au lieu d’un sénateur, et voila tout!*”<sup>64</sup>

Corroborando esse entendimento, Michael Streeter afirma que a intenção de Eptácio era de sempre trazer vantagens para o Brasil com suas ações, e mesmo estando a campanha a milhas de distância de Paris, e sem sua efetiva participação, a conclusão

<sup>62</sup> Pessoa, Eptácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 53, conforme nota do redator.

<sup>63</sup> Arquivo Wanderley Pinho, IHGB, Notação Final: DL1437.065; PINHO, José Wanderley de Araújo; PESSOA, Eptácio da Silva; MANGABEIRA, João.

<sup>64</sup> Pessoa, Eptácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 74.

era que tinha certeza que seria o próximo presidente do Brasil (Streeter, 2010, p. 97-108).

De toda forma, segundo Sergio Danese, o papel do Presidente na condução da diplomacia, ante a burocracia diplomática de Rio Branco, passou a ser mais protocolar, mas de pleno significado político, das visitas oficiais e dos gestos de cortesia entre os chefes de estado, não cabendo mais àquele o caminho da grande diplomacia das negociações, que deu projeção mundial a tantos homens públicos na Europa e nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX e, no Brasil, apenas a Rio Branco. No Brasil, a diplomacia presidencial desenvolveu-se, basicamente, no recebimento de visitas de chefes de estado e governo de países amigos e de presidentes eleitos; na atividade protocolar, na forma de recebimento de missões estrangeiras pelo presidente e envio de missões e mensagens ao exterior, nas visitas oficiais do presidente brasileiro, na condução pessoal da diplomacia em número limitado de ocasiões e nas visitas ao exterior de presidentes eleitos.

As viagens de presidente eleito tiveram início em 1908, com Campos Sales, e tornaram-se uma modalidade na diplomacia brasileira. Epitácio foi o segundo presidente eleito a viajar nessa condição e o registro que se faz da viagem, para Sérgio Danese, é revelador do caráter mais protocolar e de relações públicas que cercou o programa, ao contrário da viagem inaugural de Campos Sales (Danese, 1999, p. 250-260).

Em contraponto a este pensamento está o fato de Epiácio ter apresentado seu programa de governo logo após a aclamação oficial que aconteceu em 25 de fevereiro de 1919, no palácio do Senado, no comunicado por telegrama, no mesmo dia em que aceita a indicação. Seu programa de governo consistia no discurso proferido por ocasião da candidatura de Rodrigues Alves, em 23 de outubro de 1917, conforme explicado anteriormente, onde teve a oportunidade de expor os problemas que a seu ver se impunham ao governo brasileiro, e as medidas que poderiam solucioná-los, já que para ele a situação não havia mudado. Trata, também, de questões econômicas e das oportunidades e benefícios que a guerra traria para o país, que devia aproveitá-las.

Segundo Epiácio:

“A guerra [...] tem tido, todavia, uma influência benéfica em certos aspectos da nossa vida econômica. O espírito de iniciativa vai-se apurando em variadas atividades; novas indústrias têm aparecido; a produção desenvolve-se e aumenta de valor. Cumpre, porém, não esquecer que a alteração das condições econômicas do mundo após a guerra, virá modificar

as nossas vantagens atuais de fornecedores, não só de gêneros alimentícios, mas até de matérias-primas”

“O que está se desenhando para depois da guerra é um conjunto de combinações e de medidas a respeito do comércio internacional, de sorte que é a defesa dos nossos produtos, a colaboração do Brasil nessas remodelações da política econômica que temos desde já de preparar a mais tarde obter, de acordo com nossos amigos e aliados”<sup>65</sup>.

Desta forma, a aceitação dos convites da Bélgica, Itália, Inglaterra, França, Portugal, Estados Unidos e Canadá, bem como a recusa dos convites feitos pelos suíços, espanhóis, holandeses, cubanos, peruanos e chilenos, revestem-se de significados que vão além da tomada de posição em relação aos países sul-americanos, conforme entendimento de Eugênio Garcia (2006, p. 83), e da percepção de Sérgio Danese (1999, p. 260) de que as viagens foram protocolares e de relações públicas.

Na realidade, mais do que uma tomada de posição por parte do Brasil ou gestos protocolares e de relações públicas, as viagens realizadas por Epiácio foram escolhidas conforme as oportunidades e motivos particulares, e de acordo com o seu projeto de governo, pois Epiácio, como tomador de decisão, as via, não só como chance de aumentar o prestígio internacional do país, mas também como possibilidade de estreitamento das relações econômicas ou estratégicas entre o Brasil e os países visitados.

## **5.1 - As viagens do Presidente eleito na Europa**

A França, onde já estava, serviu de base para as viagens internacionais de Epiácio Pessoa na Europa. Segundo Eugênio Vargas Garcia, a política externa do governo do presidente eleito começou lá, quando Epiácio, à margem da Conferência da Paz, manteve contatos frequentes com altas autoridades do governo francês (Garcia, 2006, p. 79). De Paris, Epiácio iniciou seu périplo pelos países europeus, primeiramente pela Bélgica, retornando àquela cidade, de onde partiu para a Itália. Novamente voltou à França, de onde partiu definitivamente em direção à Inglaterra. Por último foi à Portugal, país onde encerrou as viagens ao velho mundo. De Lisboa, Epiácio partiu à América com destino aos Estados Unidos e ao Canadá, antes de voltar ao Rio de Janeiro, não sem antes passar pela Paraíba, seu estado de origem.

---

<sup>65</sup> Discurso à Rodrigues Alves, in: Gabaglia, 1951, p. 243-244.

### 5.1.1 - Bélgica

O primeiro país a ser visitado pelo presidente eleito foi a Bélgica. A informação do convite belga está no telegrama MRE nº 67 de 25 de abril de 1919, no qual informa que visitaria o país assim que os trabalhos da conferência permitissem. Depois de deixar Paris em 07 de maio, Epitácio e sua comitiva são recebidos pelo Rei Alberto I e Rainha Elisabeth da Bélgica na estação de Bruxelas. Após as apresentações de praxe e passagem em revista das tropas na estação, seguem de carro, onde são saudados pelo povo. Durante sua estada, que foi até o dia 11 daquele mês, Epitácio visita, na companhia do Rei e de seu Ministro de Negócios Econômicos, os centros usineiros da capital e seus arredores, entrando em contato com os industriais belgas. Na ocasião, dá entrevista à imprensa frisando a possibilidade de um novo surto de intercâmbio comercial entre o Brasil e a Bélgica, pelo estabelecimento de linhas de navegação, que iriam substituir o comércio existente, antes do conflito, entre o Brasil e a Alemanha (Gabaglia, 1951, p. 297) e trata ainda sobre a impressão que tinha sobre o povo belga, um povo trabalhador, com cultura elevada e ciência e indústria admiráveis (Pessoa, 1961, p. 87).

Ao “*XX<sup>e</sup> Siècle*”<sup>66</sup>, de Bruxelas em 11 de maio, Epitácio disse:

*"Nous avons à Hambourg un grand débouché por les produits du Brésil. Mais comme, aujourd'hui, nous ne pouvons plus conserver nos relations avec le port, c'est peut-être l'occasion de détourner ce courant commercial vers Anvers, que nous considérons comme un grand port de distribution pour l'Europe et ou nous pourrions placer nos produits. Nous pourrions établir ainsi des relations directs entre les deux pays pour leur plus grand profit mutuel, sans devoir recourir a des intermediaires."*<sup>67</sup>

Ao “*L'Étoile Belge*”<sup>68</sup>, no mesmo dia, Epitácio afirma:

*"Le Brésil, pour aider la Belgique dans la grande tâche qui ui est devolue par les événements, mettra à sa disposition toutes ses ressources financières et industrielles. Je suis convaincu que la Belgique, que a de grands intérêts au Brésil, appréciera notre attitude à son égard et deux*

<sup>66</sup> Pessoa, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 84-86

<sup>67</sup> "Tivemos uma grande saída de produtos do Brasil por Hamburgo. Mas hoje já não podemos manter nossas relações com aquele porto, o que pode ser uma oportunidade para desviar o fluxo do comércio para Antuérpia, que vemos como um importante porto de distribuição pela Europa e onde podemos colocar nossos produtos. Nós poderíamos, assim, estabelecer relações diretas entre os dois países para um maior benefício mútuo, sem ter que depender de intermediários". (tradução própria)

<sup>68</sup> Pessoa, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 87-89

*nations, qui ont tant d'affinités et de multiples intérêts communs, se rapprocheront davantage et s'uniront plus étroitement.*"<sup>69</sup>

As ligações entre o Brasil e a Bélgica foram descritas por Epitácio em discurso proferido no dia 08 de maio, em um banquete realizado no Palácio Real de Bruxelas, quando disse que as instituições liberais da Bélgica inspiravam a administração pública brasileira, que inclusive copiava a legislação belga por entendê-la como “expressão da mais adiantada cultura jurídica”. Teceu ainda elogios à indústria daquele país bem como aos empréstimos de capital, que colaboraram para a atividade brasileira, criando, desta forma “a mais estreita solidariedade de interesses materiais, a mais perfeita identificação moral”, ressaltando ainda que o Brasil foi a única nação neutra que protestou contra a invasão alemã, em que pese a ligação econômica com os alemães, e prestou solidariedade.

Interessante observar que neste discurso, Epitácio fez questão de ressaltar a cultura jurídica daquele país, e fez o mesmo no discurso<sup>70</sup> ao Burgomestre de Leuven, quando disse:

*"Ce sera une des plus grandes préoccupations de mon gouvernement le rapprochement plus intime des relations internationales de tout ordre - d'amitié, aussi bien qu'économiques, financières, artistiques et littéraires."*<sup>71</sup>

Segundo Chris Coppens, era fato que havia uma propaganda ocidental, desde a guerra, contra a vida intelectual tradicional alemã que despontara anos antes na Europa<sup>72</sup>, chegando ao extremo do termo *Kultur* (cultura, civilização) vir a ser desprezado pela propaganda aliada. O ícone desta capitalização antigermânica foi o incêndio provocado pelos alemães, quando ocuparam a Bélgica, que destruiu todo o acervo da livraria existente na Universidade de Leuven, que parecia justificar uma diferenciação entre a cultura da Europa ocidental e a *kultur* alemã naquele momento,

---

<sup>69</sup> "O Brasil, para ajudar na grande tarefa que lhe são conferidas pelos acontecimentos, irá disponibilizar todos os seus recursos financeiros e industriais para ajudar a Bélgica. Estou convencido de que a Bélgica, que tem grande interesse no Brasil, irá apreciar a nossa atitude e as duas nações, que têm muitas semelhanças e muitos interesses em comum se unem movidos cada vez mais perto." (tradução própria)

<sup>70</sup> Pessoa, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 89-90

<sup>71</sup> "Será uma das maiores preocupações do meu Governo as mais íntimas relações internacionais de qualquer espécie - de amizade, bem como econômica, financeira, artística e literária" (tradução nossa).

<sup>72</sup> Para Coppens (2005, p. 173), esta diferenciação cultural dicotômica poderia se justificar como uma vingança da elite da Europa Ocidental sobre a maneira autoconfiante e arrogante com que os intelectuais alemães tinham-se colocado no cenário cultural europeu durante a Belle Époque.

quando se afirmava que ela havia destruído os tesouros de Leuven. Posteriormente à saída dos alemães em 1918, nas ruínas da universidade foi colocada a inscrição *ICI FINITI LA CVLTVRE ALLEMANDE*, sob as quais ilustres visitantes de sua Biblioteca passaram piamente, segundo Chris Coppens, entre eles estava Epiácio Pessoa, em maio de 1919, posteriormente seguido por Woodrow Wilson em junho de 1919 e do Príncipe Hirohito em 1921 (Coppens, 2005, p. 173).

Perguntado pelo periódico “*L’Étoile Belge*”<sup>73</sup> sobre o que havia visitado no seu retorno à Bélgica, Epiácio diz:

*“[...] et aujourd’hui... je reviens des Louvain. aujourd’hui, quelle douloureuse impression de destruction et de ruine j’emporte. Ce que j’ai vu dans le pays de Liège est inoubliable. L’horrible vision.”*<sup>74</sup>

Ao deixar Bruxelas de volta a Paris no dia 11 de maio, Epiácio levou a “quase promessa” de uma visita dos Reis Belgas ao Brasil, que viria concretizar-se em 1920, naquela que se tornaria a primeira vez que o país receberia a “visita de uma testa coroadada” ou de qualquer outro chefe de estado europeu (Gabaglia, 1951, p. 385). Por sua vez, os laços econômicos se fortaleceram já naquele ano, conforme se observa na notícia veiculada no *New York Times*, em 28 de dezembro de 1919. A publicação afirma que naquele mesmo ano uma associação foi formada em Bruxelas para a venda de produtos belgas no Brasil e para estimular os investimentos no país.

À medida que estreitava os laços de amizade com aquele país, Epiácio consolidava os padrões da política externa da jovem República, que à época tinha apenas trinta anos. Na sua conduta pessoal enquanto chefe da Delegação Brasileira à Conferência da Paz, quando inclusive ajudou na redação final do Pacto, percebia-se a habilidade com que relacionava, nas situações que envolviam as questões brasileiras, aqueles padrões pacifista, jurídicista e realista pragmático, consolidados por Rio Branco e tratados no terceiro capítulo, item 3.2, ou seja, naquele sincretismo de condutas na busca por um objetivo nacional sem desconsiderar as teorias sobre guerra e paz, que resultou em uma conduta característica da política externa brasileira, e que já foi convenionado como “realismo jurídico-pacifista pragmático”. Acrescia-se, agora,

<sup>73</sup> Pessoa, Epiácio: *Diplomacia e Direito Internacional*, obras completas, vol. XIV, p. 87.

<sup>74</sup> “E agora... volto à Louvain. Hoje, a impressão mais dolorosa de destruição e ruína eu carrego. O que eu vi no país de Liege é inesquecível. Visão horrível.” (tradução própria)

passados apenas oito anos dos esforços pan-americanos para codificação do Direito Público Internacional, do qual também fizera parte, a manutenção do prestígio internacional adquirido após a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, e conseqüentemente na Conferência da Paz, maximizando os benefícios econômicos, estratégicos e culturais para o Brasil, conciliando as condições de diplomata e presidente eleito.

Nos sete dias que passou em Paris, antes de ir à Itália, Epitácio despachou ao Ministério das Relações Exteriores quase diariamente, tratando dos temas da Conferência e da finalização e assinatura do tratado de paz. No telegrama nº 79<sup>75</sup>, de 12 de maio, recusa os convites dos governos do Chile e do Peru, devido à urgência da chegada ao Brasil, já que o regresso pelos Estados Unidos duraria pelo menos quarenta dias, além de afirmar que se os convites daqueles países fossem aceitos, inevitavelmente seria convidado por Argentina e Uruguai. No telegrama nº 80<sup>76</sup>, do dia 13 de maio comunica que o Brasil tem direito a um representante na Comissão Internacional de Navegação Aérea (que seria ratificada dentro de um ano), e ainda, que fora reconhecida a soberania completa exclusiva do espaço atmosférico acima do território e das águas territoriais, com algumas exceções. Neste mesmo dia é homenageado pela colônia brasileira em Paris, e faz um discurso à primeira plateia brasileira depois de eleito, exaltando o Brasil e o que representava o dia treze de maio para a história política do país, através do ato da Princesa Isabel. Ainda recebeu homenagens da Sorbonne, dos Bancos de Paris e do *Comité France-Brésil* (Gabaglia, 1951, p. 299-300; Pessoa, 1961, p. 90-92).

Aos bancos franceses discursa apresentando as possibilidades econômicas do jovem país, rico e trabalhador para o capital francês. Afirma que nossa agricultura se transforma, que as indústrias se multiplicam, que o comércio se desenvolve, e que em um país tão vasto e favorecido como o Brasil, as possibilidades continuam infinitas através do trabalho e da prosperidade.

*"[...] et dans un pays aussi vaste et favorisé que le notre, les possibilités demeurent toujours illimitées pour la travail et la prospérité."*<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Pessoa, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 38.

<sup>76</sup> Op. Cit. P. 39

<sup>77</sup> Op. Cit. P. 109

No mesmo sentido, em discurso pronunciado no banquete no *Comité France-Brésil*<sup>78</sup>:

*"[...] Le Brésil, dis-je, se réjouira de compter sur le surplus d'activité que vous pourrez consacrer au développement de nos relations, qu'il sera heureux de voir la France occuper chez lui, dans le jeu des compétitions commerciales, cette première place qui lui revient de droit par la qualité de ses produits, l'art et la perfection qui président à leur confection et qui en font de vraies merveilles d'exécution et de bon goût, qu'il se félicitera enfin, de voir la France mettre à la contribution, pour les besoins croissants de ses industries, les nombreuses richesses de notre sol, tant agricoles et forestières que minéralogiques."*<sup>79</sup>

Na Sorbonne, Epiácio discursou glorificando a “raça latina” e reafirmou a amizade entre os dois países:

“O Brasil não podia deixar de se associar a essa manifestação, não somente pela sua filiação à grande raça [francesa], a quem o mundo deve as mais belas conquistas da civilização, mas ainda pela solidariedade nunca desmentida com a gloriosa nação, a quem esteve sempre ligado pela mais estreita afinidade de sentimentos, pela mais perfeita identificação de interesses morais da intelectualidade e de responsabilidades internacionais.”<sup>80</sup>

### 5.1.2 - Itália e Vaticano

No dia 18 de maio Epiácio deixa Paris com destino à Itália, e ao chegar, após uma viagem de 30 horas, é recebido pelo Rei Vittorio II e pela Rainha Elena ao som do hino brasileiro, sendo apresentado às altas personalidades italianas e estrangeiras. Desde a notícia da visita do presidente eleito, os jornais italianos, nos dias anteriores, publicaram notícias biográficas de Epiácio e ressaltavam os laços de afinidade que uniam os dois países. Da mesma maneira, o jornal americano *The New York Times* noticiou a recepção da Itália e do Vaticano ao Presidente brasileiro. Em nota publicada em 14 de maio de 1919, descreve a expectativa em Roma sobre a chegada do presidente eleito do Brasil, que será hóspede do Rei no Quirinal, e que também visitará o Papa Bento XV, passando primeiro pela embaixada brasileira no Vaticano. Ressalta ainda o

<sup>78</sup> Op. Cit. P. 76-77

<sup>79</sup> “[...] O Brasil, eu digo, regozija-vos para contar sobre o negócio extra que vocês podem se concentrar no desenvolvimento de nosso relacionamento, ele ficará feliz em ver a França levar para casa, no jogo das competições comerciais, o primeiro lugar de direito na qualidade de seus produtos, na arte e perfeição que regem a sua fabricação e que são verdadeiros prodígios de execução e bom gosto, ele dará boas-vindas, finalmente, ver a França usar a contribuição para as crescentes necessidades de suas indústrias, dos muitos tesouros do nosso solo, tanto agrícolas, florestais quanto minerais.” (tradução nossa)

<sup>80</sup> PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 80-81

jantar oferecido aos Cardeais e demais pessoas influentes da Igreja, em comemoração à elevação da legação brasileira à Embaixada.



**Figura 5 - Epitácio e o Rei da Itália pelas ruas de Roma. In: *New-York Tribune*, June 15, 1919, Page 4.**

A recepção oficial aconteceu no Palácio do Quirinal. Da estação ao Palácio real as pessoas aplaudiam o Brasil e seu Presidente, e naquele mesmo dia, à tarde, visita a Rainha-mãe, Margherita de Savoia. O *The New York Times*, no dia 20 de maio, assim publicou a chegada do Presidente à Itália e os compromissos de Epitácio naquele país:

*"[...] Dr. Pessoa arrived here [Rome] yesterday and was greeted at the station by King Victor Emmanuel, Queen Helena, and members of the Cabinet. The streets from the station to the Quirinal were lined with troops which rendered military honors. The houses were covered with Brazilian and Italian colors, and the crowds cheered Brazil as 'our Latin ally'." [...]*

O banquete de Estado foi realizado no Palácio do Quirinal (Gabaglia, 1951, p. 300-305), e lá Epitácio, em resposta à saudação do Rei pronuncia um discurso<sup>81</sup> em que exalta a ligação entre a Itália e o Brasil, não só através da colônia italiana em solo brasileiro, mas também nas afinidades que unem os dois povos:

*"[...] Le parole che Vostra Maestà ha indirizzato al mio paese mi riempiono d'un giusto orgoglio e rafforzano profondamente la mia gratitudine. Esse non mi hanno sorpreso. [...] noi siamo compatriotti, Sire, per le affinità morali di ogni specie, per la somma incalcolabile di interessi*

<sup>81</sup> Discurso ao Rei da Itália in: PESSOA, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, 1961, p. 92-93.

*comuni e per i legami di spirito e di cuore che uniscono i nostri due popoli. [...]”<sup>82</sup>*

O *The New York Times* do dia 20 de maio daquele ano também noticiou o jantar:

*“At a gala dinner to the Brazilian guest, the King, in offering a toast to President-elect Pessoa, recalled ‘the ties of ancient friendship, based on intellectual, commercial and racial relations between Brazil and Italy’. In answering, Dr. Pessoa said the Brazilians and Italians were compatriot because of their moral affinity and common interests.”*

No Parlamento Italiano e na presença dos Reis, discursa sobre o reconhecimento do Brasil à colaboração da Itália no desenvolvimento econômico nacional e exalta as qualidades artísticas, científicas, comerciais e políticas daquela nação:

*“Io stesso sono particolarmente commosso dei numerosi attestati di simpatia di cui il popolo italiano ha voluto darmi prova, e fra i quali nessuna più di questa manifestazione sarebbe potuto essere dolce a mio cuore. Vedendomi in questa augusta assemblea donde, tante volte, nei momenti più solenni della sua storia la voce della Italia si è levata patriottica e fiera, per la difesa dei più alti ideali; vedendomi nel seno stesso del Parlamento Italiano, circondato da tutto ciò che questo paese ammirabile conta d'emminente e d'insigne nella politica e nelle lettere, nelle scienze e nelle arti, nel commercio e nella industria; vedendomi nel seno stesso di questo Parlamento, che evoca alla mia mente, com la tanta emozione, il ricordo glorioso del "Senatus Romanus", culla storica del parlamentarismo, santuario di leggi che hanno governato il mondo e ispirano ancora ai nostri giorni la legislazione più avanzata delle nazione moderne.”*

Naquele dia, pela manhã, na embaixada brasileira, havia recebido a colônia brasileira, assim como autoridades civis e militares italianas, além de acadêmicos, que foram saudar o “jurisconsulto e mestre de direito internacional” (Gabaglia, 1951, p. 301-302).

No dia 21 segue para o Vaticano, onde é recebido pelo Papa Bento XV. Essa viagem é repleta de peculiaridades, haja vista ter sido a primeira vez, como afirma Gabaglia, que depois da tomada de Roma um Chefe de Estado católico, hóspede do Rei, visitava o Santo Padre, o que levou o “*Obssevatore Romano*”, órgão oficial da Santa Sé, a dar explicações. Para a autora, como as relações entre a Itália e o Vaticano estavam rompidas, os brasileiros tiveram que fazer escala na embaixada junto à Santa

---

<sup>82</sup> “[...] As palavras de Sua Majestade, dirigidas ao meu país, me enchem de um orgulho justo, e reforçam profundamente a minha gratidão. Estas não me surpreenderam. [...] nós somos compatriotas, Majestade, pelas afinidades morais de cada espécie, pela soma incalculável de interesses comuns e pela relação de espírito e coração que unem nossos dois povos. [...]” (tradução própria)

Sé para depois seguir para o Palácio pontifício. Na visita ao Vaticano Epiácio foi recebido por toda a corte pontifícia ao som do Hino Nacional Brasileiro, ficando a sós com o Papa Bento XV (Gabaglia, 1951, p. 304). Todavia, segundo o *New York Times*<sup>83</sup>, o evento era importante por não ter precedentes nas relações exteriores do Vaticano, desde o seu declínio de poder. Até aquele momento, todos os Papas haviam se recusado a receber este tipo de visitante. Por este motivo o Imperador da Áustria, Francis Joseph, nunca pode devolver a visita do Rei Humberto da Itália, em 1880, e da mesma maneira os reis de Portugal e Espanha. Mas foi a visita que Loubet, Presidente Francês em 1904, fez ao Rei Vitório, no antigo Palácio do Quirinal, sem visitar o Pontífice, que marcou definitivamente o rompimento entre a Santa Sé e a França.

Estes compromissos não passaram despercebidos pelos Estados Unidos. No dia 22 de maio de 1919, a recepção no Vaticano e o jantar de gala do Parlamento Italiano foram noticiados da seguinte maneira o *The New York Times*:

*“POPE RECEIVES DR. PESSOA – Brazil’s President-Elect Also Honored by Italian Government.*

*ROME, May 20. – Pope Benedict today received Dr. Epiácio Pessoa, the President-elect of Brazil.*

*Before the audience with the Pope Dr. Pessoa placed a wreath on the tomb of Pope Pius X, in St. Peter’s.*

*The wife and daughter of Dr. Pessoa received gold rosaries from the Pope. Dr. Pessoa Will receive a portrait of Pope Benedict.*

*The Italian senate gave a reception yesterday in honor of Dr. Pessoa. The King entered the chamber with Mrs. Pessoa, while Queen Helena walked with Dr. Pessoa. The President of Senate thanked the King and Queen for accompanying the visitors to the chamber. [...]*”

Por parte do Brasil um almoço foi oferecido aos representantes do Vaticano na Embaixada Brasileira, onde Epiácio<sup>84</sup> falou das “excelentes relações” entre a Santa Sé e o Brasil, desde o dia em que o Brasil se constituiu como Estado soberano, e da influência social, em benefício da ordem, da concórdia, da alta cultura intelectual e civil, e de “todos os princípios elevados e salutareos, que estão reunidos sob o nome do catolicismo”, e de como estava convencido de que tudo isso continuaria no seu governo,

<sup>83</sup> Na matéria POPE TO BREAK RULE TO RECEIVE DR. PESSOA, in: *The New York Times*, published: May 20, 1919.

<sup>84</sup> Discurso aos Dignitários do Vaticano in: PESSOA, Epiácio: *Diplomacia e Direito Internacional*, obras completas, vol. XIV, p. 96-98.

e da situação privilegiada, de acordo com essas deferências, à situação que ocupa o Brasil entre os países católicos.

Epitácio em seu discurso:

*“[...]Ora l’uno e l’altro desidero qui solennemente confermare, rammentando com vero compiacimento gli ottimi rapporti esistenti tra la mi pátria e La Santa Sede, da quando ci costituimmo in Stato sovrano fino ad oggi, Ed insieme La tradizionale venerazione del nostro popolo verso l’autorità morale e religiosa del Pontefice.*

*In um regime di libertà scrupolosamente mantenuta, ed in quell’ambiente di generale simpatia che le deriva dai suoi intimi legami com la storia e com lo spirito della nostra gente, la Chiesa cattolica ha potuto svolgere tra noi la influenza sociale, a sostegno sempre dell’ordine, della concordia, dell’alta cultura intellettuale e civile, e di tutti quegli elevati e salutari príncipe che si compendiano del nome del Cristianesimo. Siamo sicuri che così sarà anche in avvenire, e che nei suoi rappresentanti il Governo della Reppublica troverà sempre dei collaboratori leali e valorosi nell’opera del progresso nazionale. E parimente confidiamo che la Santa Sede, conservandoci quella particolare benevolenza di cui abbiamo ricevuto preziose prove pur di recente, altre ce ne darà ancora in conformità della situazione che occupiamo tra i paesi cattolici”*

Tal deferência demonstra claramente que o presidente eleito reconhecia a influência da religião católica na formação nacional e que tinha a intenção de manter as ligações com o Vaticano. Para Marcos Gonçalves (2009, p. 168-169), essas relações, segundo o texto “A Questão Social”, do jornalista católico José Thomaz de Mendonça, publicado na “Revista Ave Maria”, entre 1918 e 1919, tinham um significado especial e representavam uma tese de reconciliação entre Igreja e Estado, apontando para uma estratégia de aproveitamento futuro das concepções de pátria, nação e catolicismo como termos indissolúveis, onde os mais elevados representantes da Nação brasileira reconheciam a eficaz e poderosa influência da Igreja e apelavam para o concurso eficaz do catolicismo, louvando sua ação benéfica. Desta forma, o governo do Brasil, apesar de separado da Igreja, não a desconhecia, mas sim a favorecia na sua missão e desenvolvimento. Para o autor, nas relações de cúpula são bastante recorrentes as citações que se referem a momentos específicos que delimitam a aliança, o aumento no grau de afagos entre o catolicismo e a política. Um dos momentos de significativo impacto simbólico para o autor foi a condecoração de Epitácio Pessoa pelo papa Pio XI com *La Croce dell’Ordine Supremo del Cristo* em 1 de agosto de 1922.

Concedida no contexto de centenário da independência do Brasil, a condecoração para o Presidente Pessoa aconteceu já durante o mandato presidencial de

Epitácio, tendo sido anunciada pela Revista Ave Maria<sup>85</sup>, que, recuperando notícia do jornal católico parisiense *La Croix*, escreveu:

La Croix, importante diário católico de Paris, escrevendo sobre a distinção que o S. Padre Pio XI conferiu ao Exmo. Sr. Dr. Epitácio Pessoa, dd. Presidente da República, assim se expressa: “O ato pelo qual o Soberano Pontífice confere ao Chefe do Estado do Brasil esta alta distinção do cordão da Ordem Suprema de Cristo tem uma significação extraordinária, pois constitui um testemunho de profunda estima não só para com a jovem nação que celebra o primeiro centenário da sua soberania, mas para com o eminente homem de Estado, que a tem governado com tanta firmeza e sabedoria durante esses quatro anos cheios de dificuldades para todos os povos do mundo. O grande Cordão da Ordem suprema de Cristo, que não admite outros graus, é a mais alta condecoração que pode ser conferida pela S. Sé. De 1877 até então, quase meio século, só quatorze pessoas foram honradas com ela. A situação internacional da jovem República, suas relações cordiais, nunca interrompidas com a S. Sé, o respeito, a liberdade e a prosperidade de que no Brasil goza a religião católica professada pela quase totalidade dos brasileiros, a devoção viva e constante do povo para com os Papas e o Papado justificam altamente esta nova demonstração benevolente do S. Padre, associando-se, com brilho excepcional, por meio de sua embaixada, às festas solenes do centenário da Independência brasileira”.

A partida de Roma<sup>86</sup> aconteceu no dia 22 de maio, e para Epitácio, a recepção, tanto a oficial quanto a popular na Itália, foi “cordialíssima”, conforme telegrama MRE nº 84, de 23 de maio de 1919 (Pessoa, 1961, p. 40-41). No mesmo sentido foi a impressão de Luis de Souza Dantas, embaixador brasileiro em Roma, em carta a

---

<sup>85</sup> Condecoração Pontifícia concedida ao Presidente do Brasil. In: AM n. 1 de 6/1/1923, p. 11 (*apud* Gonçalves, 2009, p. 169).

<sup>86</sup> Interessante observar a sinopse do filme<sup>86</sup> produzido durante a viagem de Epitácio à Itália e ao Vaticano, que destaca a imponência da viagem do presidente eleito: "O filme organizado pelo nosso patrício reproduz detalhadamente a visita do atual presidente da República à Cidade Eterna, onde, como é sabido, lhe foram feitas manifestações como poucos soberanos e chefes de Estado têm recebido. Nos primeiros quadros vê-se o povo de Roma à espera do comboio presidencial, apinhado nas ruas. Desde a chegada do dr. Epitácio, na estação das Termas, onde foi recebido pelos soberanos e príncipes reais, ministros de Estado, representantes do Parlamento e da Comuna, em características berlinesas medievais, até a delirante manifestação popular, todas as cenas são nitidamente reproduzidas. Durante o percurso da comitiva na 'Via Nazionale' vinte e cinco mil homens de infantaria e cavalaria prestaram as honras militares ao representante do Brasil o qual, bem como sua família foi alvo de uma entusiástica manifestação de apreço por parte do povo italiano. É o seguinte o sumário do interessante filme " o dr. Epitácio Pessoa, sua Exma. Família e séquito em Roma - O cortejo real - As aclamações do povo de Roma - No Quirinal - Banquete na Embaixada brasileira - Entrada do dr. Epitácio Pessoa, exma. senhora e senhorita Pessoa, duque de Gênova, dignatários da Corte, rei Victor Manuel III e rainha Helena, ministros de Estado e altas autoridades, mundo diplomático, comandante Burlamaqui e exma. senhora, dr. Pessoa de Queiroz, secretário do dr. Epitácio Pessoa, dr. Oscar de Carvalho Azevedo, diretor da Agência Americana e outros membros da comitiva do representante do Brasil - o dr. Souza Dantas, novo ministro junto ao Quirinal - Recepção da [?] brasileira e dos residentes italianos no Brasil - O dr. Magalhães de Azevedo e Lengruher Knopf na embaixada - Visita do poeta soldado Gabriel d'Annunzio - Grande manifestação ao Brasil - O pavilhão nacional aclamado - Visita ao papa Benedito XV - Aspectos da Basílica de S. Pedro - A 'Guarda Suíça' do Vaticano - A partida do dr. Epitácio Pessoa para Paris, imponente comitiva real - O pavilhão nacional desfraldado na monumental praça da Esedra. Completam esse filme os aspectos da visita da missão brasileira de aeronáutica à Escola de Aviação de Orbetello".

Hermes da Fonseca, em 03 de junho de 1919, quando deixava aquela embaixada para assumir a legação brasileira em Bruxelas:

“[...] Estou certo de que o Epiácio será um grande presidente. Foi triunfal a passagem dele por aqui; com ela [...] ganhou o nosso Brasil que adquiriu honras e grandes simpatias nesta terra.”<sup>87</sup>

### 5.1.3 - França

De volta a Paris, Epiácio passou os últimos dias na resolução das questões brasileiras na Conferência da Paz, pois deixaria a França antes de seu término. Também recebeu as honras oficiais do Governo Francês, que lhe conferiu a Grã-Cruz da Legião de Honra, e foi recebido por Poincaré, o Presidente da França, no Palácio dos Campos Elíseos em um banquete de gala (Gabaglia, 1951, p. 305-306). Nesta última passagem pela França, discursou em resposta à saudação que lhe havia feito o Presidente francês, onde, novamente, destacou a amizade e as relações econômicas entre os dois países, e ofereceu à França “além da amizade que sempre lhe dedicou e jamais desmentiu vasto campo para os seus capitais, escoadouro sempre aberto aos produtos de sua indústria, fonte inesgotável de matérias-primas bastantes para satisfazer todas as suas necessidades”<sup>88</sup>.

*“[...] Le Brésil offre à la France, outre une amitié toujours dévouée et jamais démentie, un vast champ pour ses capitaux, un débouché toujours ouvert aux produits de son industrie, une source inépuisable de matière premières et de tout ce qui peut suffire à ses besoins. Le Brésil espere de la France la reciprocité dès mêmes sentiments, un appui loyal et constant pour ses legitimes ambitions de nation productrice, à qui sont nécessaires la confiance, les capitaux et surtout, les moyens de transport, pour se développer, prospérer et être utiles à ceux-là mêmes qui, dans l’émubérance de son sol, et la variété infinie de ses produits, trouvent abondamment tout ce qui leur fait défaut. Les missions militaires, lá création de lycées, le developpement de nos relations intelectuelles à tous les points de vue, resserront encore davantage lés liens qui nous unissent. [...]”<sup>89</sup>*

Também participou de um jantar<sup>90</sup>, no dia 26 de maio, oferecido pela “*Pan American peace delegation*”, em sua honra. Neste banquete Woodrow Wilson discursou

<sup>87</sup> IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, in Arquivo Hermes da Fonseca: Carta informando que vai para Bruxelas e comentando sobre Rui Barbosa e a passagem de Epiácio Pessoa por Roma, Notação final: DL1465.017.

<sup>88</sup> Discurso à Poincaré, Presidente da França in: PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 106-108.

<sup>89</sup> Op. Cit. P. 105

<sup>90</sup> Noticiado pelo *The New York Times*, no dia 27 de maio de 1919.

sobre a Liga das Nações e a Doutrina Monroe, e sobre o fato de perceber, enquanto trabalhava na Comissão da Liga das Nações, a simpatia de Epitácio pelo tema. Em resposta, Epitácio disse que foram os mesmos ideais que os aproximaram: a solidariedade americana para a paz, direito, justiça, trabalho, ordem e harmonia, que são a fundação sobre a qual descansa a estabilidade do mundo. Ressalta ainda que uma de suas mais profundas alegrias foi o fato de que, tendo sido escolhido pelos brasileiros para governar, poderia dar continuidade ao trabalho pela harmonia americana, sobre quem recairá o futuro da humanidade.

Neste período, antes de viajar para a Inglaterra, periódicos franceses publicaram diversas entrevistas com o presidente eleito. Em declaração ao *“Le Brésil”*<sup>91</sup>, de Paris, em 02 de junho de 1919, Epitácio explicou que questões brasileiras na Conferência da Paz envolviam interesses particulares e interesses gerais. Nestes, o Brasil se colocava ao lado das grandes potências na questão da arbitragem, fazendo uma ressalva para o fato de que a nossa constituição já tratava do assunto, obrigando a arbitragem e proibindo a guerra, exceto em caso de agressão. Sobre os interesses gerais, discorre sobre as questões do café e dos navios ex-alemães.

Ao *“Le Temps”*, na edição do mesmo dia 02 de junho, Epitácio declara que tem a consciência de que a delegação dada pelo Brasil, que o colocou à frente da mais alta magistratura do seu país, foi uma escolha do povo brasileiro em atenção à honrosa cooperação na busca da paz duradoura, perseguida pela Conferência da Paz, cuja ação se prolongaria na Sociedade das Nações. Segundo Epitácio, o lugar dado ao Brasil na Conferência da Paz e no Conselho da Liga das Nações criou responsabilidades e obrigações na política internacional, à altura das tradições de seu passado, e das quais seu governo seria garantidor.

Afirma ainda que, através de seu presidente eleito, o Brasil entrou em contato mais íntimo com a Bélgica e seu rei, com a Itália e seu soberano, com a França e seus governantes, e assim será com a Inglaterra e seu monarca, com Portugal, sua ex-metrópole, com os Estados Unidos, a grande República com quem o Brasil proclamou a solidariedade continental. Para Epitácio, as relações do país com as nações aliadas, com as quais os laços foram fortalecidos devido à guerra, receberiam brevemente, sob o império da paz e em todos seus domínios, um impulso desenvolvimentista, e que era um

---

<sup>91</sup> PESSOA, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 112

desejo do Brasil uma reaproximação com todos, tendo como demanda a colaboração ao progresso moral e material do país, à cooperação na exploração dos recursos naturais, em troca de apoio e capital, principalmente da França” (Pessoa, 1961, p. 117).

Para demonstrar como repercutiu a passagem de Epitácio Pessoa na França, é importante observar o interesse dos franceses pela figura do presidente eleito e os traços destacados de sua personalidade. Também deve ser observada sua atuação, através dos discursos e entrevistas, que possuem sempre uma palavra cordial para a nação amiga e aliada, no meio de simbolismos históricos alusivos ao pré-guerra. A diplomacia econômica praticada por Epitácio buscava agarrar a oportunidade econômica atrelada à reaproximação e ao estreitamento das relações do Brasil com a Europa vitoriosa. Isto fica claro ao ler a matéria publicada após a partida de Epitácio Pessoa para a Inglaterra, na revista *L'Illustration*, que na edição número 3979, ano 77, de 7 de junho de 1919, publicou um perfil do presidente eleito do Brasil.

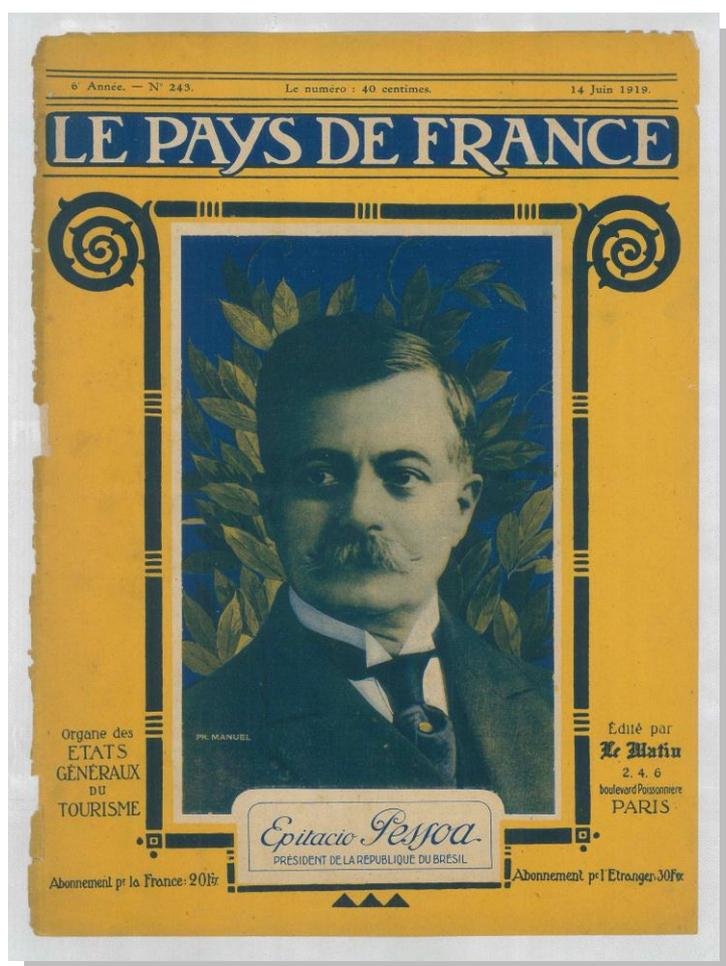
Segundo a publicação, a delegação brasileira teve, dentro das negociações que precederam o estabelecimento das condições de paz, uma influência particular, justificada pela alta personalidade de seus membros e pelos interesses econômicos consideráveis que o Brasil representava naquela época. Afirma ainda que Epitácio não deixaria o país sem levar consigo a saudade daqueles que puderam ver na prática sua cortesia e sua ligação com a França. Informa que o governo francês quis que um navio nacional o ajudasse na volta ao Brasil, e, por este propósito, o Cruzador *Jeanne d'Arc*, esperaria pelo presidente em Lisboa onde o levaria, com sua família e sua comitiva, aos Estados Unidos. Para o periódico, a despedida da França foi a mesma de um amigo que voltará, e de quem as simpatias à França, no exercício de suas altas



**Figura 6 – Perfil de Epitácio Pessoa, publicado à época de sua partida da Europa. In: *L'Ilustration*, edição nº 3979, de 1919.**

funções, permanecerão, como Epitácio prometera em uma entrevista à imprensa, na véspera de sua partida:

“Se meu país deseja uma reaproximação cada vez mais estreita com todas as nações amigas e aliadas, não existe uma nação com a qual o Brasil deseja mais arduamente essa comunidade de interesses, essa reciprocidade de serviços como com a França.”<sup>92</sup>



**Figura 7 – Capa da revista publicada em 14 de junho de 1919, após a partida de Epitácio da França.**

A revista francesa “*Le Pays de France*” dá um destaque ainda maior a Epitácio Pessoa ao estampá-lo na capa da edição nº 243, ano 6, de 14 de junho de 1919. Conforme pode ser observado na figura 5, esta publicação é editada por “*Le Matin*”, fato que induziu, inicialmente, a achar que, pelo fato do exemplar pesquisado não possuir todas as páginas, ser esta a capa da revista que publicou a entrevista de Epitácio Pessoa, publicada sem data no livro “*Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional*”<sup>93</sup>, Obras

Completas, Volume XIV. Todavia, ao pesquisar em outro exemplar da mesma revista, foi verificado que os exemplares possuem a mesma quantidade de páginas, não sendo possível afirmar a hipótese inicialmente levantada.

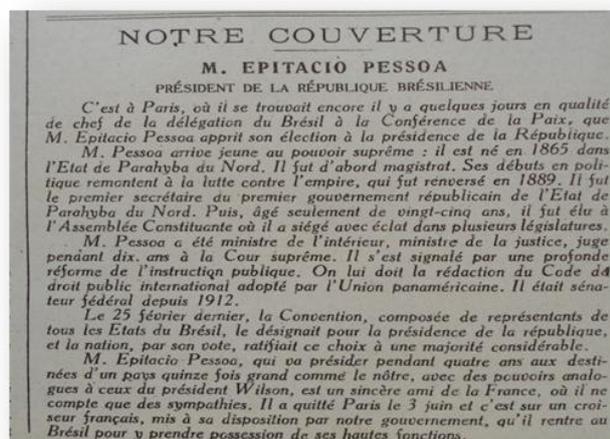
A página 03 desta edição traz a informação sobre a cobertura da capa e publica um perfil do presidente brasileiro, com destaque para o fato de ele ser oriundo da

<sup>92</sup> L’Illustration, edição nº 3979 de 07 de junho de 1919, p. 580.

<sup>93</sup> Declarações ao “*Le Matin*” in: PESSOA, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 114-116.

Paraíba, e que o seu *debut* na política remonta à luta contra o Império, tendo se tornado primeiro secretário do primeiro governo republicano de seu estado e o fato de ter sido eleito para a Assembleia Constituinte. Também são enfatizados os cargos assumidos por Epitácio na sua carreira: Ministro do Interior, Ministro da Justiça, Ministro da Corte Suprema e Senador da República; a reforma educacional e a redação do Código de Direito Público Internacional, adotado pela União Pan-americana. Sobre a eleição, corroborando a tese do diplomata-presidente, assim foi publicado:

“Em 25 de fevereiro passado, a Convenção, composta por representantes de todos os Estados do Brasil, o designou para a presidência da República e a Nação, pelo voto, ratificou a escolha com uma maioria considerável”<sup>94</sup>



**Figura 8 – Perfil do Presidente eleito, publicado na revista *Le Pays de France*, nº 243, em 14 de junho de 1919.**

No último parágrafo do texto a revista diz que Epitácio Pessoa vai comandar um país 15 vezes maior do que o deles, e que Epitácio, “um sincero amigo da França”, vai deixar o país no dia 03 de junho a bordo de um cruzador francês cedido pelo governo, para assumir suas altas funções.

Na entrevista ao “*Le Matin*” Epitácio afirma, dentre outras coisas, que a reaproximação entre o Brasil e a França, causada pela guerra, continua e se torna cada vez mais íntima, e que em nenhum outro lugar, senão no Brasil, a civilização e cultura francesas são mais admiradas. Para ele, a reaproximação podia ser benéfica para o capital francês, e consequentemente para o Brasil, cuja riqueza era imensa e ainda não havia sido totalmente explorada, o que poderia trazer, para os homens de iniciativa, boa remuneração por seu trabalho e cooperação financeira.

“[...] Je souhaite, nous dit M. Epitácio, que le rapprochement créé par la guerre entre la France et le Brésil persiste et devienne toujours plus intime. Un de vos hommes d'Etat a appelé le Brésil un prolongement de la France. Nulle part votre civilisation et votre culture ne brillent d'un plus vif

<sup>94</sup> Interessante observar que para a revista francesa a indicação de Epitácio para a presidência, na Convenção de fevereiro de 1919, significava que o Brasil já tinha um novo presidente.

*éclat et ne sont entourées d'une admiration plus sincère. Vouz pouvez nous ouvrir vos écoles, notre jeunesse y viendra volontiers. Vouz pouvez nous aider de vos capitaux, et de son côté notre pays, dont les richesses sont immenses et encore imparfaitement exploitées, peut offrir à vos hommes d'initiative une riche rémunération de leur travail et de leur collaboration financière.*"<sup>95</sup>

Esta análise da percepção francesa sobre o Brasil e seu presidente eleito mostra que havia um reconhecimento da capacidade individual do Presidente eleito, um homem que se apresentava com discursos eloquentes, sempre enaltecendo a cultura dos países visitados e abrindo seu país para um intercâmbio comercial. Esta prática, por sua vez, é utilizada de maneira continuada na conduta de Epiácio Pessoa. Este fato, ao juntar-se aos outros já apresentados, auxilia na compreensão do mosaico histórico que vem sendo construído ao longo dessa pesquisa.

#### **5.1.4 - Inglaterra**

A viagem à Inglaterra, segundo Laurita Gabaglia, começou na manhã do dia 3 de junho de 1919, pois o Rei George havia pedido que Epiácio estivesse naquele país em seu aniversário. Este fato merece atenção especial porque o pedido do Rei George causou um embaraço diplomático para Epiácio Pessoa, de acordo com a correspondência trocada com o Ministério das Relações Exteriores entre os dias 16 e 25 de maio de 1919<sup>96</sup>.

Conforme se observa no telegrama ao MRE nº 83, de 16 de maio de 1919, mesmo já tendo recebido o convite oficial da Inglaterra para o final de maio, o Presidente só pensava em chegar naquele país em 04 de julho, a fim de conseguir tomar o vapor no dia sete e não ter mais de retornar à França e também porque Stabler, que iria ciceroneá-lo, em nome do Governo Americano, na viagem aos Estados Unidos desejava viajar naquela data. O convite de Portugal também foi comunicado neste telegrama, mas a visita estava suspensa porque nenhum navio americano fazia linha com Lisboa. Em telegrama<sup>97</sup> ao Presidente de Portugal, Epiácio já havia comunicado que seria um orgulho manifestar em visita pessoal “toda simpatia e apreço me merecem nobre povo português”, mas que não havia, infelizmente, nenhum navio de carreira que

<sup>95</sup> PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 114.

<sup>96</sup> PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 40-41.

<sup>97</sup> Telegrama nº 28, de 17 de maio de 1919, ao Presidente de Portugal in: Op. Cit. P. 60.

fizesse a linha entre os Estados Unidos e Portugal, mas que o governo francês iria se empenhar em conseguir um navio que fizesse a escala.

No telegrama de nº 84, de 23 de maio daquele ano, Epitácio avisa que a viagem para Lisboa seria possível porque o Governo Francês, sabendo do seu desejo de visitar Portugal, pôs à sua disposição um cruzador couraçado que o conduziria aos Estados Unidos, e que esperava partir de Brest no dia seis. O problema é que o convite real para que Epitácio estivesse na Inglaterra no dia 03 de junho, data do aniversário do Rei George, poderia fazê-lo descumprir a promessa feita ao Governo Português de visitar Portugal no dia oito de junho. No dia 25 de maio de 1919, no telegrama ao MRE nº 86, Epitácio avisou do convite real, e da resolução do incidente da seguinte maneira:

“Nº 86 – 25/5/1919 – MINISTÉRIO EXTERIOR – Rio de Janeiro – 86 Domingo - Rei Inglaterra, declarando desejar dar-me prova especial apreço, pede visitá-lo três junho, dia seu aniversário. Para evitar eu falte promessa Governo Português visita oito junho, mandará levar-me bordo couraçado inglês até Lisboa, onde passarei cruzador francês JEANNE D'ARC, que me transportará Estados Unidos. Neste sentido obtive acordo Governo Francês. Saudações Cordiais. *Epitácio Pessoa.*”<sup>98</sup>

Segundo Laurita Gabaglia, a comitiva brasileira foi recebida no dia 03 de junho, ainda na estação, pelo Príncipe de Gales, e naquela mesma noite Epitácio foi homenageado em Lancaster House pelo Ministro das Relações das Relações Exteriores. A comitiva brasileira não ficou hospedada, como havia sido na Bélgica e na Itália, em residências reais, mas sim no Hotel Carlton, onde na manhã seguinte o Rei George foi visitar o Presidente do Brasil, gentileza que foi devolvida na visita que fez ao Palácio de Buckingham.



**Figura 9 - Epitácio a caminho da Mansion House (Streeter, 2010, p. 74).**

<sup>98</sup> PESSOA, Epitácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 41.

No dia 4 de junho foi assistir às corridas do Derby, que já conhecia da visita que havia feito como turista em 1897, mas agora como hóspede oficial da Inglaterra. No dia seguinte foi ao almoço oferecido pelo Prefeito de Londres em Mansion House, e no trajeto teve contato com a população londrina, que lhe rendeu homenagens. Segundo Gabaglia, “em todo o percurso, as ruas e sacadas completamente cheias de povo que olhava e aplaudia vibrante de cordialidade” (Gabaglia, 1951, p. 306-308).

A impressão londrina sobre o Brasil e seu Presidente pode ser verificada no livro “Peace Year in the City – 1918-1919”, originalmente publicado em 1920, onde E. C. Bentley descreve alguns eventos memoráveis ocorridos em Londres, nos doze meses seguintes ao armistício. Um desses eventos é o almoço oferecido pelo prefeito de Londres ao presidente eleito do Brasil. Bentley afirma que Epiácio Pessoa era hóspede do Rei e famoso em Londres por ser reconhecidamente um dos líderes da “civilização Latino Americana”. Segundo o autor, o almoço do dia 5 de junho teve a presença de diversos convidados, alguns deles com interesses nos assuntos sul-americanos: Sir Auckland Geddes, Presidente da Junta Comercial, Major-General the Earl of Dundonald, Viscount Bryce e Sir Maurice de Bunsen; também havia um interesse de expressar, através das honras ao Presidente Brasileiro, o que os Britânicos sentiam em relação ao Brasil. Ainda havia, segundo Bentley, um forte sentimento no comércio mundial sobre o esplêndido futuro econômico do Brasil, e o propósito de aproximar os laços econômicos e os interesses comuns que durante tanto tempo uniram os dois povos. Para o autor, aquela hospitalidade se deu pelo fato de Epiácio Pessoa representar “o melhor e mais elevado tipo de estadista latino-americano, com uma ilustre carreira profissional e uma honrosa história política”, e porque aquela era a primeira vez que a hospitalidade da Mansion House foi oferecida ao líder de uma República sul-americana.

O Prefeito de Londres, em seu discurso, elogiou o fato de ter sido o primeiro a receber um Presidente brasileiro, e a escolha de Epiácio para presidente, destacando-o como um dos mais eminentes juristas vivos, com uma vida de serviço prestado ao seu país nos mais elevados postos ministeriais. Também aproveitou para falar dos laços que ligavam os dois países, e que estes estavam mais fortes após o Brasil ter ficado ao lado dos Aliados.

Em relação à participação brasileira na Guerra, o Prefeito salientou que o fato de o Brasil ter lutado ao lado dos Aliados confirmou a amizade centenária, e destacou a cooperação da marinha brasileira na proteção do comércio e na caça de submarinos; o

trabalho realizado pelos aviadores e cirurgiões militares brasileiros junto aos exércitos da França e da Inglaterra; a contribuição na solução das dificuldades econômicas, especialmente na questão dos alimentos, que foi limitada pela baixa tonelagem disponível para o transporte. Ele ressaltou ainda a importância das relações financeiras entre os dois países, e o grande interesse dos ferroviários britânicos no Brasil, destacando o fato de que Londres era a sede das maiores empresas do setor na Inglaterra.

Em suas palavras:

*“The President, If I may venture to say so, is himself such a man as we delight to honor. He is, I believe, among the most distinguished of living jurists. He has served his country in high ministerial posts, and in his profession of the law has attained the highest judicial eminence it has to offer. All his life the President has stood for peace and international concord, and he was the natural choice of his Government for the leadership of the Brazilian delegation to the Peace Conference now sitting. From that work he has been called by the untimely death of his predecessor to take up the responsibility of the Presidency, and we congratulate his countrymen on their choice.*

*[...] The friendship between Brazil and Great Britain is as old as the independent existence of Brazil. An eminent Brazilian said last year, in welcoming Sir Maurice de Bunsen’s mission to his country, that the names of Great Britain and Canning were inscribed in the first page of Brazilian history; and we are proud that it should be so.*

*[...] Now that we are entering upon the paths of peace one more, I look forward with confidence to a new and important development of our friendly relations with Dr Pessoa’s great country – that land of infinite promise. May it grow and prosper in every form of peaceful and civilized activity.”*

Bentley ainda afirma que Sir Auckland Geddes, Presidente da Junta Comercial, se referiu a alguns aspectos da amizade anglo-brasileira. Para ele, o Brasil é um tipo de país complementar à Inglaterra, pois tinha em abundância algumas coisas que precisavam, e que a Inglaterra tinha aquilo que o Brasil necessitava para garantir sua segurança. Destaca também o fato de que a Inglaterra e a Alemanha eram os países com o maior comércio com o Brasil, e que o fato da Alemanha ter exportado mais de vinte vezes o montante de artigos bélicos em relação aos britânicos, o que mostrava o caráter das duas nações. Diz ainda que o comércio entre a Inglaterra e o Brasil, ao longo da história, se deu de maneira pacífica, e que eles acreditavam ser bom para a prosperidade dos dois países (Bentley, 2011, p. 218-222).

Em resposta a esses discursos, Epitácio disse que se sentia honrado por tão grandiosa recepção, ressaltando a contribuição da cidade de Londres ao escrever as

“gloriosas páginas da História Inglesa”. Disse ainda que as relações entre os dois países vinham de longa data, e reconheceu a contribuição do capital britânico na evolução do Brasil, dando boas-vindas à atividade da Inglaterra nos “vastos campos que temos a oferecer” (Bentley, 2011, p. 222-223)

À noite foi ao banquete realizado no Palácio de Buckingham, onde foi agraciado com a Ordem do Banho, uma das mais altas dignidades inglesas (Gabaglia, 1951, p. 309). O Rei George, em seu discurso, afirmou que o Brasil, em um ato iluminado de alta política, rompeu com os inimigos da Inglaterra e resolveu ficar ao lado da causa da liberdade e da independência.

*“by an act of high and enlightened policy, broke with our enemies and frankly took her stand for the cause of liberty and independence”<sup>99</sup>*

No discurso pronunciado no banquete, Epiácio, de maneira semelhante a que havia feito nas visitas aos demais países, elogiou a amizade entre as duas nações e enalteceu feitos históricos da Inglaterra e sua participação na Guerra, para justificar a entrada do Brasil no conflito ao lado dos Aliados.

Reconheceu a importância da Inglaterra no desenvolvimento do país, através do “auxílio de capitais, trabalho no campo e exploração das riquezas brasileiras, fundação de indústrias, e o desenvolvimento do comércio por meio dos bancos, estradas de ferro, linhas de navegação e telegráficas”, de maneira semelhante ao que havia afirmado na Mansion House naquele mesmo dia. Para ele, esta cooperação, sob todos os aspectos, representa “a história do progresso material e econômico e acelerou a tarefa capital da nossa emancipação”.

Ao final, ressaltou que o Brasil esperava que os laços que unem os dois países continuassem sólidos, e que, terminada a guerra, o caminho estaria aberto para trabalhos proveitosos em todos os ramos da iniciativa humana. O Brasil, segundo Epiácio, era “um campo sem limites para empreendimentos do progresso e prosperidade e se rejubilará vendo que a Inglaterra leva a sua colaboração preciosa à frutuosa tarefa do seu desenvolvimento” (Pessoa, 1961, p. 99-102).

Segundo Laurita Gabaglia, a imprensa também rendeu homenagens ao Brasil. Diários como “*The Daily Telegraph*”, “*The Daily Mail*”, “*The Daily Chronicles*”,

---

<sup>99</sup> Discurso do Rei George no Palácio de Buckingham, in: Bentley, 2011, p. 219.

“*The Times*” e “*The Morning Post*” fizeram diversos comentários sobre o Presidente, destacando sua personalidade e seu passado de homem público, sobre o Brasil e as relações anglo-brasileiras e o imediato reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra e a participação desta nos primeiros acontecimentos de vida autônoma.

O “*The Times*”, no dia 6 de junho, assim escreveu sobre o Brasil, seu Presidente eleito e a amizade entre os dois países: “uma antiga amizade, um país espaçoso e um hóspede bem-vindo”. O “*The Daily Telegraph*”, em 7 de junho publicou que o governo inglês não deixou passar a primeira oportunidade, jamais apresentada, de estender a hospitalidade britânica a um Presidente brasileiro durante o seu tempo de mandato. Destaca que a Inglaterra foi privilegiada em relação à ocasião e ao indivíduo. Para o jornal, “a ocasião era o fim de uma guerra em comum, propício às mais estreitas relações econômicas”, e em relação ao indivíduo, por ser Epiácio “um homem de excepcional distinção, cuja proeminência como um dos líderes da civilização latino-americana foi, por mais de uma vez formalmente comprovada no decorrer do movimento pan-americano”. Os jornais ainda destacaram a conveniência de intensificar o intercâmbio comercial entre os dois países, escrevendo que as riquezas ainda não exploradas do Brasil dariam para reparar todo o prejuízo da guerra. (Gabaglia, 1951, p. 309-310).

Do outro lado do oceano, nos Estados Unidos, a recepção britânica ao presidente brasileiro não passou despercebida e ganhou destaque no “*The New York Times*”, que no dia 04 de junho publicou notícia<sup>100</sup> sobre a chegada de Epiácio à Inglaterra, onde foi recebido pelo Príncipe de Gales e que “uma enorme multidão que se reunira na estação aplaudiu o estadista brasileiro quando ele desceu, com sua esposa e filha”. No dia seguinte, publicou nota sobre a chegada de Epiácio a Londres, e a recepção do Rei Inglês ao Presidente brasileiro, que visitou o Palácio de Buckingham com a esposa e a filha<sup>101</sup>.

Por fim, após a partida de Epiácio da Inglaterra em 06 de junho, o jornal americano publicou no dia seguinte uma matéria<sup>102</sup> sobre o banquete real oferecido ao Presidente brasileiro pelo Rei George no Palácio de Buckingham, destacando que entre

---

<sup>100</sup> Na matéria BRITISH GREETES DR. PESSOA, in: The New York Times, published: June 04, 1919.

<sup>101</sup> Na matéria BRITISH ROYALTY RECEIVES PESSOA, in: The New York Times, published: June 05, 1919.

<sup>102</sup> Na matéria ROYAL BANQUET FOR PESSOA, in: The New York Times, published: June 07, 1919

os convidados estavam membros do *Cabinet*, membros da casa dos Lords, Ministros, membros do corpo diplomático, dignitários da Corte, o Prefeito de Londres, bem como membros da família real: Príncipe Albert, Princesa Mary e o Príncipe Arthur de Connaught. Segundo a matéria, após o discurso, quando o Rei George desejou boas-vindas da Inglaterra e expressou um desejo de aumentar o bom relacionamento entre o povo britânico e o povo brasileiro, Epitácio assim respondeu:

*“[...]the bonds that unites Brazil and Great Britain shall continue to be firmer and more intimate strengthened as they were by the recent alliance during the war.*

*Now that the war is over, Brazil in her unlimited field for enterprise, progress and prosperity, will rejoice to see Great Britain bring her fruitful collaboration to the growing task of Brazilian development.”*

### 5.1.5 - Portugal



**Figura 10 - Navio de Guerra Inglês *Renown*, que conduziu Epitácio Pessoa e comitiva de Londres a Lisboa. In: *Ilustração Portuguesa*, nº 695, p. 463.**

Ao deixar a Inglaterra rumo a Portugal, no cruzador britânico *Renown*, em 06 de junho, Epitácio sabia que a etapa europeia de suas viagens como Presidente eleito estava chegando ao fim. Portugal, seu último destino naquele continente, havia sido o seu ponto de chegada na

segunda vez que visitou a Europa, em 1897. A primeira viagem ao Velho Continente, em 1894, havia sido trágica, já que perdera a esposa no parto do filho natimorto.

Segundo Gabaglia, naquele ano de 1897, Epitácio visitara o Velho Continente pela segunda vez, tendo partido de Pernambuco no vapor inglês *Thames* e chegado a Lisboa 11 dias depois, em 7 de abril. Naquela época Portugal ainda era comandado pelo Rei D. Carlos, e foi desse país que ele iniciou uma viagem entre os meses de abril a novembro daquele ano, onde visitou 12 países. Além de Portugal, de onde partiu em

jornada com apenas 31 anos, ele também conheceu Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria-Hungria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Rússia. Nestas viagens, o jovem Epiácio produziu um “pequeno relatório”, em quatro cadernos, sobre tudo que o admirou em museus, lugares históricos, templos famosos, paisagens e cidades e o que demais impressionasse “um rapaz sul-americano da província”, naquela Europa decadente do final do século XIX, e que ajudou a moldar sua personalidade forte nas ideias e convicções pessoais. Na volta, tornou-se Ministro da Justiça de Campos Sales, iniciando a reforma do Código Civil Brasileiro, para preencher uma lacuna no Direito Brasileiro, que ainda era regido pelas Ordenações do Reino (Gabaglia, 1951, p. 121-152).

Por ironia, o homem que convidara Clóvis Beviláqua em 1899 a produzir o Código Civil Brasileiro, libertando o país de “um número infinito de atos esparsos, emaranhados, incongruentes e contraditórios e das Ordenações do Reino”<sup>103</sup>, agora chegava a Lisboa na condição de Presidente Eleito do Brasil, fato inédito nas relações externas das duas Repúblicas, pois era a primeira vez que Portugal, antiga metrópole, receberia oficialmente o Chefe de Estado da antiga colônia do Brasil. A chegada ao destino aconteceu no dia seguinte à partida da Inglaterra, em 7 de junho de 1919.

A recepção em Portugal foi calorosa, e segundo Gabaglia, o Presidente do Brasil foi recebido “como um parente querido”, escoltado por cruzadores e *destroyers* e salvos das fortalezas. Na cidade embandeirada, tropas apresentando armas. Um palanque armado no Paço Municipal serviu de palco para discursos. No



**Figura 11 - Rebocador do *Renown*, conduzindo Epiácio Pessoa ao Cais das Colunas, onde desembarcou. Ao fundo barco de guerra português embandeirado com guarnição em continência. In: Ilustração Portuguesa, 695 p. 463.**

caminho para a hospedagem no Palácio de Belém, Epiácio e sua comitiva são

<sup>103</sup> Carta reservada a Clóvis Beviláqua, em 25 de janeiro de 1899 in: Gabaglia, 1951, p. 155.

escortados por oficiais da cavalaria. Em dois dias de visita, o Presidente foi recebido em cerimônias oficiais, como a sessão magna do Parlamento, um banquete de gala no Palácio presidencial das Necessidades, e visitas a Coimbra e Cintra (Gabaglia, 1951, p. 310-311).

A revista *Ilustração Portuguesa*, na edição nº 695, de 16 de junho de 1919, noticiou a passagem do Presidente eleito por aquele país de maneira entusiasmada, ressaltando que a visita se deu após Epitácio Pessoa ter representado com alto brilho o Brasil na Conferência da Paz e de ter sido recebido com festa em Roma e em Londres. Apresentou o Presidente brasileiro como uma das primeiras figuras do Brasil moderno, “professor insigne, jurisconsulto eminente, orador brilhante e um estadista de muita experiência”, que soube representar seu país em Versalhes. Na página 462 e seguintes, traduz o acolhimento cordial, tanto pelos representantes da nação como pelo povo, destacando a reunião extraordinária do Congresso, o banquete no Palácio das Necessidades, onde estava instalado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o almoço no Palácio da Pena, em Cintra, e fogos de artifício no Tejo.

“Em todos os discursos proferidos e em todos os brindes trocados se preconizaram as mais íntimas relações luso-brasileiras. O presidente eleito, sempre que usou da palavra, aproveitou o ensejo para afirmar que no exercício da magistratura suprema que ia iniciar, se esforçaria pelo estreitamento maior da amizade entre Portugal e Brasil, países ligados pela comunhão de tantos interesses morais e materiais e ainda pelas tradições e pela língua comuns.”<sup>104</sup>



**Figura 12 - Chegada de Epitácio Pessoa no Palácio da Pena. In: Ilustração Portuguesa nº 695, p. 465.**

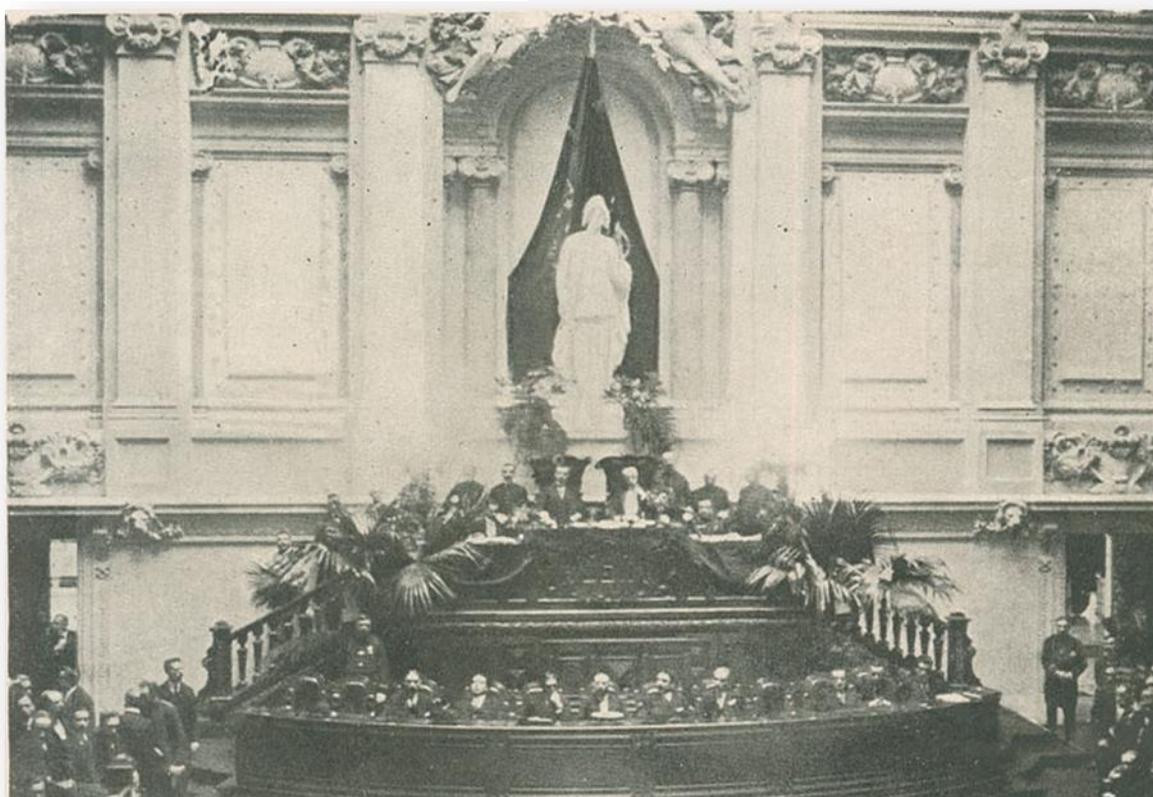
<sup>104</sup> In: Revista *Ilustração Portuguesa*, nº 695, de 16 de junho de 1919, p. 462-465.



**Figura 13 - Epitácio Pessoa em Cintra, no Palácio da Pena. In: Ilustração Portuguesa nº 695, p. 462.**



**Figura 14 - Fotografia tirada após o almoço em homenagem a Epitácio Pessoa no Palácio da Pena, em Cintra. In: Ilustração Portuguesa nº 695, p. 464.**



**Figura 15 - Imagem da sessão solene no Congresso de Portugal. Na tribuna Presidencial vê-se Epitácio Pessoa à esquerda. In: Ilustração Portuguesa, 695, p. 464.**

No discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente da República de Portugal, Epiácio novamente ressaltou os laços históricos e de amizade e a cordialidade entre os dois países. Para ele, a “missão de chefe eleito de Estado não é somente de aliado e amigo da nobre nação portuguesa, mas de irmão por todas as afinidades étnicas, sociais e políticas” que unem os dois países. Reconheceu a participação de Portugal na formação do Brasil ao dizer que “nós, brasileiros não esquecemos que devemos a Portugal a obra fundamental de nossa formação e nosso desenvolvimento”, e que ficaria feliz em poder “estreitar e desenvolver as relações de toda ordem que existem”. Lembrou que a guerra, “no meio de suas atrozidades e consequências, teve o benéfico efeito de suscitar entre as nacionalidades da mesma língua e do mesmo pensamento uma força irresistível de simpatia e atração”, servindo para fomentar um movimento comercial, industrial, bem como econômico, fiscal, artístico e literário (Pessoa, 1961, p. 119-121).

No Congresso de Portugal, em 9 de junho de 1919, Epiácio faz alusão à história para agradecer a receptividade portuguesa e as homenagens prestadas ao Brasil, através de sua pessoa, mostrando como o país vê a antiga metrópole:

[...] Senhores, eu sabia, eu estava certo de que minha passagem por esta capital seria assinalada por festas grandiosas e manifestações entusiásticas, com que o velho Portugal procuraria honrar na minha pessoa a jovem nação que do outro lado do oceano prolonga a irradiação das suas nobres e gloriosas tradições; a jovem nação que no vasto continente americano representa, ela só, a glória dos seus descobridores, os primores da sua cultura, as energias da sua inteligência e de seu trabalho.

[...] Agradeço-vos, profundamente emocionado, a homenagem que, na minha pessoa, rendeis ao meu Brasil. E quando amanhã chegar ao meu país o eco dessa calorosa acolhida, podeis ficar certos de que os brasileiros não demorarão as manifestações do seu regozijo, do seu entusiasmo e do seu reconhecimento. E, então, ver-se-á a alma brasileira vibrando uníssona com a alma lusitana; ver-se-ão dois irmãos falar através do oceano, confundindo-se na mesma expansão de entusiasmo; ver-se-ão dois corações amigos abraçar-se estreitamente, através dos mares, num longo abraço de fraternal amizade e carinho. ”<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 121-122.



**Figura 16 - Epitácio Pessoa na saída do Congresso Nacional de Portugal, acompanhado pelo Presidente do Congresso, membros do Ministério, congressistas e outros convidados. In: Ilustração Portuguesa, 695, p. 462.**

A visita a Portugal, apesar de curta, foi importante porque havia, entre o meio letrado das duas nações, a ideia de se firmar uma aliança entre o Brasil e Portugal, em uma comunidade luso-brasileira. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, no artigo “*Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência*”, publicado na Revista Convergência Lusíada, nº 24, de 2007, esta ideia foi lançada em 1909 na Academia das Ciências de Lisboa e já no ano seguinte, a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou um concurso sobre “o modo mais eficaz de promover a união moral da colônia portuguesa do Brasil com a mãe pátria”. Alguns meses depois, o presidente da Sociedade formularia um ambicioso projeto, mais conhecido como *Acordo Luso-Brasileiro*, que previa a criação de uma comissão permanente encarregada de realizar periodicamente congressos luso-brasileiros; negociar tratados de arbitragem entre Brasil e Portugal, de cooperação internacional conjunta e de comércio; viabilizar a fundação de entrepostos comerciais; propor a construção de palácios de exposição em Lisboa e no Rio de Janeiro; promover na medida do possível, a unificação da legislação civil e comercial; a aproximação intelectual – científica, literária e artística – conferindo equivalência de direitos ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem

trabalhar no outro; promover visitas regulares de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes; estudar a maneira mais eficaz de se criar uma revista luso-brasileira; fomentar a cooperação entre jornalistas e editores, entre associações científicas, pedagógicas, artísticas e beneficentes; propor medidas para intensificar o movimento de aproximação lusíada com o Brasil.

Segundo a autora, a discussão acerca da pretendida Comunidade ganharia notável impulso com o início da Primeira Guerra. O poeta Olavo Bilac, na visita que realizou a Lisboa, em 1916, no discurso proferido durante o banquete lhe que foi oferecido pela revista *Atlântida*, proclamou a (...) *existência de um novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs*. Por essa mesma época, no parlamento português, João Menezes argumentava que (...) *Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança*. Consoante essas ideias, o governo luso enviou uma missão de intelectuais ao Rio de Janeiro, em 1917.

De acordo com o artigo, o contexto da Primeira Grande Guerra trouxe os militares para o centro do debate, e o comandante Nunes Ribeiro, preocupado com a supremacia marítima dos alemães, já advertia que (...) *A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países*. Outro oficial do exército, Henrique Lopes de Mendonça<sup>106</sup>, aventou a hipótese de se instituir uma *Confederação luso-brasileira*, desejando a formação de dois blocos políticos: o primeiro integrando a Inglaterra e os Estados Unidos, o segundo Portugal e Brasil, os quais (...) *impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal*. Outro militar, João de Almeida, escreveu o livro *Visão do crente* (1918), em que defende a federação dos dois países, por meio de uma aliança militar ofensiva e defensiva, diplomática e econômica, prevendo ainda a reciprocidade de direitos civis para brasileiros e portugueses, além do estabelecimento de uma representação consular comum em nações estrangeiras.

No Rio de Janeiro havia alguns simpatizantes, como Graça Aranha e Paulo Barreto. Este último postulou a celebração de um acordo e não uma fusão política entre as duas Repúblicas, em um pacto luso-brasileiro fundamentado em medidas de natureza

---

<sup>106</sup> Oficial do exército, dramaturgo, historiador e autor da letra do hino nacional luso, *A Portuguesa*.

econômica, a começar pela transformação de Lisboa em porto franco, e propunha o estabelecimento da navegação mista e a concessão de licença para os bancos portugueses e brasileiros operarem indistintamente nos dois países.

O debate acerca da criação de uma comunidade luso-brasileira não teve uma repercussão maior no campo político-institucional. Para tanto, algumas iniciativas oficiais foram tomadas no intuito de avivar o intercâmbio entre as duas nações, tais como a ida de Epiácio Pessoa a Portugal (1919), na condição de presidente eleito, fato que representou um passo importante nesse sentido. Da mesma forma a travessia aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, durante o primeiro centenário da independência brasileira, e a presença naquelas celebrações do chefe de Estado português, Antônio José de Almeida (Guimarães, 2007, p. 257-259).

Evidentemente, nenhum acordo oficial poderia ser firmado nesse sentido, já que Epiácio ainda não fora oficialmente empossado. Também não foi identificado nenhum movimento diplomático neste sentido, todavia, sua passagem por Portugal, assim como nos demais países europeus, foi marcada por provas de amizade e receptividade entre os países, com claros interesses econômicos de ambos os lados, devido às oportunidades que apareceram para o Brasil após a guerra e pela necessidade dos Europeus em aproveitar as possibilidades econômicas tão propaladas pelo Presidente eleito em seus discursos, o que se tornou praxe em sua conduta diplomática.

Após um hiato na comunicação com o Ministério das Relações Exteriores quando estava na Inglaterra, foi em Lisboa que Epiácio Pessoa voltou a se comunicar com o MRE através dos telegramas<sup>107</sup> nº 93 e 94 de 9 e 10 de junho de 1919, respectivamente. No primeiro telegrama comunica sobre a recepção calorosa que teve na Inglaterra, e que acabara de chegar a Portugal, onde fora recebido com o maior carinho e entusiasmo pelo Governo e pelo povo. Avisa que, diante dos telegramas que tem recebido, solicitando urgência na volta ao país, vai recusar o convite da Espanha, como já o fizera em relação à Suíça<sup>108</sup>, Chile, Peru e Cuba, apesar de pensar que

---

<sup>107</sup> PESSOA, Epiácio: Diplomacia e Direito Internacional, obras completas, vol. XIV, p. 51.

<sup>108</sup> A recusa ao convite suíço foi comunicada através do telegrama nº 29, de 24 de maio de 1919, dirigido ao Ministro do Brasil em Berna, com solicitação para que transmitisse ao Governo daquele país o reconhecimento pelo convite, mas que o mesmo só chegara à Roma depois da sua partida da Itália, dizer também que o trem não passou por Berna, e que sentia não ter tido ocasião de entrar em contato direto com o Governo Suíço para, pessoalmente, expressar toda simpatia e admiração que ele e o Brasil tinham por aquele país (Pessoa, 1961, p. 61-62).

algumas dessas visitas seriam muito úteis ao Brasil. Informa que segue no dia 10 para os Estados Unidos, devendo chegar no dia 20 de junho. Afirma também que recebeu convite oficial do Canadá. No segundo ele afirma ter sido comunicado que o Governo Francês iria criar uma Embaixada no Brasil.



**Figura 17 - Cruzador Francês *Jeanne D'Arc*, que foi a Portugal especialmente para levar Epitácio Pessoa e sua comitiva de volta ao Brasil. In: Ilustração Portuguesa, 695, p. 463.**

Epitácio e sua comitiva deixaram Portugal em 10 de junho de 1919, a bordo do cruzador francês *Jeanne D'Arc*, que fora designado para levá-lo de volta ao Brasil. A passagem de Epitácio por Lisboa, além do estreitar os laços de afinidade entre o Brasil e Portugal teve um significado especial para os portugueses, pois aquela era a possibilidade que o país teria, após a guerra, e a instauração da República, de melhorar seus problemas econômicos, fossem domésticos ou internacionais. Para a Ilustração Portuguesa<sup>109</sup>, aqueles que “representam Portugal junto ao Governo da grande república brasileira hão, por seu turno, empenhar-se para que o caráter de nossas relações passe do campo meramente sentimental para outro de realizações práticas que implicam a felicidade dos dois povos”. Para a revista, a guerra mundial modificou muitas coisas, e os portugueses não poderiam deixar de tirar proveito dessas modificações, na relação comercial com o Brasil.

A revista Ilustração Portuguesa, por sua vez, traz o mais completo registro fotográfico de um destino das viagens do Presidente eleito pela Europa. Na edição nº 696, de 23 de junho de 1919, foi publicada outra matéria sobre a visita do Presidente

---

<sup>109</sup> Ilustração Portuguesa, nº 696, de 23 de junho de 1919, p. 488.

eleito, destacando sua despedida de Lisboa e as festividades que cercaram o acontecimento. Na página 486 é retratada a chegada da comitiva ao pavilhão da Praça do Comércio com as tropas perfiladas e também a multidão em frente ao hotel Avenida Palace, onde foi realizado o almoço de despedida oferecido por Epiácio Pessoa ao Chefe de Estado português.

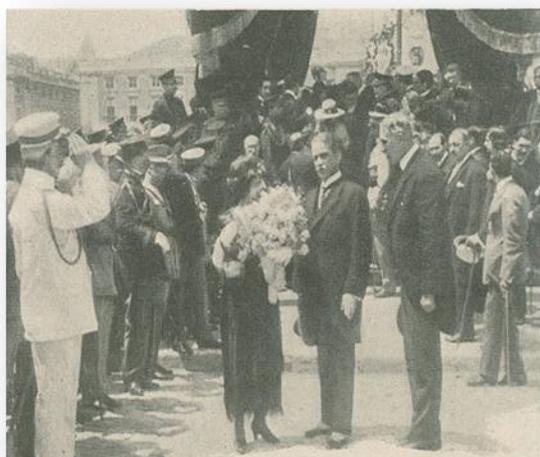


**Figura 18 - Povo reunido para saudar o Presidente do Brasil, em frente ao hotel Avenida Palace, onde foi realizado o almoço oferecido por Epiácio Pessoa para os representantes do Governo português. In: Ilustração Portuguesa, nº 696, p. 486.**



**Figura 19 - chegada do cortejo presidencial ao Pavilhão da Praça do Comercio. In: Ilustração Portuguesa, nº 696, p. 486.**

Na página 487 da revista há uma foto de Epitácio na Praça do Comércio (figura 15), após se despedir dos portugueses e antes de se dirigir ao *Jeanne D'Arc*. Na página 488, duas fotografias mostram Epitácio Pessoa a bordo do *Jeanne D'Arc*. Na primeira (figura 13), Epitácio à bordo do *Jeanne D'Arc*, e ao lado de Armando Burlamaqui, e do comandante do cruzador francês. Na segunda fotografia (figura 17), Epitácio, também a bordo do *Jeanne D'Arc*, tem ao seu lado direito o Ministro da Guerra, o representante da França em Lisboa e o adido militar francês. A sua esquerda está o comandante do *Jeanne D'Arc* e também Armando Burlamaqui e esposa, bem como os ministros dos negócios do estrangeiro e da agricultura de Portugal.



**Figura 20 – Epitácio Pessoa antes de deixar Portugal. in: Ilustração Portuguesa, nº 696, p. 487.**



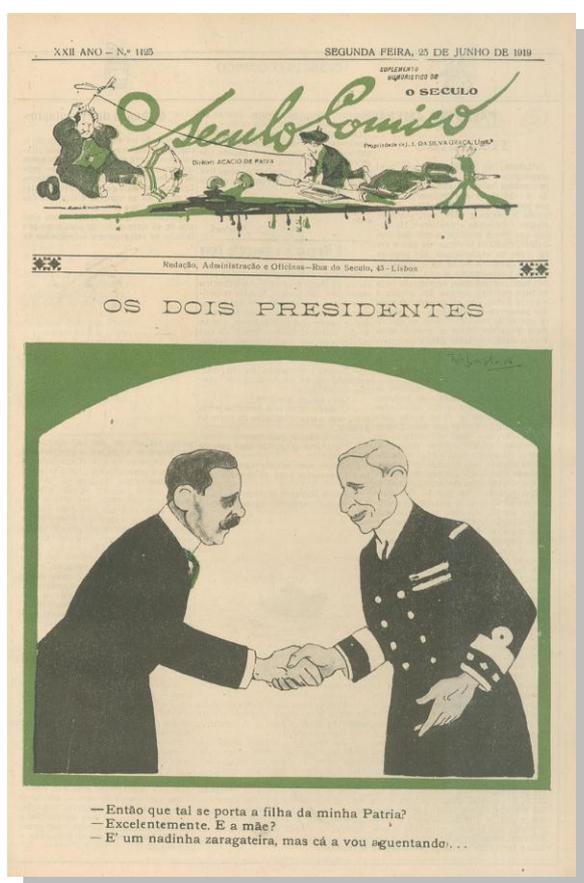
**Figura 21 – Epitácio Pessoa a bordo do *Jeanne D'arc*. in: Ilustração Portuguesa, nº 696, p. 488.**



**Figura 22 - Epitácio Pessoa a bordo do *Jeanne D'arc*, antes dos cumprimentos de despedida. In: Ilustração Portuguesa, nº 696, p. 488.**

Como peças do quebra-cabeça *febvriano* apresentado na introdução, a publicação portuguesa e sua documentação fotográfica permitem observar através da solenidade organizada por Portugal para a despedida do Presidente Epitácio na sua volta ao Brasil, que a visita realizada pelo Presidente eleito àquele país também foi suntuosa, apesar de a própria revista afirmar que “se o ilustre Chefe de Estado não assistiu entre nós a festas deslumbrantes, recebeu, no entanto, as mais vivas e cordiais demonstrações de afeto”. Além do mais, também é possível analisar através das imagens e dos textos publicados, o grau de interesse luso nos negócios com o Brasil, e que Portugal via na ex-colônia uma oportunidade para minimizar os efeitos da Guerra. Para os portugueses, a nação sul-americana era um desdobramento de Portugal, sob o qual estava o futuro da raça portuguesa (Ilustração Portuguesa, 1919, nº 696, p. 486-487).

Neste sentido, é representativa a charge sobre a relação Brasil-Portugal, e que foi publicada na capa do suplemento humorístico “O Século Cômico” que acompanhava a Ilustração Portuguesa, nº 696, de 23 de junho de 1919. Nela o Presidente Português recebe o Presidente Brasileiro perguntando como se porta a filha de sua pátria, e recebe uma resposta seguida de outra pergunta: - “Excelente. E a mãe?”.



**Figura 23 - “O Século Cômico” era um suplemento que acompanhava a revista Ilustração Portuguesa, nº 696, de 23 de junho de 1919.**

## 5.2 - As viagens do Presidente eleito na América

### 5.2.1 - Estados Unidos e Canadá

Já a bordo do navio francês, Epitácio volta a comunicar-se oficialmente<sup>110</sup>. No telegrama nº 33, de 10 de junho de 1919, escreve ao Presidente de Portugal para agradecer o radiograma enviado e fazer votos de prosperidade ao governo português. No telegrama 35, da mesma data e também para o Presidente de Portugal, agradece “o caloroso e cordial acolhimento” com que foi recebido pelo Governo e pela Nação portuguesa.

No telegrama nº 34, ainda no dia 10 de junho, escreve ao Ministro Britânico, agradecendo-o e solicita que transmitisse seus agradecimentos ao Almirante Sir William Lowther Grant e ao Capitão do H.M.S. *Renown*. No telegrama nº 36, do dia 10 de junho de 1919, escreve para que fosse transmitido à Embaixada Brasileira em Washington o seu desejo de chegar aos Estados Unidos no dia 18 de junho, mas que devido ao atraso em Lisboa e à pequena velocidade do *Jeanne D'Arc*, não seria possível chegar antes do dia 20 daquele mês. Já no telegrama nº 37, de 13 de junho, corresponde-se com Pandiá Calógeras pedindo atenção para o fato de que a venda do café não fora forçada, e que a Alemanha tinha responsabilidade por todos os prejuízos, que os juros foram contratados com *Bleischroeder* a 4,5%, e que desde que havia se oposto à saída do dinheiro, a Alemanha ficava obrigada a pagar o mesmo valor que o Brasil pagava a seus credores, e por fim afirma que aquele dinheiro compreende o preço do café de *Trieste*, pelo qual ela deve também responder. Sugere ainda que Calógeras converse com o Delegado americano, na respectiva comissão.

No dia 16 de junho o jornal americano “The New York Times” publicou notícia<sup>111</sup> sobre a visita do Presidente eleito do Brasil, que saiu de Portugal com destino aos Estados Unidos em um navio francês, e que chegaria no dia 23 de junho, passando uma semana em Nova Iorque, para só depois ir à Washington. Na matéria, há um roteiro da recepção oficial: jantar no *Waldorf-Astoria* no dia 24 de junho e almoço oferecido no dia seguinte pela Sociedade Pan-Americana. Informa ainda que quando os visitantes entrassem no porto, sua embarcação seria escoltada por navios de guerra americanos, e

---

<sup>110</sup> PESSOA, Epitácio: *Diplomacia e Direito Internacional*, obras completas, vol. XIV, p. 62-63

<sup>111</sup> Na matéria BRAZIL'S PRESIDENTE TO BE CITY'S GUEST, in: *The New York Times*, published: June 16, 1919.

que o Secretário de Estado interino Polk iria recepcioná-los. Em terra firme, o Presidente faria uma visita à Prefeitura, onde seria recebido pelo Prefeito de Nova York e outras autoridades. No mesmo dia, e com matéria semelhante, o *New-York Tribune*, na página 18, publica a matéria “COMMITTEE NAMED BY MAYOR HILAN TO ENTERTAIN PESSOA”, destacando o comitê de recepção formado por Rodman Wanamaker, Alfred A. Johnson, Harry C. Sinclair e Groover A. Whalen.

As matérias, entretanto, não poderiam prever que a viagem do Presidente brasileiro não seria tranquila, pois o cruzador francês, naquele dia 16, sexto de viagem, pouco além do Açores, apresentaria problemas nos condensadores, ficando à deriva em alto mar<sup>112</sup>. Epitácio, sentindo também que seria um risco permanecer naquela condição, escreve na última mensagem enviada a bordo do *Jeanne D’Arc*, para Ipanema Moreira, encarregado de negócios na Embaixada Brasileira em Washington, no telegrama nº 38, de 16 de junho, comunicando o ocorrido, a causa do problema e o perigo da situação, solicitando que, em seu nome, fosse pedido ao Governo Americano o envio de um navio para socorrê-los e levá-los à Nova Iorque.

“Nº 38 – Bordo “*Jeanne D’Arc*”, 16/6/1919 - VERY URGENT – BRAZILIAN CHARGE D’AFFAIRES – Brazilian Embassy – Washington – Owing to break down in her engines “JEANNE D’ARC” is unable to proceed on voyage – stop – We are stopped on high seas without control – stop – Our situation many became dangerous from one moment to the next – stop – Kindly ask most urgently American Government in my name to send ship to meet us and take us to New York – stop – Our position at noon June sixteenth forty tow degrees ten west course North seventy six west true. Epitácio Pessoa.”<sup>113</sup>



**Figura 24 – U.S.S. IMPERATOR. In: *Picture history of the Cunard line, 1840-1990*. BRAYNARD, Frank Osborne & MILLER, Wilian H. 1991, Dover Publications, NY. p. 33.**

<sup>112</sup> Naquele momento, o Brasil, que perdera seu Presidente, com a morte de Rodrigues Alves, estava com seu Presidente eleito à deriva em pleno Oceano Atlântico.

<sup>113</sup> PESSOA, Epitácio: *Diplomacia e Direito Internacional*, obras completas, vol. XIV, p. 63.

De acordo com Gabaglia, somente às 02h30min da madrugada do dia 17 de junho o Presidente eleito e sua comitiva deixaram o *Jeanne D'Arc* para entrar a bordo do *U.S.S. IMPERATOR*. Segundo a autora, no dia 20 chegaram os *destroyers* americanos para a escolta do Chefe de Estado brasileiro (Gabaglia, 1951, p. 311-312).



**Figura 25 - Matéria publicada sobre o resgate, no *New York Tribune*, em 21 de junho de 1919, p. 13.**

No dia que entra a bordo do *U.S.S. Imperator*, Epitácio comunica-se por telégrafo pela última vez até chegar aos Estados Unidos, escrevendo sete telegramas<sup>114</sup>. No primeiro, de nº 39, escreve diretamente a Woodrow Wilson<sup>115</sup>, comunicando ao Presidente americano que os motores do cruzador francês quebraram, que imediatamente o *U.S.S. Imperator* tinha ido assisti-lo, que estava a caminho dos Estados Unidos a bordo dele e dizendo-se ainda agradecido “pelo generoso exemplo da hospitalidade americana que agora se estendia ao oceano distante”. O telegrama nº 40 foi dirigido ao Almirante Benson<sup>116</sup>, para agradecer e informar que o Capitão Morgan, do *U.S.S. Imperator*, está dando-lhe toda a assistência e que teria o maior prazer de poder agradecê-lo pessoalmente em Washington. No telegrama nº41 escreve agradecido

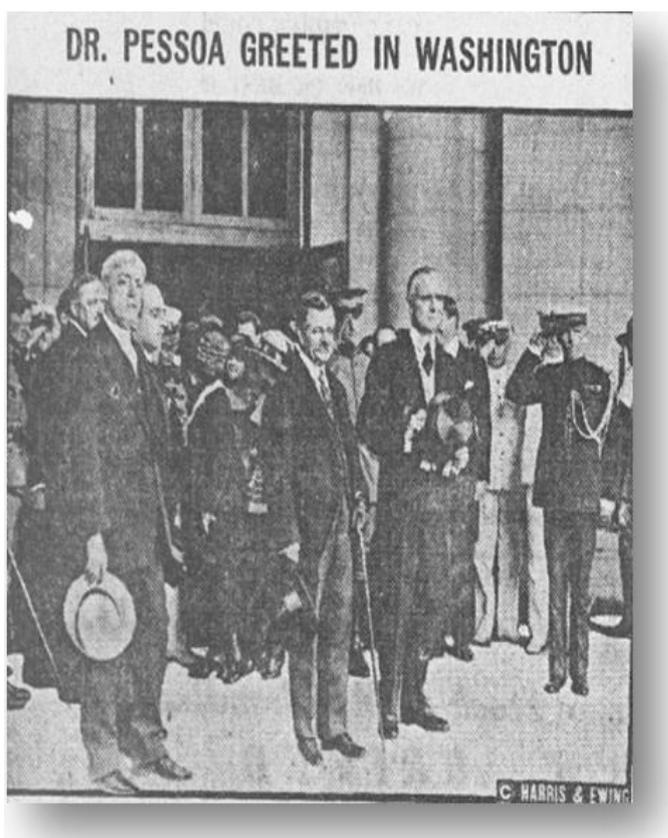
<sup>114</sup> PESSOA, Epitácio: *Diplomacia e Direito Internacional*, obras completas, vol. XIV p. 63-65.

<sup>115</sup> A notícia do telegrama a Wilson e da troca de navios em alto mar também foi publicada no “*The New York Tribune*”, em 19 de junho de 1919, com a manchete: DR. PESSOA, BRAZIL’S NEW CHIEF, CHANGES SHIP IN MID-OCEAN.

<sup>116</sup> O Almirante Benson voltava da Conferência da Paz no navio de guerra *Arkansas*, e interceptou a mensagem do Capitão Morgan e ordenou que o *U.S.S. Imperator* fosse socorrer o Presidente aprovando todas as decisões tomadas, conforme matéria publicada no *New York Tribune*, em 19 de junho, p. 5 e 21 de junho de 1919, p. 13.

a Marconi, inventor do telégrafo informando que havia ficado à deriva em alto mar e que a ajuda só havia sido possível devido ao seu invento, dizendo ser um exemplo eloquente da “imensa utilidade de sua maravilhosa invenção”.

Epitácio, que no telegrama nº 36, de 10 de junho de 1919, ainda a bordo do *Jeanne D’Arc*, havia comunicado à Embaixada do Brasil que informasse ao Governo americano da impossibilidade de chegar aos Estados Unidos no dia 20 de junho, devido à pequena marcha do navio francês, chegou àquele país exatamente no dia 20. A mudança de transporte tornou a viagem mais rápida e deu a Epitácio alguns dias a mais em solo americano. A chegada a Nova Iorque na tarde do dia 20 foi noticiada naquele pelo *The New York Times* com a matéria “*DR. PESSOA DUE TODAY*”<sup>117</sup>, e no dia seguinte, 21 de junho de 1919, o mesmo jornal publica a matéria “*BRAZIL’S PRESIDENTE IS NATION’S GUEST – Dr. Pessoa and Party Taken from crippled French Warship at Sea’s by the Emperor – saluted by Harbor Fort*”.



**Figura 26 – A chegada de Epitácio Pessoa, presidente eleito do Brasil ao lado Frank L. Polk, na Union Station, Washington. Publicada em *The Rice Belt Journal*, July 05, 1919.**

A viagem para Washington foi noticiada na matéria “*PESSOA PROCLAIMS BRAZIL OUR FRIEND*”, publicada em 22 de junho de 1919, no *The New York Times*.

Ao chegar à Capital dos Estados Unidos, foi recebido pelo *Acting Secretary* Polk, outros oficiais de Estado e autoridades da Embaixada Brasileira. Posteriormente Epitácio foi, acompanhado pelo Secretário Polk, visitar a Casa Branca, sendo recebido formalmente

<sup>117</sup> Matéria publicada no *The New York Times* em 20 de junho de 1919.

como convidado do Governo Americano pelo Vice-Presidente Marshall<sup>118</sup> por indicação de Woodrow Wilson.



**Figura 27 - Epitácio Pessoa na frente da sede da União Pan-Americana, em Washington. Fotografia tirada por Harris & Ewing, em 1919. Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/resource/hec.12317/>**

povos. Falou também que o Brasil se alegraria em continuar desenvolvendo cada vez mais as relações de todos os tipos, que unem os dois países, e que seu governo lutaria por este fim.

Segundo Epitácio:

*“Brazil’s friendship for yours glorious country has been from the very formation of our nationalities, a fact consecrated by international history, recognized and heralded in every continent. [...] It resulted from moral, intellectual and political ties, from identical feelings of dignity and*

<sup>118</sup> Na matéria “TO GREET PESSOA AT WHITE HOUSE”, publicada em 21 de junho de 1919, no *Washington Tribune*, p. 1.

<sup>119</sup> De acordo com a matéria “PESSOA PROCLAIMS BRAZIL OUR FRIEND”, publicada em 22 de junho de 1919, no *The New York Times*, Epitácio proclamou seu discurso naquele dia 21 de junho, todavia, no livro *Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional*, o discurso encontra-se na página 129, entre aqueles que foram programados para as visitas aos países da Europa e da América, mas que não foram pronunciados, e encontram-se transcritos entre as páginas 123 e 135.

*independence, which are a characteristic trait of our two peoples; from the same tendencies in the advancement of law and other domains of intelligence, from the same ideal of liberty and justice in our home life, and the same elevation of mind and disinterest in our international relations. [...]*

*Now that the monstrous scourge has disappeared from the face of civilized world and that nations, impelled by accumulated energy in the making up of lost time, are to resume their old life of peace and toil, Brazil will rejoice in continuing to develop more and more the relations of every kind, which bind her to the United States, and to strive for this end will be one of the fondest endeavours of my Government."*

No domingo, dia 22 de junho de 1919, o Presidente eleito volta a se corresponder oficialmente através dos telegramas de números 46, 47 e 48<sup>120</sup>. No primeiro, para o Ministro do Exterior, no Rio de Janeiro informa que está procurando meios de ir ao Canadá e fala da recepção cordial que recebeu. Adianta que a volta ao Brasil será em um navio de guerra americano, o *Idaho*, e que foi impossível recusar a oferta porque essa ideia do retorno já estava adiantada por lá. A partida será por volta de 5 ou 6 de julho, e a chegada em 20 ou 21 de julho de 1919. O segundo telegrama é para Pandiá Calógeras, em Paris, para quem escreve informando ser acertada a escolha de Rodrigo Otávio para a Comissão Drummond, porque ele preenche as condições indicadas por House, e porque seria difícil outra pessoa chegar a Paris em meados de julho. Diz que está ciente do caso do café, e que a modificação dos juros não lhe parece justa conforme explicara no telegrama anterior. Sobre a outra modificação, diz não saber porque o telegrama recebido estava truncado. No terceiro, escreve ao Conde Penha Garcia, em Genebra, para agradecer o desejo de boa viagem.

Neste dia, Epitácio e sua comitiva foram convidados do Secretário Daniels na viagem a bordo do iate presidencial *Mayflower*, à Mount Vernon, para visitar a tumba de Washington. Na chegada, foram apresentados ao Governador da Virgínia, Westmoreland Davis, que deu as boas-vindas ao Presidente eleito. Antes de entrar no mausoléu, onde depositou uma coroa de flores, Epitácio reconheceu o débito que o seu país e o resto do mundo tinham com o primeiro Presidente dos Estados Unidos. Segundo Epitácio “como General ele fundou e como homem de Estado ele consolidou a mais bonita estrutura democrática do mundo”, estando no coração “não apenas dos seus conterrâneos, mas de todos aqueles que amam a liberdade e a democracia”.

---

<sup>120</sup> Pessoa, E. Obras completas, 1961. V. 14, p. 65-66.

Neste dia, após retornar ao *Mayflower*, o Secretário Daniels recebeu um despacho da *Associated Press* em Berlim, informando da decisão da Assembleia Nacional Alemã de assinar o Tratado da Paz. O despacho, transmitido através do Departamento da Marinha, foi mostrado pelo Secretário a Epiácio, que declarou ser “gratificante” a notícia. Posteriormente foi lido para os demais membros da comitiva<sup>121</sup>.



**Figura 28 – Chegada da Comitiva Brasileira ao Capitólio. Washington D.C. Fotografia tirada por Harris & Ewing, em 1919. Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/resource/hec.12318/>**

Na segunda, dia 23 de junho de 1919, Epiácio seguiu para o Capitólio<sup>122</sup>, onde visitou o Senado e a Câmara dos Deputados, que entraram em recesso por ocasião da visita. Ao ser apresentado aos membros da Câmara, o orador disse que sua visita poderia fortalecer a amizade entre os Estados Unidos e o Brasil e que a entrada do Brasil na guerra contra um inimigo comum foi recebida com carinho pelos americanos.

<sup>121</sup> De acordo com matérias publicadas em: *New-York Tribune*, p.18, em 23 de junho de 1919; *The Washington Times*, Final Edition, p. 3, de 23 de junho de 1919; e *The New York Times*, na matéria “DR. PESSOA VISITS WASHINGTON’S TOMB”, de 23 de junho de 1919.

<sup>122</sup> De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919.

Em resposta, após aplausos dos membros do parlamento, afirmou que “o Brasil não se esqueceria das honras ao seu representante”. O Senado entrou em recesso por quinze minutos para receber o Presidente eleito do Brasil. De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919, na ausência do Vice-Presidente Marshall, o Presidente “*pro tempore*” do Senado Albert Cummins agiu como anfitrião para o Senado, nomeando o Presidente Henry Lodge e o senador Thomas para escoltar o ilustre convidado à Câmara.

Em um breve discurso na tribuna do Vice-Presidente<sup>123</sup>, antes da recepção informal que se seguiu, Epiácio disse:

*“I have no words to express all my thanks for the honor you tender to me by receiving me in this House. It is not remarkable that I have no words to express my thanks, because my thanks are very great and very extensive, and my English is very short. But I can assure you that Brazil, the ancient friend in the life of the United States, will keep in her heart the memory of the cordial reception.”*

Naquela noite Epiácio retornou à sua residência temporária, e formalmente recebeu todos os membros do corpo diplomático Latino-Americano que estavam em Washington, na ocasião<sup>124</sup>. Depois, ele e sua comitiva foram os convidados de honra na recepção dada pelo Secretário do Tesouro, Carter Glass, no Hotel Willard<sup>125</sup>.

Discutindo a situação mundial, especialmente em relação ao continente americano, Epiácio disse que as condições difíceis do pós-guerra, juntamente com o trabalho de reconstrução da Europa resultariam em uma pesada imigração que afetaria tanto o norte como o sul do continente, e que empregaria toda sua força, quando voltasse ao Brasil, na aproximação dos países do sul e do norte com o Brasil, solidificando seus interesses e suas relações em comum, sem nenhuma hostilidade com os países europeus, e com um desejo em particular de desenvolver as relações econômicas e comerciais do Brasil com estes países.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup>. De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919.

<sup>124</sup> Bulletin of the Pan American Union, volume XLIX, julho-dezembro de 1919, Washington D.C, p. 21.

<sup>125</sup> Conforme matéria publicada no *The Washington Times, Final Edition*, em 24 de junho de 1919, p. 9.

<sup>126</sup> Conforme matéria “PESSOA LINKS BRAZIL TO U.S. IN NEW EPOCH”, publicada no *The New York Tribune*, em 24 de junho de 1919, p. 9

O discurso de Epiácio, em resposta ao Secretário do Tesouro Glass<sup>127</sup>, também apresenta os padrões dos demais discursos de suas viagens, tratando da afinidade entre os países e os laços que os unem, para se apresentar como parceiro comercial. Neste discurso Epiácio afirma que o Brasil, “não só reconhece a Doutrina Monroe, como sempre a reconheceu”. Todavia, o destaque do pronunciamento de Epiácio é o fato de mostrar como ele havia absorvido as ideias da Conferência da Paz. Para ele, “a intensidade da vida que ora recomeça, a variedade infinita dos interesses de toda ordem, a preocupação da segurança política bem como da defesa comercial e industrial impõem à humanidade uma espécie de organização federativa em que cada Estado contribua com os elementos que lhe são próprios para a realização do objetivo comum” (Gabaglia, 1951, p. 316).

No discurso, Epiácio afirma:

*“[...] now the roar of the arms has ceased on the battlefields, and mankind freed from the painful and deep convulsions which shook them for nearly five years, returns to the pre-war life of peace and toil, it is preferably the economic and financial interests, the requirements of commerce and industry that should absorb all our energies. The strenuous life which we are about to retake, the infinity of interests of every order, the care for political safety as for commercial and industrial defense, demand of mankind some sort of federative organization, to which each state would contribute with their most appropriate elements for the common purpose. The simplicity this course and the advantages to be derived from it are clear, when it is question of two such countries as Brazil and United States, united by so many moral affinities and such close bonds of sympathy and friendship.”*

No jantar o Presidente eleito também falou sobre os ataques dirigidos aos Estados Unidos por jornalistas brasileiros, especialmente Medeiros de Albuquerque, afirmando que a propaganda antiamericana era trabalho de alguns indivíduos brasileiros e europeus e que elas não representavam de maneira alguma, os sentimentos do povo brasileiro. Para Epiácio:

*“[...] The traditional friendship of Brazilian people for the United States is too well established and consolidated by common interests and common moral affinities to be disturbed in the least by such political propaganda.*

*This friendship of the Brazilian people was augmented and fortified by the stand taken by the United States Delegation at the Peace Conference in Paris in favor of the interests and claims of Brazil as an outcome of the world war. Under this circumstance it is impossible for any man or group of*

---

<sup>127</sup> De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919. O discurso ao Secretário do Tesouro, em Washington, também está publicado em Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional, p. 127.

*men to do anything that interfere with the relations between the two countries. [...]*<sup>128</sup>

O dia de 24 de junho foi o último da visita oficial do Presidente Eleito à capital norte-americana. Neste dia, através do telegrama nº 48, endereçado ao Presidente do estado da Paraíba, informa que ainda não sabe se poderá passar por lá, como é seu desejo, mas que caso possa, deverá fazê-lo por volta de 17 de julho, em visita que não poderá exceder 24 horas. Nova recepção foi organizada em honra do novo chefe da Nação brasileira, desta vez em um almoço organizado pelo Secretário do Comércio, Willian C. Redfield, também no Hotel Willard<sup>129</sup>. As relações cordiais existentes entre o Brasil e os Estados Unidos foram enfatizadas pelo convidado de honra.

Para Epiácio<sup>130</sup>, as demonstrações de cordialidade que ele recebeu das mais altas autoridades do Comércio Americano, estão entre as mais agradáveis que lhe foram prestadas. Para ele, uma das responsabilidades que ele tem por ofício, como Presidente, é desenvolver as relações comerciais do Brasil com os países amigos, e que os Estados Unidos têm duas características particulares para o Brasil. Primeiramente, sempre foi um dos parceiros comerciais do país, desde a primeira fase da independência e sempre teve relações próximas de amizade ao longo da história política de ambos os países. Segundo, o Brasil vê na vitalidade do povo americano a energia que levou seu comércio a todos os continentes, e percebe as possibilidades para o desenvolvimento do comércio e da produção.

Em seu pronunciamento afirma:

*“Such are the sentiments by which I am moved. Brazil is certain that she may count on the entire reciprocity of those sentiments by the United States and that the continuation, more and more intimate, of the relations which unite the two countries will stand for both as another fact of civilization and progress.*

As festividades em honra do Presidente eleito do Brasil terminaram à noite, em um jantar oferecido pelo *Acting Secretary of State*, Frank L. Polk, em sua residência. Após o jantar, houve uma recepção na sede da União Pan-americana. No dia seguinte

<sup>128</sup> De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919.

<sup>129</sup> Conforme matéria publicada no *The Washington Times, Final Edition*, em 24 de junho de 1919, p. 9.

<sup>130</sup> De acordo com a matéria “PESSOA DEPLORES ATTACK ON US”, publicada no *The New York Times*, em 24 de junho de 1919. O discurso ao Secretário do Comércio, Willian C. Redfield, em Washington, também está publicado em Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional, p. 128.

foi publicada no mesmo jornal, em 25 de junho de 1919, uma matéria afirmando que a recepção foi um tributo ao Chefe do Executivo da grande república irmã. Um grande evento em que quase todo mundo importante na vida oficial esteve presente para homenagear Epitácio e sua esposa. Segundo a matéria, a ausência do Presidente Wilson foi muito sentida, já que ele ainda estava na Europa, mas entre as figuras mais destacadas estiveram o Vice-Presidente Marshall e esposa, o Secretário da Marinha Daniels e sua esposa, o Secretário do Comércio Redfield, além de diversos diplomatas<sup>131</sup>.

Após deixar a cidade de Washington, o Presidente brasileiro chegou à cidade de Nova Iorque. Depois da recepção, no desembarque, dirigiram-se ao prédio da Prefeitura, onde foram oficialmente recepcionados, em uma cerimônia organizada pelo Prefeito Hylan, que em seu discurso disse ser com um “espírito de sincera amizade que a cidade de Nova Iorque dá as boas-vindas ao visitante oficial, vindo da maior e uma das mais progressivas repúblicas sul-americanas”. Disse ainda ter certeza do desejo do povo norte-americano em atingir uma maior amizade e entendimento mútuo com o povo brasileiro.

O Prefeito ainda fez um breve histórico da amizade entre os dois países, afirmando que os Estados Unidos têm sido um amigo do Brasil desde antes da queda do Imperador. Disse também que Epitácio Pessoa manifestou sua amizade pelos Estados Unidos antes mesmo do convite oficial para visitar o país como hóspede de honra, e que o Pan-americanismo, no seu sentido mais elevado e nos seus mais altos ideais, era tônica de sua política para a América. Terminou o discurso dizendo que a visita do Presidente eleito seria tão agradável para o Brasil quanto proveitosa para os Estados Unidos, e que Epitácio levaria consigo a certeza de que Nova Iorque tinha um verdadeiro interesse na República e em suas instituições livres.

Em resposta ao discurso do Prefeito de Nova Iorque, Epitácio disse que “a atmosfera de amizade que o cercou desde a sua chegada foi muito gratificante” e agradeceu pela receptividade que teve desde a chegada ao país e novamente na recepção organizada pelo Prefeito Hylan, e assegurou que as palavras cordiais que recebeu estão

---

<sup>131</sup> Conforme as matérias publicadas no *The New York Times* “PESSOA PLEDGES TRADE TIES HERE”, e no *The Washington Times* “PESSOA THANKS CAPITAL FOR ITS WELCOME AS HE DEPARTS THIS MORNING”, ambas de 25 de junho de 1919, além de matéria publicada no *The Washington Times, Final Edition*, em 24 de junho de 1919, p. 9.

de acordo com os sentimentos que o Brasil tem pelos Estados Unidos. Após a conclusão do discurso do Presidente eleito, dirigiram-se ao *Waldorf-Astoria*, onde lhe foi oferecido um jantar pelo Comitê de Recepções para Convidados Ilustres de Nova Iorque.



**Figura 29 - Epitácio Pessoa e família são recebidos pelo Prefeito Hylan, na sede da Prefeitura de Nova Iorque. Imagem publicada no *The New York Tribune*, em 29 de junho de 1919, p. 8.**

No jantar, o Prefeito Hylan deu boas-vindas aos convidados e falou da aliança que existiu entre o Brasil e os Estados Unidos durante a recente guerra, mas lembrando das ligações entre Nova Iorque e o Brasil, que remontam ao período que a cidade era conhecida como Nova Amsterdã, sobre como os holandeses deixaram o Brasil após ser expulsos pelos portugueses, instalando-se na cidade, e como poderiam renovar as glórias que libertaram o Brasil, Portugal e Nova Iorque. Em resposta àquela

saudação, Epitácio disse que “o Brasil sempre via os Estados Unidos como um amigo e aliado, sempre admirando sua energia e lealdade, seu respeito pela dignidade e pela honra, que caracterizam os grandes povos”.

Este discurso foi publicado no livro “Diplomacia, Conferência da Paz e Direito Internacional” (Pessoa, 1961, p. 125-126), e como se percebe também na matéria “CITY WELCOME DR. PESSOA A FRIEND OF U.S.”, publicada no *The New York Tribune*, na edição do dia 26 de junho de 1919, página 19, o discurso pronunciado por Epitácio, apresenta os padrões usados nos pronunciamentos durante suas viagens como Presidente eleito. Assim como o discurso pronunciado na recepção do Secretário do

Tesouro, em Washington, Epitácio demonstra novamente através de sua fala, que absorveu os ideais da Conferência da Paz, de expectativa de retorno à normalidade do pré-guerra. De acordo com Epitácio:

*“[...] Five years of war, of a war which will always figure in history as the greatest calamity that ever struck mankind, seemed to upset irreparably the commercial relations between nations; but world progress is returning to its previous course. It will shortly re-acquire its old time splendor.”<sup>132</sup>*

A sua ideia de que o Brasil poderia ajudar na reconstrução mundo pós-guerra aparece de forma clara quando afirmou que o país iria “contribuir para o trabalho da paz e da prosperidade”, e que o objetivo seria cumprido se o Brasil e os Estados Unidos atuassem juntos<sup>133</sup>.

Na quinta feira, dia 26, foi realizado um almoço no Hotel Astor, oferecido pela Sociedade Pan-Americana dos Estados Unidos, onde Epitácio Pessoa foi novamente o convidado de honra. Entre aqueles que deram as boas-vindas ao Presidente eleito estavam o ex-Secretário do Tesouro, Willian G. McAdoo e John Basset Moore, Presidente da Sociedade Pan Americana, que em seu discurso<sup>134</sup> saudou “não apenas o Presidente eleito de uma das maiores nações americanas, mas também o homem que, em virtude de seu caráter e suas realizações, encontra-se entre os primeiros dos grandes homens de Estado das Américas”. Segundo o Presidente da Sociedade Pan-Americana, Epitácio era “um mestre da jurisprudência, um colaborador ao desenvolvimento do Direito nacional e internacional, um orador de renome. Ele mostrou no Ministério e no Senado, e como membro de organismos internacionais, ser possuidor de qualidades mentais e de coração que inspiram confiança, respeito e segurança, seja em sua casa ou fora dela”, e chegou aos Estados Unidos com as credenciais de Chefe de Estado do Brasil, “não apenas como um amigo de um país amigo, mas como uma figura representativa das ideias pela qual a América tem sido até agora identificada de maneira distinta na ordem política e moral do mundo”.

---

<sup>132</sup> Pessoa, E. Obras completas, 1961. V. 14, p.126.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Conforme a matéria “PESSOA SEE TIES BETWEEN AMERICAS”, publicada no *The New York Times*, em 27 de junho de 1919.



**Figura 30 – Recepção no Hotel Astor, em Nova Iorque, no almoço oferecido pela Sociedade Pan Americana em honra de Epitácio Pessoa. A imagem encontra-se em: [http://evandrusdanobrega.files.wordpress.com/2011/05/epitacio-pessoa\\_recepcao-hotel-astor\\_ny\\_26-jun-1919\\_dsc\\_0068.jpg](http://evandrusdanobrega.files.wordpress.com/2011/05/epitacio-pessoa_recepcao-hotel-astor_ny_26-jun-1919_dsc_0068.jpg).**

Em seu discurso de resposta<sup>135</sup>, Epitácio afirma que o que mais o impressionou na recepção ao representante do Brasil foi o espírito de confraternização americana. Para ele as aspirações de liberdade e democracia são características dos povos do continente americano, assim como a similaridade das instituições políticas, as afinidades culturais e as possibilidades de coexistência de interesses comerciais e culturais. Estas impelem todos em busca do grande ideal da solidariedade americana e da união pelo Direito e pela Justiça, que são as bases da paz e do progresso, e para tanto existe a Sociedade Pan-Americana, que vem trabalhando há tempos neste sentido. De acordo com Epitácio, a política externa do Brasil sempre se inspirou nestes sentimentos, buscando um aumento de entendimentos com as nações das Américas, “sem ideias de antagonismo aos povos europeus”, e vendo com simpatia qualquer esforço despendido nesse sentido, seja de Estados, associações ou indivíduos privados, sendo este o motivo pelo qual no Brasil é dado o valor tão elevado à União Pan-Americana. Finaliza

<sup>135</sup> PESSOA, Epitácio. Obras completas, 1961. V. 14, p. 131-132 e também na matéria “AMERICAN HARMONY IS BASIS OF PEACE, ASSERTS DR. PESSOA”, publicada no *The New York Tribune*, em 27 de junho de 1919, p. 11

saudando o Sr. Basset Moore, “cuja contribuição para o Direito Internacional fez muito pelo desenvolvimento do Pan-americanismo e da Sociedade Pan-Americana”.

No dia 27 de junho, Eptácio chega ao Canadá, primeiramente em Toronto e depois vai para Ottawa, de onde retornará aos Estados Unidos, passando por Boston antes de voltar à Nova Iorque. No Canadá, Eptácio Pessoa discursa em duas ocasiões. Na primeira, no discurso<sup>136</sup> dirigido ao Representante do Canadá, agradece à hospitalidade britânica, e diz que o Brasil e a Inglaterra são amigos sempre na busca de todos os princípios liberais, e intimamente ligados por interesses comerciais de toda ordem. No segundo discurso<sup>137</sup>, dirigido ao Primeiro-Ministro do Canadá, novamente enaltece as ligações anglo-brasileiras que unem os dois países, e, em que pese as distâncias que os separam, a amizade cresce cada vez mais, com a chegada de novos e mútuos interesses. Segundo Eptácio, o Brasil é um país novo com vastos campos para as mais diversas produções, com abundância de quedas d'água, com minas ricas em manganês e ouro, bem como em metais ou pedras preciosas. Ainda oferece largas vantagens para a iniciativa estrangeira, bem como para a indústria e para o capital. Diz também que seu Governo dará segurança e prosperidade, e que várias companhias canadenses já operam no Brasil. Por fim, lembra que a guerra trouxe uma estagnação ao comércio mundial, e que com a paz, o comércio e a indústria estão ansiosos para retornar à normalidade. Para ele é chegado o momento dos governos se ajudarem e estreitar as relações de todos os tipos com os países amigos, para participar em toda sua extensão, da prosperidade comum. Neste discurso, em particular, aparece, pela primeira vez, uma questão de interesse particular do Brasil, que diz esperar conseguir os votos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, no reconhecimento do direito brasileiro sobre os navios ex-alemães.

Ao retornar do Canadá, com destino a Nova Iorque, Eptácio Pessoa e sua comitiva fizeram uma parada em Boston, no dia 30 de junho, onde permaneceram por apenas algumas horas, e foram recebidos pelo Prefeito, Andrew J. Peters e pelo Tenente Governador Channing H. Cox<sup>138</sup>. Em seu discurso<sup>139</sup>, Eptácio disse que o Brasil e os Estados Unidos tinham as mesmas aspirações de amizade e os mesmos ideais de justiça.

---

<sup>136</sup> Pessoa, E. Obras completas, 1961. V. 14, p.133-134.

<sup>137</sup> Idem, p. 134-135.

<sup>138</sup> Representando o Governador Coolidge, que estava doente.

<sup>139</sup> Discurso ao Prefeito de Boston (Pessoa, 1961, p. 132-133).

O Brasil, segundo Epitácio, admira o espírito liberal das instituições americanas, sua Constituição, “que pode ser considerada o maior monumento de sabedoria política da história, e o maior título a glorificar um povo que foi capaz de oferecer ao mundo um exemplo de respeito pelos direitos e liberdade do homem”. Diz ainda que o capital americano ajudou a desenvolver economicamente o Brasil, ajudando a alimentar a amizade entre os dois países. Sobre Boston, diz que se orgulha em ver os sentimentos expressados pela cidade, admirada pelo patriotismo e suas virtudes, seu amor pela ordem, pela paz e pelo trabalho, e cujas tradições estão intimamente ligadas à democracia.

No dia 4 de julho são escritos seis telegramas<sup>140</sup>, com destaque para os dois primeiros. No de número 50, escreve ao Presidente do Brasil em retribuição às congratulações recebidas por ocasião da assinatura do Tratado da Paz, saudando a participação do Brasil na elaboração desta grande obra e afirmando que depois de cinco anos as nações civilizadas voltavam ao regime da ordem, direito e justiça. No telegrama nº 51, escreve do transporte *George Washington* ao Presidente Wilson, em resposta à mensagem de que havia sido impossível chegar a Nova Iorque antes de sua partida de volta ao Brasil. Este gesto foi noticiado pelo *The New York Times* no dia 5 de julho, na matéria “DR. PESSOA SAILS TOMORROW – Brazil’s President-Elect Thanks Wilson for Welcome Here”. Neste telegrama Epitácio declarou que estava convencido que era dever dos dois países fortalecer as relações de amizade que já existiam. Neste sentido, afirma:

“Vou cada vez mais convencido de que é dever dos dois governos, já ligados por uma amizade que se tornou tradicional, estreitar o mais possível as relações entre os dois povos, tarefa fácil pelas afinidades de toda ordem, pela comunhão de interesses e pela sincera simpatia já os aproxima. Para isto, basta que os façamos mais conhecidos um do outro, mostrando as vantagens que os dois países se podem oferecer reciprocamente e os resultados que lhe advirão da propugnação de interesses que se não colidem e antes se combinam e se completam.”<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> No telegrama 52, escreve ao Ministro Brasileiro em Bruxelas, agradecendo telegrama recebido, e solicitando que agradecesse aos reis da Bélgica que guarda da visita àquele país a “mais grata recordação”. No telegrama 53, para o Vice-Cônsul do Brasil em Chicago, avisando que não teve tempo de visitar Chicago já que embarcaria para o Brasil dentro de cinco ou seis dias. O Telegrama nº 54 foi endereçado a Pandiá Calógeras, que estava com a delegação Brasileira em Paris, pedindo que repetisse algumas partes de telegramas enviados ao Ministério do Exterior, pois haviam chegado truncados. O telegrama nº 55 foi o último a ser enviado no dia 4, e foi direcionado ao Prefeito Kiel, de *Saint Louis*, lamentando que alguns imprevistos impossibilitaram a visita àquela cidade, e agradecendo a recepção que lhe havia sido preparada (Pessoa, 1961, p. 66-68).

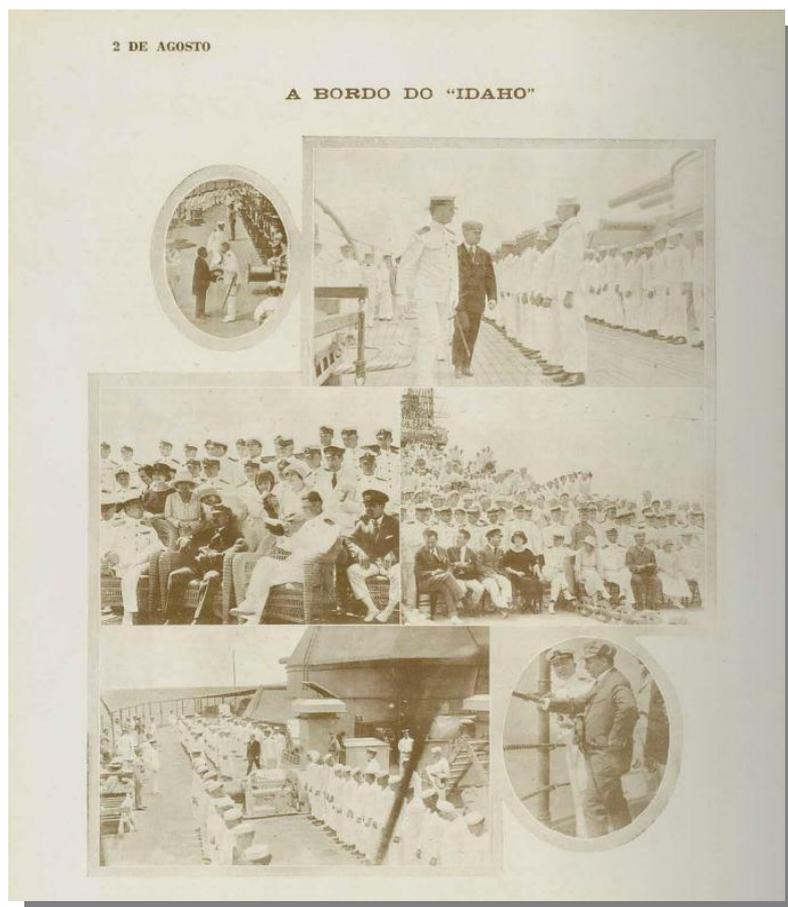
<sup>141</sup> Idem, p. 66-67.

Já no dia 5 de julho são enviados quatro telegramas. O primeiro, de número 56, foi endereçado ao Presidente do Brasil comunicando da sua partida no dia seguinte, a “bordo do  *dreadnought*  americano IDAHO”, esperando chegar no dia 21 de julho.

Da mesma maneira foi o telegrama de número 57, enviado ao Ministro do Exterior. No telegrama nº 58, escreve ao Presidente do Estado de Sergipe, retribuindo as congratulações da assinatura do Tratado da Paz. O telegrama seguinte, de número 59, foi para Pandiá

Calógeras, parabenizando pela assinatura do Tratado da Paz e agradecendo a colaboração dos colegas auxiliares que ajudaram a Delegação a ter sucesso em seus trabalhos.

No dia 6 de julho, antes de partir, escreve para seu correligionário, Camilo de Holanda, Presidente do Estado da Paraíba, dizendo que seguia naquele dia a bordo do  *dreadnought*  IDAHO, com destino ao Rio de Janeiro, mas que abriria exceção apenas à Paraíba, onde chegaria entre os dias 17 ou 18 de julho, mas que partiria no mesmo dia à noite, devido à urgência em chegar à Capital Federal. Nos dias 9 e 10 de julho, já a bordo do  *U.S.S Idaho* , Epitácio escreve os dois últimos telegramas, de números 61 e 62, antes de voltar ao Brasil.<sup>142</sup>



**Figura 31 - Aspectos da chegada à bordo do Idaho. Destaque para a recepção de Epitácio Pessoa pelo Almirante Vogelgesing e apresentação à guarda formada em continência. In: O Malho, edição 881, 1919, p. 19.**

<sup>142</sup> No telegrama 61, no dia 9 de julho de 1919, para Pandiá Calógeras, dizendo que estava ciente do telegrama dirigido ao Ministro do Exterior. No dia seguinte escreve o telegrama nº 62, direcionado a

No dia 10 de julho, Epitácio consegue, de forma unânime, o reconhecimento de poderes, que havia sido adiado intencionalmente para as proximidades de seu regresso. Esta unanimidade aconteceu devido ao fato de Rui Barbosa ter sido demovido de sua atitude de oposição por amigos e pessoas próximas, fato que possibilitou a seus partidários votar pelo reconhecimento de Epitácio Pessoa (Gabaglia, 1951, p. 331).



**Figura 32 - Imagens à bordo do Idaho, com aspectos do dia da festa pela passagem pela linha equatorial. In: O Malho, edição 881, 1919, p. 31.**

Ipanema Moreira, encarregado de Negócios Brasileiros da Embaixada Brasileira em Washington, solicitando duas cópias do *American Annual Report Shipping Board* destacando suas atividades funcionais durante a guerra (Pessoa, 1961, p. 68-69).

### 5.2.2 - Brasil

“O Regresso de S. Ex. Para trazê-lo foi necessário o maior navio do mundo”. Foi com essa manchete que, no dia 26 de julho de 1919, a revista “O Malho”, em sua edição nº 880, publicou em sua capa a notícia sobre o regresso de Epitácio Pessoa, o Presidente-eleito ao Brasil.

A chegada ao Brasil aconteceu, efetivamente, no dia 17 de julho de 1919, tendo como primeira parada a Paraíba, e foi noticiada pelo *The New York Times* em duas matérias publicadas nos dias 19 e 20 de julho daquele ano.

Na primeira reportagem, intitulada “DR. PESSOA VISITS BIRTHPLACE”, o

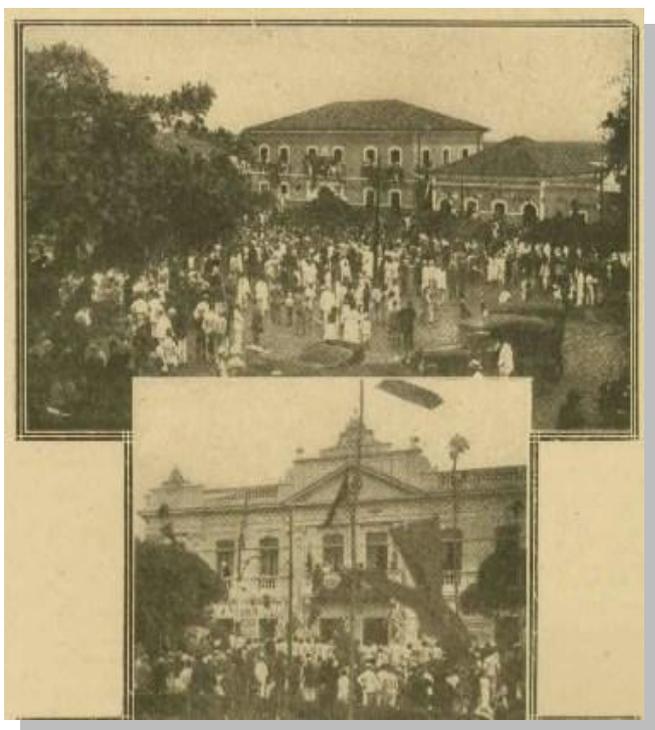
jornal informa que o navio americano *U.S.S. Idaho*, levando o Presidente eleito do Brasil de Nova Iorque ao Rio de Janeiro fez uma parada na costa do estado da Paraíba, para que Epitácio passasse o dia em sua terra natal, e que ele retornou ao navio à noite para dar continuidade a sua viagem em direção ao sul, com expectativa de chegar à Capital Federal no dia 22 de julho.

Informou ainda que uma grande recepção estava sendo preparada para as boas-vindas ao Presidente eleito e sua família. Na segunda matéria, intitulada “PESSOA VISITS BIRTHPLACE – Giving Picture of Wilson to Brazilian State an Incident”, o jornal informa que Epitácio teve uma recepção calorosa na Paraíba, sua terra natal, e que o propósito de sua visita seria atender ao convite de seu lugar de nascimento no seu



**Figura 33 - Capa da revista "O Malho" com referência à viagem de Epitácio Pessoa no retorno ao Brasil. In: O Malho, edição 880, julho de 1919.**

retorno da Europa e dos Estados Unidos. Afirma ainda que o *U.S.S. Idaho* ancorou a três milhas da costa e que o Presidente desceu em Cabedelo, chegando à Paraíba<sup>143</sup> em um trem especial, sendo recebido por Camilo de Holanda, Presidente do Estado, que ofereceu ao Presidente eleito uma brilhante recepção com ruas e casas decoradas com bandeiras. Estavam presentes à cerimônia autoridades civis e militares, homens de negócios e cônsules estrangeiros. O Governo de Pernambuco destacou um regimento de cavalaria para a guarda pessoal do Presidente eleito. Ainda segundo a matéria, um dos pontos altos do dia foi o oferecimento ao Estado da Paraíba de uma fotografia do Presidente Wilson tirada por Arminius T. Haeberle, Cônsul Americano, e que foi colocada no Palácio do Governo.

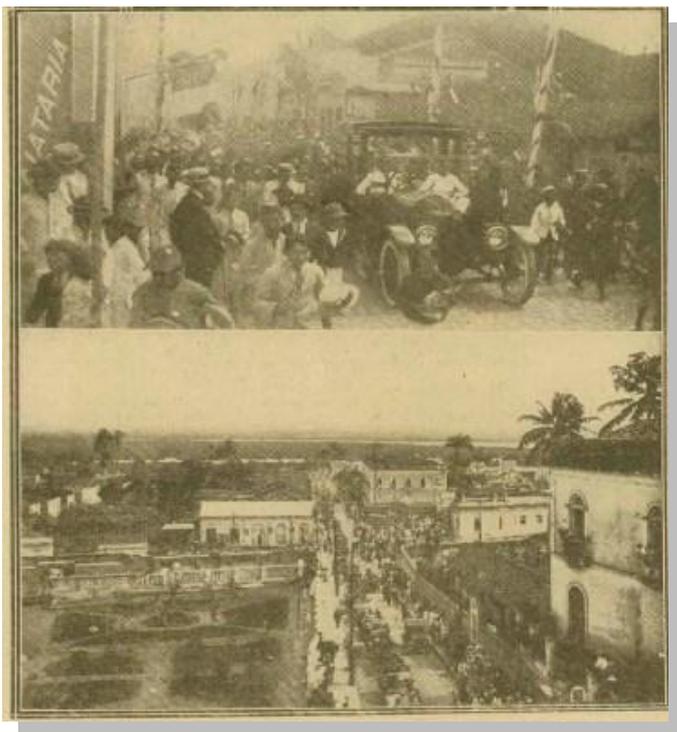


**Figura 34 - Aspectos da recepção que teve o Presidente-eleito, em sua passagem pela Paraíba. In: revista "O Malho", nº 885, 1919, p. 35.**

Segundo Fernando Melo (2005, p. 126-127), a razão da visita foi o fato de o Presidente eleito ser o patriarca político do Estado da Paraíba. Para o autor, os partidários paraibanos de Epitácio viam na ascensão de seu chefe político à presidência a confirmação de suas expectativas, não se revelando incompatível com o papel de líder da oligarquia dominante no estado. Para o autor, o papel político de Epitácio, ignorado pela imprensa internacional que cobria a Conferência de Versalhes, teria sido um contraponto fascinante para os leitores da Europa e dos Estados

Unidos, pois seu comportamento como chefe partidário estadual era uma contradição ao liberalismo que ele demonstrava. Para os leitores estrangeiros, este comportamento seria incompreensível. Todavia, para os brasileiros, este duplo papel era admitido com tranquilidade, por ser esta uma condição da chamada “era das oligarquias” do sistema sóciopolítico brasileiro naquele tempo.

<sup>143</sup> Capital do Estado, atual João Pessoa e à época denominada Parahyba.

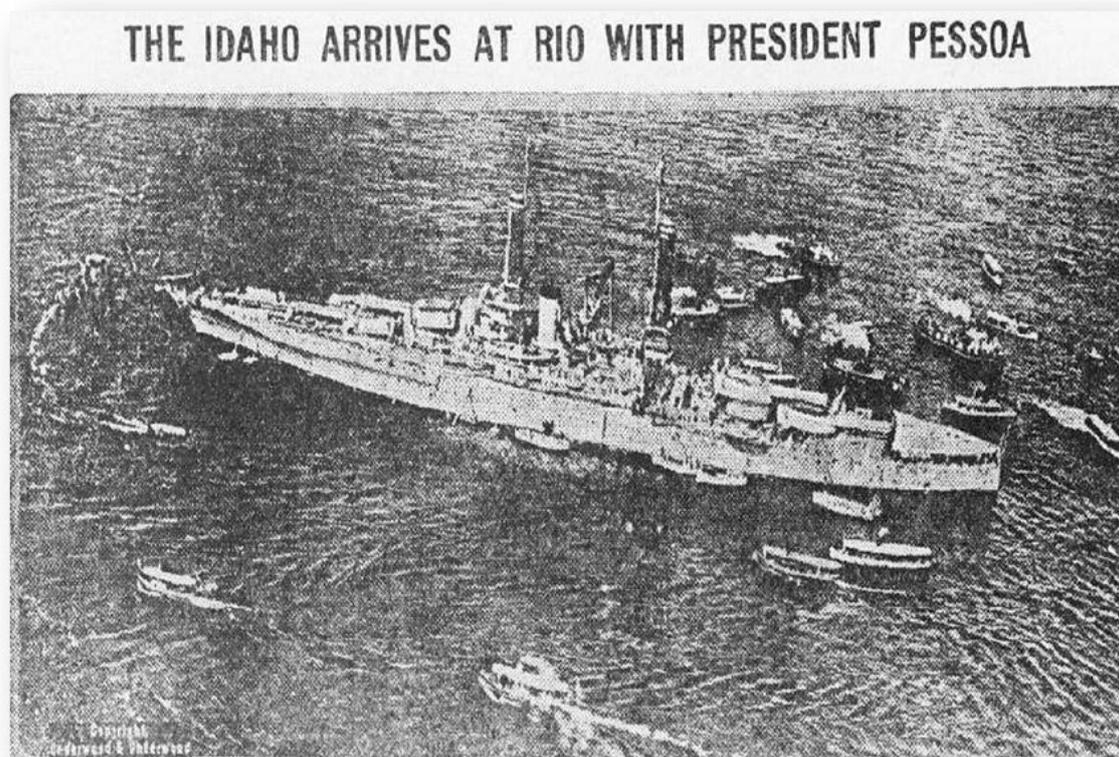


**Figura 35 - Aspectos da recepção que teve o Presidente-eleito, em sua passagem pela Paraíba. In: revista "O Malho", nº 885, 1919, p. 35.**

No mesmo dia em que desembarcou na Paraíba, foi publicado no jornal “Imparcial” o “Manifesto à Nação” de Rui Barbosa, um documento que, segundo Gabaglia (1951, p. 331-332), “encerra, juntamente com o relato minucioso das manobras políticas que, a seu ver, lhe comprometeram a eleição e com a ressalva calorosa do que chama a sua vitória moral, uma bela homenagem ao candidato vencedor”.

Quatro dias depois o Presidente eleito chega ao Rio de Janeiro a bordo do navio norte-americano *U.S.S Idaho*. A recepção a Epitácio Pessoa fora planejada com antecedência, conforme carta<sup>144</sup> enviada por Eusébio M. da Rocha a André Gustavo Paulo de Frontin, em 15 de junho de 1919, cientificando-o do plano para a recepção. No anexo da carta está expresso o desejo de homenagear o Presidente eleito com uma procissão “de toda família operária”, em reconhecimento pela atitude patriótica apresentada por Epitácio no Congresso da Paz. O autor da carta afirma que a situação do Brasil à época era de angústia e que a miséria e a fome batiam a porta do lar operário, e que a ascensão de Epitácio à Presidência, sem compromissos políticos, era uma esperança, e por este motivo desejavam homenageá-lo com flores no cais e nos locais por onde o Presidente passaria. Também estava programado que haveria apenas quatro breves discursos: um do representante do operariado, um da imprensa, um dos conservadores e outro de um representante do povo em geral.

<sup>144</sup> FRONTIN, André Gustavo Paulo de Frontin, conde de; ROCHA, Eusébio M. da; PESSOA, Epitácio da Silva - Carta cientificando-o do plano para recepção a Epitácio Pessoa, o Embaixador da Paz, quando da sua chegada ao Rio de Janeiro. Anexo: Programa de recepção a Epitácio Pessoa. Em IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Ficha catalográfica: fundo (arquivo) Notação final: DL1295.063



**Figura 36 - Vista aérea da saudação de pequenas embarcações ao *U.S.S. Idaho* trazendo Epitácio Pessoa, o Presidente eleito do Brasil, na chegada ao porto do Rio de Janeiro. Imagem publicada no "*The Rice Belt Journal*", em 13 de setembro de 1919, p. 2, e no "*Abbeville Progress*", de 13 de setembro de 1919, p. 6.**

Conforme planejado, em 21 de julho de 1919, o navio americano foi escoltado pelos navios de guerra brasileiros ao entrar na baía da Guanabara, que estava repleta de embarcações embandeiradas, e pouco depois, no meio de aclamações vindas do mar e de terra, o novo Presidente da República pisou o solo brasileiro (Gabaglia, 1951, p. 317). Naquele momento Epitácio Pessoa teve sua última recepção como Presidente eleito, desta vez em seu país.

A recepção entusiasmada dos brasileiros ao seu Chefe de Estado foi noticiada em 22 de julho de 1919 pelo jornal *The Washington Times, Final Edition*, sob o título "*ENTHUSIASTIC WELCOMES GREET PESSOA ON RETURN*", que afirma ter o Rio de Janeiro expressado todo seu entusiasmo quando o *U.S.S. Idaho* ancorou trazendo o Presidente eleito.

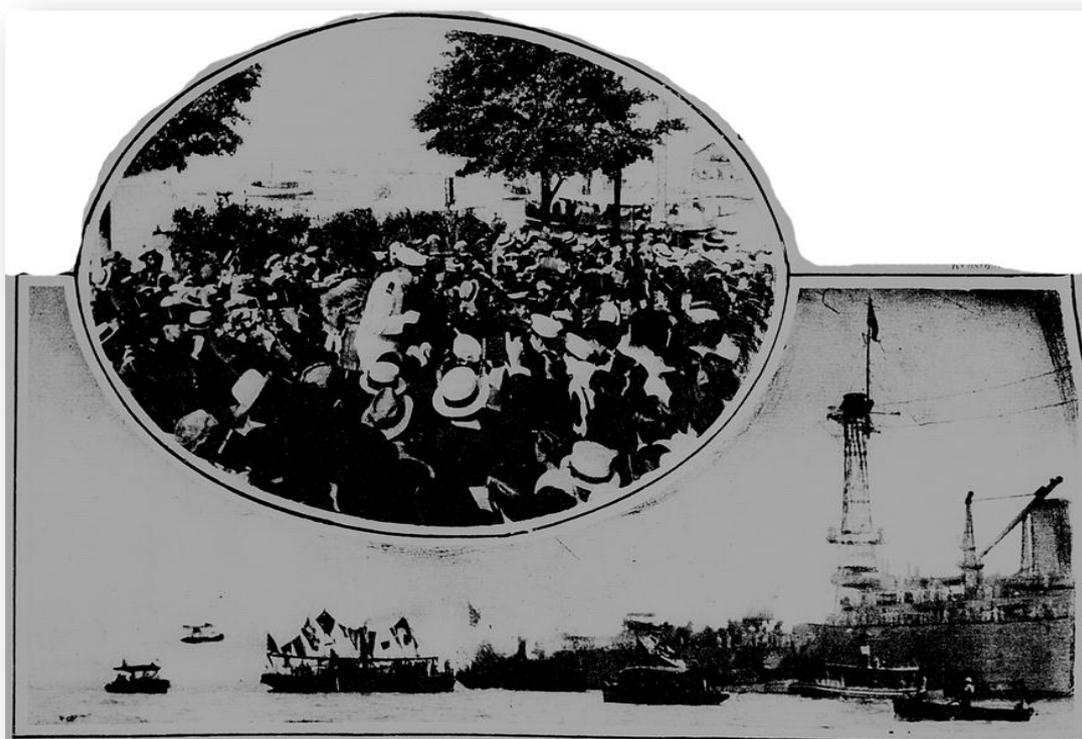
Este entusiasmo podia ser explicado pela condição que Epitácio Pessoa assumiria a Presidência da República, com a obrigação de conquistar para o país o seu lugar no mundo em transformação social, ao mesmo tempo em que o Brasil sofria no seu consumo, no seu comércio, nas suas indústrias e no transporte de sua produção, a

influência da Guerra. Era sua obrigação, dali em diante, equilibrar as finanças e incentivar a produção, resolver os problemas de logística e transporte, além de defender nossas vantagens comparativas, diante das novas condições econômicas do pós-guerra. Para tanto, deveria lançar mão de sua condição “independente”, conforme externado por Rui Barbosa em seu “Manifesto à Nação”.

Neste documento Rui Barbosa afirma:

“Timbra o Sr. Epitácio Pessoa em reiterar a declaração de que está sem compromissos. Sendo assim, teremos pela primeira vez um Chefe de Estado que não vai ao poder com as mãos atadas pelas facções. Desta predestinação raríssimos homens terão gozado alhures. No Brasil ainda ninguém”.<sup>145</sup>

Após sua posse em 26 de julho de 1919, Epitácio Pessoa tornou-se o décimo primeiro Presidente do Brasil, para governar o país no triênio 1919 -1922.



**Figura 37 – Chegada de Epitácio Pessoa ao Rio de Janeiro a bordo do *U.S.S. Idaho*. Em destaque as boas-vindas do povo brasileiro. Ao lado do Presidente está o Capitão Vogelgesang, do Idaho. Imagem publicada no *The New York Tribune*, em 31 de agosto de 1919, p. 5.**

<sup>145</sup> “Manifesto à Nação” de Rui Barbosa *apud* Gabaglia, 1951, p. 332.



**Figura 38 - Imagens da chegada do Presidente-eleito, Epitácio Pessoa, à Capital Federal. Publicado na revista "O Malho", nº 880, 1919, p. 24.**

## 6.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Brasil encontrava-se representado na Europa ao lado das nações vencedoras. A Conferência da Paz foi a oportunidade perfeita para as pretensões brasileiras nas relações internacionais. Sua participação em Versalhes foi o retrato fiel do que era a política externa brasileira na época, que, segundo Garcia (2005, p. 137), “era o resultado da mútua interação entre o discurso idealista-principista (legado de Rui Barbosa) e uma visão realista pragmática das relações internacionais (legado do Barão do Rio Branco)”.

Conforme Streeter (2010, p. 89), não era incomum no século XIX que os brasileiros fossem confundidos com seus vizinhos de origem hispânica, e embora o conhecimento de diferenças tenha melhorado por volta de 1919, muito devido aos contatos comerciais, o país ainda era conhecido pelos muitos europeus como quente, cheio de doença, inculto e sujo. Somado a isso, o fato do Brasil possuir uma população de ex-escravos também ajudou a diminuir a sua estatura aos olhos dos europeus. Para o autor, o prestígio internacional de estadistas eruditos como Rui Barbosa ajudou a alterar a imagem estereotipada, enquanto Rio Branco fazia um esforço para melhorar a imagem do País.

Corroborando este entendimento, Clodoaldo Bueno afirma que a posição brasileira em Haia, através de Rui Barbosa, em relação à oposição do Brasil à classificação das nações proposta pelas grandes potências, teve um forte efeito catalisador que possibilitou a Rio Branco ter, internamente, um forte apoio de opinião, e “louvando-se o gênio do estadista que elevou o nome do Brasil no apreço das nações civilizadas e defendeu a solidariedade continental”. Para o autor, Rio Branco procurou transmitir para as grandes potências, naquela ocasião, que o Brasil, “integrante da desconhecida América Latina, era habitado por um povo culto, forte e bem organizado” (Bueno, 2003, p. 359).

É impossível, portanto, dissociar as viagens de Epitácio Pessoa pela América e pelo Velho Continente do aumento do prestígio do Brasil, mesmo que em escala diferente nas percepções nacionais e internacionais. Para as pretensões do Brasil o resultado da atuação de Epitácio como chefe da Delegação Brasileira à Conferência da Paz foi imediato. O lugar conquistado no Conselho da Liga das Nações, a vitória na questão do café, o sucesso na partilha dos navios ex-alemães e o fato do país ter

participado da redação do Tratado de Paz deixavam o país em uma posição confortável em relação aos seus vizinhos sul-americanos e aos demais países. Para Epiácio Pessoa, enquanto tomador de decisão, o nível de recepção ofertado à comitiva brasileira nos países visitados, tanto popular como oficial, deixava claro, também, que haviam sido alcançados ganhos de prestígio. Aquela jovem República da América do Sul mostrara-se amigável e afinada com os interesses Aliados, consciente do seu papel de potência agroexportadora, disposta a ajudar na reconstrução dos estragos causados pela Primeira Guerra Mundial, mas também em buscar uma maior participação na resolução das questões mundiais. Como afirma Eugênio Garcia (2005, p. 138), o “Brasil prestava sua solidariedade às grandes potências europeias aliadas da véspera, ao mesmo tempo em que se identificava com as potências menores na reivindicação de princípios *in abstracto*, o que lhe permitia atuar em certos temas como um agente de conciliação ou mediador entre dois grupos de países”.

A busca por prestígio internacional teve início como padrão na política externa brasileira desde o desejo brasileiro em sediar a 3ª Conferência Internacional Americana, em 1906, no Brasil, quando Rio Branco aspirava elevar o prestígio do Brasil com uma concepção derivada do fato de que o país ocupava uma posição diferenciada no contexto latino-americano e que ao país cabia exercer um papel de liderança, procurando imitar os Estados Unidos no segmento sul do continente, tendo como intenção alargar o horizonte internacional do Brasil e ingressá-lo na *grande politique*. De acordo com Rio Branco, em artigo publicado àquela época no *Jornal do Commercio*, para justificar os elementos que davam ao Brasil o *status* de grande potência<sup>146</sup>, o interesse político brasileiro estava em outra parte e não mais apenas nas rivalidades com os países sul-americanos, com os quais o Brasil mantinha simpatias, mas sim “na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”, (Bueno, 2003, p. 136-137).

O que se percebe na atuação diplomática de Epiácio Pessoa é que após sua passagem pela Europa e pelos Estados Unidos o país chegou ao auge do seu prestígio

---

<sup>146</sup> Segundo Bueno (2003, p. 137), Rio Branco escreveu no *Jornal do Commercio*, sem assinar a matéria, que o Brasil interveio nas questões do Prata, pelas armas e pela diplomacia, sem aumentar seu território, e mesmo tendo há muito tempo terminado sua intervenção no Prata, o Brasil não tinham mais o que fazer na vida interna das nações vizinhas.

internacional. Naquele momento histórico, concretizava-se na Política Externa brasileira o sonho do Barão do Rio Branco em ver o Brasil envolvido nas questões mundiais.

Todavia, segundo Michael Streeter, o mais importante para o Brasil, em termos de interesse mundial, foi ter sido nomeado ao primeiro Conselho da Liga das Nações, um dos poucos resultados tangíveis do Tratado com evidentes implicações internacionais. Para o autor, em que pese o fato de ter sido criticado por sua abordagem egoísta na Conferência, o Brasil, pelo menos deu uma pequena, e notável, contribuição para a Liga, sendo este um sinal de que o caminho estabelecido por Rio Branco em direção a uma maior disponibilidade para desempenhar um papel no cenário mundial ainda estava sendo seguido, e que o nível de habilidade de negociação e de conhecimento jurídico empregado por Epitácio na Conferência da Paz foi, aliado à ajuda norte americana através de Woodrow Wilson, fundamental para este sucesso. (Streeter, 2010, p 119).

Epitácio Pessoa imprimiu um estilo diplomático característico, conforme se observa na sua atuação na Conferência da Paz e nas viagens enquanto Presidente eleito. Agiu como um estadista, afeito às questões mundiais e realista nas suas análises, pois tinha consciência da posição brasileira nas relações internacionais, empregando, naquele jogo político, os padrões da política externa brasileira, que nortearam sua conduta, buscando maximizar os ganhos relativos que aquela posição de destaque poderia trazer para o seu governo. Procurou traduzir para seus atos de política externa os ideais liberais em voga na Conferência da Paz, que acabariam por conduzir seu governo a buscar nos valores do passado pré-guerra, as diretrizes políticas do seu governo, e que encontravam guarida na sua formação crítica positivista. Conforme explicado no segundo capítulo, item 2.1, esta formação positivista tinha um apelo entre os membros da elite brasileira desde o Império, que desejavam desenvolvimento econômico sem mobilização social, por achar que a grande massa da população brasileira era despreparada para exercer a plena participação social, e porque entendiam que o aspecto autoritário do Positivismo era o modelo de modernização que concentrava o poder nas mãos da elite.

Da mesma forma que Rui Barbosa percebeu que a Conferência da Paz era uma *oligarquia das grandes potências*, Epitácio Pessoa também o fez. Todavia, diferentemente de Rui, que era contra a classificação hierárquica dos países e a subordinação do Brasil em aceitar, para ele, essa condição, Epitácio, um aristocrata na

essência e formação, pensou que o Brasil, independentemente de ser “povo de soberania subalterna” como achava Rui Barbosa, poderia tirar proveito da situação, dialogando, primeiramente como líder dos pequenos estados, e depois maximizando os ganhos que sua posição lhe oferecia. Consciente de suas vantagens comparativas o Brasil dialogava com as grandes nações.

Ao adquirir prestígio na Conferência da Paz e após as visitas e receptividade dos países europeus e da América do Norte, o Brasil demonstrava uma maturidade natural para a elite oligárquica que conduzia a Jovem República, moderna, mas dependente, que mudou de posição no concerto das nações, ao ligar o pan-americanismo aos laços culturais e econômicos que o Brasil mantinha com a Europa desde o período colonial. Do pan-americanismo de Joaquim Nabuco, ao universalismo de Rui Barbosa, passando pela consolidação dos padrões de Rio Branco na política externa brasileira, o Brasil da Primeira República, no momento em que Epiácio Pessoa na condição de presidente-eleito, desembarcou no Rio de Janeiro para assumir a Presidência da República, não era mais o país que ele havia deixado em janeiro de 1919, mas sim a grande nação da América do Sul, com participação efetiva nas grandes questões mundiais. O padrão aristocrático da República Velha, que distanciara o país daquele isolacionismo político do Império, colocou o Brasil em uma posição de maior prestígio nas relações internacionais e nas relações comerciais após a Primeira Guerra Mundial, de maneira coerente com a percepção de mundo daquela época.

Diante destes fatos, o que se percebe da passagem do Presidente eleito pela Europa e pela América, é que podem ser identificadas algumas condutas semelhantes na recepção à comitiva brasileira, por parte dos países visitados e que se apresentavam como padrões: cordialidade, tanto oficial quanto popular, interesse na figura do Presidente eleito do Brasil e, principalmente, interesses comerciais de ambas as partes. Também ficou claro que a visita àqueles países, para a política externa desenvolvida por Epiácio Pessoa, representava um “diálogo entre grandes”. Pode-se concluir, portanto, que o Brasil nunca tivera oportunidade de dialogar, na história republicana, diretamente com todas as grandes potências europeias, além dos Estados Unidos, através de seu representante máximo e em condições tão favoráveis.

## 7.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus problemas, 3ª Ed. João Pessoa-PB: A União – Cia. Editora, 1980.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Formação da diplomacia econômica no Brasil – as relações econômicas internacionais no império. São Paulo: Editora Senac-SP, 2001.

\_\_\_\_\_. Relações internacionais e política externa do Brasil - história e sociologia da diplomacia brasileira, - 2ª edição ver. Ampl. Atual. – Porto Alegre/RS: Ed. Da UFRGS, 2004.

ALVES, Rodrigues. Mensagem Presidencial, Rio de Janeiro, 1906 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1295/000026.html>).

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva - 4a ed. revista e ampliada. - Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Prefácio de Antonio Paim. Trad. Sérgio Bath. 1ª edição, Brasília. Editora Universidade de Brasília, Instituto de pesquisas de relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2002.

ATKINS, G. Pope. Encyclopedia of the inter-American system. Greenwood Publishing Group, 1997.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. 44ª edição – São Paulo, Ed. Globo, 2005.

BAUM, Loreta. German Political Designs with Reference to Brazil. reprinted from The Hispanic American Historical Review, Vol 11, No. 4, November, 1919.

BARACUHY, Braz. Vencer ou perder: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926), Brasília, FUNAG, 2005.

BENTLEY, E. C. Peace year in the city, 1918-1919, first published in 1920 – Ed. Bibliolife, Lexington, USA, 2011.

BEST, Antony. International History of the twentieth century. 2º Ed. Routledge, London, 2004.

\_\_\_\_\_; MAIOLO, Joe; SCHULTZE, Kirsten - Conflict and Change: An International History of the Twentieth Century, London: Routledge, 2003. Revised and updated edition 2008.

BETHELL, Leslie. Brazil: empire and republic, 1822-1930. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1999.

BUENO, Clodoaldo. Política Externa da primeira República: os anos do apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil, Ed. Ilustrada. Brasileira. Vol. 42. 1945, Biblioteca Pedagógica Brasileira.

\_\_\_\_\_. Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...), 2ª Edição, Companhia Editora nacional, 1936, São Paulo.

CARR. E. H. Vinte Anos de Crise 1919 – 1939. Uma Introdução ao estudo de Relações Internacionais. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2001. 2ª edição.

CARDIM, Carlos Henrique. A raiz das coisas. Rui Barbosa: O Brasil e o Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Carlos Delgado de, 1884-1980. História Diplomática do Brasil. Ed. Fac. Similar. Brasília. Senado federal, 1998.

CARVALHO, Afrânio de. Raul Soares: um líder na República Velha; Rio de Janeiro: editora Forense, 1978.

CERVO, Amado Luis (org.) O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1994.

CERVO, Amado Luís. “Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)”. IN: Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947) (RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma / José Flávio Sombra Saraiva org.) – Brasília: IBRI, 2001. Pp. 59-103.

CERVO, Amado Luís e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. – 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. Editora Ática, São Paulo, ano 2000.

CONSELHO AOS GOVERNANTES, Isócrates... [et al.]. – 4ª impressão. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

COPPENS, Chris - Leuven University Library, 14252000: Sapiientia Aedificavit Sibi Domum (Varia Lovaniensia), Cornell University Press; 1 edition, 2005.

DANESE, Sérgio – Diplomacia Presidencial: história e crítica – Topbooks Editora e Distribuidora de Livros: Rio de Janeiro, 1999.

DUROSELLE, J.B. Todo Império Perecerá. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FAORO, Raymundo – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4ª Ed. Porto Alegre, Globo, 1977.,

FEBVRE, Lucien. História - organizador (da coletânea) Carlos Guilherme Mota; tradução: Adalberto Marson, Paulo de Salles Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas. – São Paulo-SP: Ed. Ática, 1978.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. História da Paraíba, 6ª edição, João Pessoa-PB, A União – Cia. Editora, 1987.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 34 ed. – São Paulo-SP : Companhia das Letras, 2007.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. Epitácio Pessoa (1865-1942), Edição Ilustrada, 1º e 2º Volumes. Livraria José Olympio editora, 1951.

GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder. 2º ed. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília: ed. Universidade de Brasília, FUNAG, 2006.

\_\_\_\_\_. Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)/ organização Eugênio Vargas Garcia. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GIDDINGS, Franklin H. A Theory of History. Source: Political Science Quarterly, Vol. 35, No. 4 (Dec., 1920), pp. 493-521. Published by: The Academy of Political Science. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2142424> Accessed: 25/04/2010 14:55.

GOFFREDO JÚNIOR, Gustavo Sénéchal de, Entre Poder e Direito: A Tradição Grotiana da Política Externa Brasileira, Brasília, Ed. FUNAG, 2005.

GONÇALVES, Marcos. As tentações integristas: Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908- 1937). Tese de Doutorado, UFPR, 2009.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais. 2ª Edição, Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência, In: Convergência Lusíada: Revista do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, nº 24, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Antônio Sandoval, TONETO JR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea – 3ª edição – São Paulo: Atlas, 1999.

HILTON, Stanley E. Brazil and the post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 12, nº 2 (nov. 1980), pp. 341-364.

HOBBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade (tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 1902-1982. Raízes do Brasil; organização Ricardo Benzaquem de Araújo, Lília Moritz Schwarcz. Ed. Ver. – São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

JOLL, James; MARTEL, Gordon – The rigins of the first world war. 3<sup>rd</sup> edition, Pearson- Longman, UK, 2007.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A crise do século XX – Editora Ática. São Paulo – SP, 1988.

KIRGIS, Frederic L. The American Society of International Law´s First Century 1906-2006. Martinus Nijhoff Publishers, Netherlands, 2006.

LAFER, Celso (1967). “Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, X (39-40): 81-100.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2001.

LESSA, Antônio Carlos, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, número especial 40 anos, IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). In: Revista Brasileira de Política Internacional, número 48, IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LYRA, Heitor. História Diplomática e política internacional (Ensaio). Ed. Civilização brasileira S/A, 1941, Rio de Janeiro.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. História Econômica, 3ª Ed. 1975, Editora Sugestões Literárias S.A., São Paulo-SP.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

MARVIN, Francis Sydney. The Century of Hope, a Sketch of Western Progress from 1815 to the Great War, Illustrated Edition, General Books LLC, 2009.

MCDONOUGH, Frank. The Origins of the First and Second World Wars (Cambridge Perspectives in History) - Cambridge University Press, 1997

MELO, Fernando. Epitácio Pessoa: uma biografia. João Pessoa-PB: Ideia, 2005.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. O direito internacional público em transformação. São Paulo, Ed. Resenha Universitária; Rio de Janeiro, PUC, Instituto de Relações Internacionais e de Direito Comparado, 1976.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba, 7ª Ed. Editora. João Pessoa-PB: A União – Cia. Editora, 2002.

MILZA, Pierre. As relações internacionais de 1918 a 1939. Editora Edições 70, LDA; Lisboa, 2007.

MOMBAUER, Anikka. The Origins of the First World War: Controversies and Consensus (Making History). Pearson–Longman, 2002

MULLIGAN, William. The Origins of the First World War (New Approaches to European History) – UK, Cambridge University Press; 1<sup>st</sup> edition, 2010

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005 – 5ª reimpressão.

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de, Actos Diplomáticos do Brasil: tratados do período colonial e vários documentos desde 1493, tomo II, 1871 a 1912, edição fac-símilar, Brasília: Senado Federal, 1997.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: A atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2005: Programa de Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP.

PESSOA, Epiácio. Conferência da Paz, Diplomacia e Direito Internacional Editor: Rio de Janeiro/RJ: INL, 1961. 220 p. Série: Obras Completas de Epiácio Pessoa, Vol. XIV

\_\_\_\_\_. Miscelânea. Rio de Janeiro/RJ: INL, 1956. 185 p. Série: Obras Completas de Epiácio Pessoa, V. XX.

\_\_\_\_\_. Pela Verdade - TOMO I - Rio de Janeiro/RJ: INL, 1957. 585 p. Série: Obras Completas de Epiácio Pessoa, V. XXI

\_\_\_\_\_. Pela Verdade - TOMO II - Rio de Janeiro/RJ: INL, 1957. 585 p. Série: Obras Completas de Epiácio Pessoa, V. XXII

PESSOA, Epiácio. Projecto de código de direito internacional publico, delegado do Brasil na Comissão de Juristas encarregada da codificação do Direito Internacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1911.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

PRAZERES, Otto. *A Liga das Nações*. Rio de Janeiro-RJ: Imprensa Nacional, 1922.

RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. IN: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: NUPRI-USP / Cultura Editores Associados, 1996. Pp.: 37-60 – Nota da pg. 40-41.

ROBINSON, Stuart. *The First War – seminar studies in history*, 2nd ed. Pearson–Longman, 2007.

RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio/introduzido por Howard Woodhouse; tradução Pedro Jorgensen Júnior; - Rio de Janeiro: Sextante, 2002.*

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. O Brasil entre a América e a Europa: O império e o antiamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington) – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. HISTÓRIA, SÃO PAULO, V.24, N.1, P.11-39, 2005.

SILVA, Hélio. O Brasil e a 1ª Grande Guerra: 1915-1919. 3ª Ed. São Paulo-SP, Editora Três, 2004.

\_\_\_\_\_. História da República Brasileira – O levante da escola militar (1910-1922), Ed. Três, 1998, São Paulo, SP

SKIDMORE, Thomas E. – Black into white: race and nationality in Brazilian thought – fifth printing, 2005, Duke University Press.

\_\_\_\_\_. - Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964), 5ª Ed., Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1976.

SMITH, Joseph. Unequal Giants: Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930, University of Pittsburgh Press, 1991

SMITH, Joseph. Brazil and the United States: Convergence and Divergence, University of Georgia Press, 2010.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, Henry W.; SAPIN. Foreign Policy Decision-Making (Revisited). New York: The Free Press of Glencoe, [1962]. With new chapters by Valery Hudson, Derek H. Chollet and James M. Goldgeier. Palgrave Macmillan, 2005.

STEVENSON, David. Cataclysm: The First World War as Political Tragedy. NY, Basic Books, 2004

STOESSINGER, John G. O Poder das Nações: a política internacional de nosso tempo / Tradução: Jamir Martins. Editora Cultrix: São Paulo, 1978.

STONE, Norman. World War One : A short history. London : Penguin books, 2008.

STRACHAN, Hew. The Oxford Illustrated History of the First World War - Oxford University Press, UK, 2000.

\_\_\_\_\_. The First World War, Volume One: To Arms – Oxford University Press OUP Oxford; New Ed edition, UK; 1998.

STREETER, Michael. Epitácio Pessoa: Brazil. Makers of the Modern World: The peace conferences of 1919-23 and their aftermath. Londres: Haus Publishing, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (1899-1918). Ministério das Relações Exteriores. Brasília – 1986.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, Geraldo José. Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte. Gráfica Nordeste, Sebo Vermelho Edições. Natal-RN, 2004.

UGALDE, Luis. Gomecismo y la política panamericana de Estados Unidos, Edição ilustrada 7 de Colección Histórica Editora Universidad Católica Andrés, 2005.

VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil, Edições Melhoramentos. Coleção História Geral do Brasil, 1951.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. O Brasil e a primeira guerra mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências. – Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

YURDUSEV, A. Nuri. International relations and the philosophy of history : a civilizational approach. Palgrave Macmillan. 2003.

#### **Arquivos da internet:**

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/umbuzeiro.pdf>

Revista “O Malho”, disponível no sítio da Fundação Casa de Rui Barbosa:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/index.asp?lk=0>

Epitácio Pessoa, em Mensagens ao Congresso Nacional, 1920, p. III e IV em:

<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000022.html>;

<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000023.html>;

<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000036.html>;

<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1789/000037.html>.